

## BREVE TRATADO

RAÍZES DO PENSAMENTO ECONÔMICO  
Volume 4

Dados internacionais de catalogação na publicação  
Bibliotecária responsável: MARA REJANE VICENTE TEIXEIRA

SERRA, Antonio

Breve tratado das causas que podem fazer os reinos des-  
providos de minas ter abundância de ouro e prata (1613) /  
Antonio Serra ; tradução Marzia Terenzi Vicentini. — Curitiba:  
Segesta Editora, 2002.

148 p. ; 21 cm. — (Raízes do pensamento econômico ; v. 4)

Tradução de: *Breve trattato delle cause che possono far  
abbondare li regni d'oro e d'argento, dove non sono miniere,  
coll'applicazione al Regno di Napoli. Diviso in tre parti. (1613)*

Inclui bibliografia.

1. Comércio — História. 2. Moeda — História. I. Vicentini,  
Marzia Terenzi. II. Título.

CDD (20. ed.)  
380.9

ISBN 85-89075-02-8

ANTONIO SERRA

Breve Tratado  
das causas  
que podem fazer os reinos  
desprovidos de minas  
ter abundância  
de ouro e prata  
(1613)

Tradução de  
MARZIA TERENCE VICENTINI



SEGESTA  
EDITORA

Título original: *Breve trattato delle cause che possono far abbondare li regni d'oro e d'argento, dove non sono miniere, coll'applicazione al Regno di Napoli. Diviso in tre parti.* (1613)

© MARZIA TERENCE VICENTINI, 2002

Tradução com base nas seguintes edições :

I. Em: *Scrittori Classici Italiani di Economia Politica*. Coleção Custodi. Parte Antiga. Tomo I. Reprodução anastática da edição de 1803-1816. Notas e bibliografia em apêndice de Oscar Nuccio. Roma: Edições Bizzarri, 1965, p.1-179.

II. Reprodução anastática da edição original de 1613, com introdução de Sergio Ricossa e notas biográficas de Clemente Secondo Rije. Nápoles: Generoso Procaccini editor, 1986.

Capa: DANIELA VICENTINI. Sobre Velázquez, *As fiandeiras*, detalhe.

Editoração eletrônica: MARCIO RENATO DOS SANTOS

Finalização: HALISSON ROBERTO DE SOUZA E RODRIGO MICHEL FERREIRA

Revisão: GERSON CARVALHO

Obra publicada com a contribuição do  
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ITÁLIA



SEGESTA  
EDITORA

Al. Princesa Isabel, 256 / apto 24

Curitiba / PR

80410 110

Tel.: (41) 233 8783

E-mail: [segesta@uol.com.br](mailto:segesta@uol.com.br)

# Sumário

Antonio Serra. Notas histórico-biográficas .....	13
--	----

## BREVE TRATADO

Dedicatória .....	23
-------------------	----

Proêmio .....	29
---------------	----

## PRIMEIRA PARTE

### Capítulo I

Das causas pelas quais os reinos podem ter abundância de ouro e de prata .....	35
--	----

### Capítulo II

Das causas acidentais próprias .....	36
--------------------------------------	----

### Capítulo III

Das causas acidentais comuns .....	37
------------------------------------	----

I. Da grande quantidade de manufaturas .....	37
--	----

<b>Capítulo IV</b>	
II. Da diligência dos habitantes .....	40
<b>Capítulo V</b>	
III. Do grande comércio .....	41
<b>Capítulo VI</b>	
IV. Da sabedoria de quem governa .....	44
<b>Capítulo VII</b>	
Não há outras causas de abundância de dinheiro além dessas mencionadas .....	47
<b>Capítulo VIII</b>	
Comparação entre Nápoles, Veneza e Gênova quanto às causas acima mencionadas .....	48
<b>Capítulo IX</b>	
Condições das cidades de Nápoles e Veneza para que haja abundância de dinheiro .....	49
<b>Capítulo X</b>	
Como e por que, apesar das condições acima mencionadas, Veneza tem abundância de ouro e prata .....	52
<b>Capítulo XI</b>	
Por que, apesar das condições favoráveis à abundância de dinheiro, Nápoles é pobre em ouro e prata .....	57
<b>Capítulo XII</b>	
Comparação entre Nápoles e as outras cidades da Itália .....	64

## SEGUNDA PARTE

Proêmio .....	69
---------------	----

## Capítulo I

Se a alta ou baixa taxa de câmbio que Nápoles mantém com as outras praças da Itália é ou pode ser a causa da abundância ou escassez de moeda no Reino .....	70
---	----

## Capítulo II

Ainda que seja verdadeira a experiência que ele aduz como prova, se é também verdadeira a conclusão de que a baixa taxa de câmbio causa a abundância de dinheiro e a alta, sua escassez .....	78
---	----

## Capítulo III

Se a experiência acima mencionada é verdadeira .....	80
--	----

## Capítulo IV

Se é verdade que a alta taxa de câmbio dá lucro a quem quer enviar dinheiro ao Reino em letras de câmbio e não em moedas, e que, por tal razão, não entra dinheiro vivo .....	85
---	----

## Capítulo V

Dos efeitos imediatos que ele diz provirem do fato de a taxa de câmbio ser alta ou baixa, juntamente com as causas que impedem que haja dinheiro no Reino .....	88
---	----

## Capítulo VI

Da providência que De Santis recomenda para se ter abundância de dinheiro no Reino .....	89
--	----

## Capítulo VII

Se os efeitos que ele diz advirem da referida providência são verdadeiros .....	91
---	----

**Capítulo VIII**

Do decreto feito pelo senhor conde de Olivares para baixar a taxa de câmbio ..... 93

**Capítulo IX**

Se a referida providência ou decreto para baixar a taxa de câmbio podia ser obstada por outros príncipes da Itália ..... 94

**Capítulo X**

Se os rendimentos que têm os estrangeiros no Reino, juntamente com os proventos de suas atividades e de seus negócios, são a causa da escassez de dinheiro ..... 97

**Capítulo XI**

Se tal decreto contraria a justiça ..... 101

**Capítulo XII**

Se são verdadeiros os outros efeitos que se diz advirem do referido decreto ..... 103

Conclusão desta segunda parte ..... 105

**TERCEIRA PARTE**

Proêmio ..... 109

**Capítulo I**

Dos remédios tentados e propostos para que o Reino tenha abundância de moeda ..... 111

**Capítulo II**

Do remédio que consiste em proibir a exportação da moeda.. 112



**Capítulo III**

Do remédio que consiste em deixar circular a moeda estrangeira ou em elevar seu valor ..... 116

**Capítulo IV**

Dos expedientes propostos, ou seja, elevar o valor da moeda do Reino ou diminuir-lhe o peso e a liga ..... 121

**Capítulo V**

Da justa proporção entre o ouro e a prata, ..... 131  
tanto entre os antigos quanto entre os modernos ..... 131

**Capítulo VI**

Dos expedientes contra a escassez da moeda  
Exposição geral ..... 132

**Capítulo VII**

Da dificuldade ou possibilidade de aplicação dos referidos expedientes  
..... 133

**Capítulo VIII**

Se, apesar da dificuldade, se pode remediar a escassez e obter a  
abundância de dinheiro ..... 136

**Capítulo IX**

Como se pode facilitar os expedientes acima referidos ..... 138

Conclusão ..... 143

MOEDAS, PESOS, MEDIDAS ..... 144



ANTONIO SERRA  
Notas histórico-biográficas

Temos poucas notícias certas e confiáveis sobre a vida de Antonio Serra. Sabemos que nasceu, entre 1550 e 1560, em Cosenza, na Calábria, então pertencente ao Reino de Nápoles. Sabemos, também, que tinha formação em Direito e que foi encarcerado em Nápoles, mas existem muitas divergências acerca dos motivos que o levaram à prisão.

Segundo alguns, ele foi preso por ocasião da utópica conjura da qual fez parte o conhecido filósofo e escritor Campanella, também calabrês, que, em 1599, tentou derrubar o governo espanhol que oprimia o Reino de Nápoles com arrogância e brutalidade desde o começo do século 16. Outros, no entanto, afirmam que Serra foi preso somente em 1612, por ter falsificado alguma coisa referente a moedas. Mas o despacho que contém aquela infame acusação data apenas de 1614, de modo que é legítima a hipótese levantada de que, com tal incriminação posterior, se visasse denegri-lo para, assim, atacar o valor das teses políticas do *Breve Tratado*.

Quando escreveu sua obra em 1613, Antonio Serra estava no cárcere da Vicaria, em Nápoles, que era a capital do Reino e, naquele tempo, uma das mais importantes cidades da Europa. Sua formação, no entanto, foi em Cosenza, que era um notável centro cultural durante este século, apesar de ser uma pequena cidade de província. Já em 1511, um literato esclarecido, Aulo Giano Parrasio, tinha fundado a Academia Cosentina, cujo objetivo era incentivar o estudo das ciências, da literatura, da filosofia e dos clássicos latinos, e teve grande influência em todo o Reino de Nápoles. Mais tarde, outro pensador, Bernardino Telesio, autor de *De rerum natura*, obra iniciada em 1565 e acabada e publicada em 1586, é o guia desta

Academia Cosentina, da qual, certamente, Campanella e Serra participaram.

Ainda que não se acredite que Serra tenha estado envolvido na revolta de 1599, é importante nos reportarmos a Campanella porquanto a história de ambos os autores se entrelaça e se cruza de tal modo que, quando nos referimos a este último, reconstituímos o quadro das questões debatidas em Nápoles, neste conturbado período da história em que se acirra o confronto entre forças sociais antagônicas.

Sabemos que não apenas Campanella conhecia a obra de Bernardino Telesio mas que ela constituía a base da sua visão de mundo. Tanto que podemos ler num escrito de Campanella: *Nós consideramos que a ciência é ciência das coisas e não das palavras, e, com base nisso, afirmamos que a ciência deve ser extraída não dos ditos de Aristóteles e do seu pensamento, ou de seus propósitos, mas das próprias coisas e que é nelas, apenas, que a temos procurado.*

A Inquisição puniu Campanella em 1596 e as obras de Telesio foram condenadas no *Índex* dos livros proibidos. Ao tempo da revolta de 1599, Campanella é preso e torturado em Castel dell'Ovo e depois nas horrorosas celas de Forte Sant'Elmo, em Nápoles, onde permaneceu encarcerado quase 27 anos, sob a acusação de ter tentado criar uma república dos pobres, com o apoio de calabreses alistados em navios de guerra do Império Turco.

Serra será encarcerado na mesma cidade de Nápoles, mas em outro lugar, na Vicaria. O fato de terem estado presos em cárceres diferentes poderia contribuir para confirmar que eram acusados de crimes distintos. De qualquer maneira, ficaram ambos encarcerados longos anos, mas, ainda que, talvez, tivessem se conhecido, nenhum dos dois faz menção do outro em seus escritos.

Muito mais notória é a ligação que existia entre Campanella e Galileu Galilei que chegou, inclusive, a enviar para o amigo no cárcere o seu *Sidereus Nuncius*, que tratava das suas primeiras sensacionais descobertas realizadas com a luneta astronômica sobre a Lua,

Vênus e os satélites de Júpiter. Quando, por sua vez, as teses de Galileu foram condenadas pela Igreja, o que ocorreu em 1616, caberá a Campanella escrever em apoio ao amigo, do cárcere, a *Apologia de Galileu*. Ainda assim, como sabemos, Galileu será obrigado a abjurar as suas teses em 1633.

Não seria demais, nestas notas, lembrar que, em 1600, no ano seguinte ao encarceramento de Campanella, Giordano Bruno, representante da doutrina de um universo infinito, sem centro e periferia, foi queimado em praça pública pela Inquisição.

Outro fato não menos importante deste período é a publicação, em 1616, pelo mesmo editor do *Breve Tratado* de Serra, Lazzaro Scorriggio, de uma carta do padre Paolo Antonio Foscarini, também calabrês, sobre os Pitagóricos e Copérnico, em apoio à teoria heliocêntrica e que será colocada no Índice dos livros proibidos.

Em seu conjunto, o debate de idéias neste período constitui uma verdadeira revolução científica, filosófica e política, em que é impossível separar fatos tão interdependentes e extremamente ligados uns aos outros. Um século depois da descoberta geográfica de um Novo Mundo a humanidade está descobrindo um Novo Mundo Celeste e amplia, assim, as fronteiras do conhecimento.

É em meio a esta trágica, sangrenta e dura luta entre a nova e a velha visão de mundo, que Antonio Serra toma a decisão de escrever o *Breve Tratado*. Seu ponto de partida se prende a uma tese que um certo Marcantonio De Santis tinha apresentado em 1605 ao vice-rei de Nápoles, conde de Benavente, para fazer frente à grande escassez de dinheiro que afligia o Reino de Nápoles. De Santis defendia a idéia de que era preciso controlar o câmbio com as moedas estrangeiras, valorizando a própria moeda, como único remédio para eliminar a miséria do Reino. Para De Santis o câmbio não é um fenômeno natural do comércio, mas é um fato legislativo, passível de ser alterado por lei. As teses de De Santis foram aceitas pelo governo, mas, evidentemente, como não poderiam cumprir o que delas se esperava, produziram grandes contrariedades.

Para Serra, que dedica o *Breve Tratado* ao novo vice-rei, conde de Lemos, o câmbio não obedece às determinações dos decretos governamentais, mas tão-somente às determinações das forças econômicas. Os preços, no seu entender, não variam conforme o arbítrio dos Príncipes, mas decorrem das leis do mercado e, portanto, da produção. Assim, Serra, ao invés de imputar ao câmbio o estado de miséria em que se encontrava o Reino de Nápoles sob a dominação espanhola, argumenta, com uma insistência quase obsessiva, que a causa da miséria é a escassez de produção do Reino, completamente dependente do capital estrangeiro. Apenas a expansão da produção mercantil e comercial, desvencilhando o Reino dos interesses financeiros alheios, poderia garantir a volta progressiva de uma plena circulação de dinheiro. A *diligência* dos habitantes, dirigidos por governantes sábios, é, então, nas palavras de Serra e em consonância com as novas necessidades históricas, a verdadeira causa que pode fazer o Reino de Nápoles ter abundância de ouro e prata.

Seu pensamento rigoroso junta a instância econômica à política, inaugurando uma análise extremamente nova das tarefas do Estado naqueles tempos. Ele chega a escrever que a arte de governar é algo que pode ser comparado *à complexidade e à incerteza da medicina, cabendo-lhe perfeitamente o que Hipócrates dissera desta: a arte é longa, a vida breve, o julgamento difícil, a experiência perigosa e a ocasião inesperada.*

As difíceis circunstâncias em que Serra escreveu seu *Tratado*, de certo, não permitiram que, sobretudo no que diz respeito ao aspecto político, ele pudesse falar abertamente. Nesta parte, seu discurso se torna mais obscuro, mais tortuoso ainda do que em outras partes em que, também, com exceção da absoluta clareza na enunciação dos princípios teóricos, o autor não pode deixar de ter presente sua condição de encarcerado.

Serra, evidentemente, não teve boa acolhida junto ao vice-rei, conde de Lemos. Somente em 1617 é chamado por outro vice-rei, o duque de Ossuna, ao Palácio do Governo para apresentar suas

teses. Para poder fazê-lo, deixa o cárcere, ao qual, no entanto, volta no mesmo dia, sem ter tido muito sucesso.

Quanto aos escritores que neste período tratam das questões econômicas, e que nos fazem refletir sobre o papel importante que representam as questões defendidas por Antonio Serra, é oportuno mencionar dois contemporâneos dele. Em primeiro lugar, Antoyne de Montchrétien, que publica na França, em 1615, seu *Tratado de Economia Política*. Também Montchrétien, contrariando a opinião de Aristóteles e Xenofonte, afirma que não se pode separar a economia da política sem desmembrar a parte principal do todo e que a economia é uma arte e não uma ciência.

Montchrétien é o primeiro escritor de textos de economia a usar a expressão *economia política* e era autor de obras literárias. Alguns escritos seus irritaram pessoas do poder e ele foi obrigado a deixar o território francês. Viveu alguns anos na Inglaterra, onde se dedicou a conhecer atividades industriais e comerciais incentivadas e protegidas pelo governo. Quando foi possível, voltou para a França e tentou organizar uma pequena fábrica de aço e utensílios. Enfim, teve uma participação trágica em uma revolta huguenote, na Normandia, que ele liderou, em 1622, contra o rei da França, sendo morto, queimado e suas cinzas jogadas ao vento.

Outro contemporâneo de Serra é o napolitano Giandonato Turbolo que dirigiu a Casa da Moeda de Nápoles entre 1607 e 1622 e escreveu vários pequenos textos sobre moeda e câmbio em apoio ao *Breve Tratado*.

Deveríamos lembrar que é na obra de Jean Bodin, escrita alguns anos antes do *Breve Tratado* de Serra, que, segundo alguns estudiosos, pode ser encontrada a origem da ciência econômica. É nela que estariam as primeiras idéias sobre a teoria quantitativa da moeda. Montchrétien, sem dúvida, leu a obra de Bodin e o próprio Serra talvez a tenha conhecido.

Não é menos interessante assinalar que, após a morte de Serra, Thomas Mun, dirigente da East India Company, redigiu um texto, em 1630, sobre a teoria mercantilista da balança do comércio,

publicado, porém, somente em 1664. Observamos neste trecho da obra de Mun a provável influência de algumas idéias de Serra: *Se aqueles países que enviam dinheiro para fora o fazem porque possuem poucos artigos de sua própria produção, como explicar que tenham tanto tesouro [...] Eu respondo: exatamente por negociar com seu dinheiro; pois por que outro meio eles o conseguiriam, se não tem minas de ouro e prata?*

A época de Serra, se continuarmos a olhar um quadro geográfico e histórico mais amplo, é caracterizada por mudanças gigantescas.

Joseph de la Vega, um judeu que fugiu de Portugal para a Holanda, escreveu, em 1610, um livro intitulado *Confusion de Confusiones*, deixando um retrato fascinante dos usos e costumes da Bolsa de Amsterdam, com descrições surpreendentemente muito modernas dos primeiros instrumentos financeiros.

De um lado, esta é uma época caracterizada pelo grande desenvolvimento das atividades comerciais, pela força que a moeda adquire como elemento essencial da economia e pela revolução dos preços causada pela enorme quantidade de ouro e prata que tinha chegado à Europa proveniente da América.

De outro, a oportunidade que muitos têm de rapidamente fazer fortuna gera, na Holanda, naqueles tempos tão rica que os capitais transbordavam, a primeira aventura especulativa conhecida como a ‘febre das Tulipas’.<sup>1</sup> Iniciada por volta de 1608, a incrível

1 É bem curiosa a terminologia que, às vezes, é usada para definir momentos como este que aqui denominamos de *febre*. John Kenneth Gailbraith, autor bem-conceituado, em sua obra *Money*, de 1975, ironiza o uso que os economistas fazem de termos bastante esquisitos para tentar minimizar as reações descontroladas do público em momentos como o da aventura das Tulipas que, no século dezessete, enlouqueceu os holandeses a ponto de um bulbo de tulipa, usado como símbolo de uma jogatina financeira desenfreada, passar a valer o equivalente a centenas de milhares de dólares. Arrolamos, aqui, na sua seqüência histórica, os termos coletados por Galbraith. Antes de 1907, se falava de *pânico* e, depois, de *crise*; em 1929, de *depressão* e, em seguida, de *recessão*. Nos anos 50 são já usadas expressões próprias do economês como *movimento oblíquo*, *reorganização cíclica* e, enfim, *correção do desenvolvimento*.



subida dos preços dos bulbos das tulipas têm uma parada e uma queda abrupta em 1637 com as mesmas emoções e mecanismos que, após quase quatrocentos anos, afligirão a economia da Bolsa de Wall Street.

Constatamos, assim, que na época de Serra aparece na teoria e na prática o contraste irracional, que é ainda muito presente, entre o medo de perder o capital já acumulado e a avidez de possuí-lo em medida sempre maior.

Este contraste está ainda no centro das análises econômicas quando não se considera que, pelo contrário, o trabalho, isto é a indústria e o grande comércio, é a única e verdadeira fonte da riqueza e as reflexões de Antonio Serra são importantes para tentar lembrar como isto é fundamental para abordar corretamente a ciência econômica.

O EDITOR



**BREVE TRATTATO  
DELLE CAUSE,  
CHE POSSONO FAR ABBONDARE  
Li Regni d'oro, & argento.  
DOVE NON SONO MINIERE  
Con applicatione al Regno di Napoli.  
DEL DOTTOR ANTONIO SERRA,  
della Città di Cosenza.  
DIVISO IN TRE PARTI**



**I N N A P O L I ,  
Appresso Lazzaro Scorriggio. M. D C. X I I I .  
CON LICENZA DE' SUPERIORI.**



## DEDICATÓRIA DO AUTOR

AO EXCELENTÍSSIMO  
DOM PEDRO FERNANDEZ DE CASTRO  
CONDE DE LEMOS ETC.  
VICE-REI DE NÁPOLES

A admiração, Excelentíssimo Senhor, como asseveram os filósofos, pode originar-se de duas causas, da ignorância ou de o intellecto estar aprendendo algo sublime, e se por esta última razão se maravilhou algumas vezes Nosso Senhor, deve-se ter a primeira como a mais comum e geral. E ainda que a ignorância seja causa e princípio de todos os males, e quanto mais malícia a ela se acrescentar, maior deverá ser considerada, uma vez que os efeitos que ela produz em tal condição parece não poderem ser bons, no entanto, mesmo que isso seja verdadeiro para todas as outras coisas, não o é no caso da admiração, que, como justamente se admite, sempre nos causou e continua a causar um bem muito grande, pois, ao estimular o desejo de saber, inato a todos, e ao tirar do intellecto o véu que o mantém na ignorância, a admiração faz a mente adquirir o hábito de indagar as causas e assim, raciocinando sobre elas, chegar a entender perfeitamente de onde e de que maneira se produzem os efeitos. E é deste modo que teve início a filosofia e, conseqüentemente, o conhecimento da verdade. Não se há, portanto, de pôr no rol das coisas desprezíveis esta filha da ignorância, por mais que descenda de mãe tão execrável, nem, também, os homens em que ela se encontra, ainda que, nestes, ela não produza o efeito de levá-los a conhecer o que antes não

conheciam, mas apenas que aprendam errando, e aprendam com outros o que eles não chegam a entender por si sós.

Sendo assim, observando várias cidades da Itália e vendo que algumas que parecia deverem ter grande abundância de moeda têm pouca e outras que parecia deverem ter escassez têm muita, mesmo não lavrando nenhuma mina de ouro e de prata, e refletindo em particular sobre o nosso Reino, sobre o fato de que nele há grande escassez de moeda e, por mais que uma grande quantidade de produtos nativos excedentes saia sempre e várias providências tenham sido tomadas, nunca se conseguiu o resultado desejado, impelido, então, pela admiração que essas observações me causaram, procurei investigar, até onde o fraco lume do meu intelecto pôde chegar, de onde derivam os efeitos acima referidos. E, para conhecer perfeitamente estes, foi necessário conhecer primeiro as causas que podem fazer um reino, desprovido de minas de ouro e de prata, ter abundância desses metais, e, em seguida, inferir de tais causas os estados de escassez e abundância, juntamente com as considerações dos meios e modos das operações, dos impedimentos e dos remédios, com referência ao nosso Reino para melhor conhecer os expedientes que para tal fim podem ser tentados. E ainda que, procedendo dessa forma, eu não tenha chegado a ter uma compreensão exata de tudo, sempre restará, pelo menos, que, errando, eu tenha aprendido alguma coisa e esses meus conhecimentos – é o meu principal intento – possam servir de matéria e ocasião a V. Ex.<sup>a</sup> para desenvolvê-los com sua divina inteligência e chegar à essência da verdade, podendo em seguida, com sã conselho, prover a tão perigosa enfermidade deste nosso Reino.

Assim, é por tratar-se de matéria de interesse de todos os governantes e, mais especificamente, por estar o Senhor

preposto ao feliz governo deste Reino de Nápoles que ousei dedicar-lhe este meu tratado sobre as causas que podem fazer os reinos ter abundância de ouro e prata, quando não há minas, com particular referência ao nosso caso, pois se fosse em consideração à obra e ao autor me pareceria ofender V. Ex.<sup>a</sup>, já que no Senhor se encontra toda a virtude e a sabedoria, num grau tão superior a todos os seus ilustríssimos antecessores, que, indubitavelmente, merece ser chamado de filósofo entre os príncipes e de príncipe entre os filósofos. E resplandecendo entre seus pares, como o sol entre as estrelas, não apenas por sua ilustríssima linhagem como também pelas qualidades acima mencionadas, com razão a Majestade Católica confiou e confia-lhe os cargos mais importantes que existem em seu grandíssimo domínio, ciente de que o Senhor não só saberá manter o reto governo e a tranqüilidade pública, mas também reparar toda desordem e erro que se encontrem entre seus povos, tendo todo o cuidado para que, no que for possível, se restaure a justiça, cresça a abundância dos víveres, se conserve a paz extirpando os que a perturbam, protegendo os mais miseráveis, incutindo temor nos grandes, procurando fazer frente a qualquer desordem, grande ou pequena, que se encontre em dito Reino. Assim como, atualmente, reunindo Conselhos e erigindo novos Tribunais, o Senhor tem procurado com amável diligência aliviar o pobre Reino daquele peso que o tem feito afundar, não o deixa respirar nem gozar os dons da natureza e o tem tornado muito pior do que as outras partes da Itália; digo, aliviá-lo da imensa dívida que têm todas as Corporações,<sup>1</sup> a qual, por sua importância, parece estar se multiplicando irremediavelmente de hora em hora, tanto que, se não for

1 *Universitá* no original, termo genérico na Idade Média para designar corporações ou associações, as do uso de terras comuns, inclusive. [N.d.T.]

saldada, não poucas dessas Corporações serão obrigadas a abandonar a própria pátria e a se estabelecer alhures. E esse mal não apenas se tem espalhado em todo o corpo à maneira da lepra, mas se tem concentrado em maior quantidade na cidade que é a sua capital; e contra ele talvez venham a ser reparo em grande medida as providências que, ao serem tomadas, produzirão abundância de moeda em dito Reino e servirão não apenas para vencer o perigo acima mencionado, mas ainda para impedir que se verifique nele tão grande número de roubos e assassinatos, atualmente maior do que em qualquer outra parte da Itália.

Dignar-se-á, então, V. Ex.<sup>a</sup> – com aquela habitual humanidade pela qual o Senhor não despreza mas atende à modestíssima solicitação da pobre viúva de conceder-lhe dois minutos –<sup>2</sup> aceitar ler esta minha obra, que, por tratar de matéria difícil e nova, deverá ser desculpada dos defeitos que nela houver, em consideração desses seus atributos: do primeiro, por ser impossível que pessoa de pouco engenho consiga sustentá-la sem deslizes; do segundo, por não poder contar com o apoio de nenhum guia e, devendo ela abrir o caminho, não há de admirar que possa conter erros. Valha, então, este meu trabalho apenas como o esboço de uma figura, a que outros apliquem cores perfeitas e os últimos retoques, sendo suficiente para mim cumprir a função de pedra de amolar e que meu pensamento se eleve a tal ponto que sirva, de algum modo, ao

2 Serra refere-se a um episódio da lendária justiça do imperador Trajano, em que se conta que este imperador, mesmo prestes a iniciar uma batalha, não deixa de atender às súplicas de uma pobre viúva a quem haviam matado o filho e que pedia a punição do assassino. Tal episódio, famoso na Idade Média, teve sua grande versão poética no canto X do *Purgatório* da *Divina Comédia*. [N.d.T.]



grande zelo de V. Ex.<sup>a</sup>, diante da qual me inclino com mui humilde reverência.

Dos cárceres de Vicaria, aos 10 de julho de 1613.

De V. Ex.<sup>a</sup>

Mui humilde servidor

ANTONIO SERRA



## PROÊMIO

Governar bem uma república ou um reino e remediar as desordens que podem surgir ou as deficiências que já existem, parece ser, ou é mesmo, uma coisa que interessa a todos e acerca da qual cada um presume entender. Por isso, diante de algum perigo iminente, de difícil remédio, qualquer um, mesmo que seja pessoa simples e ignorante, se prontifica a encontrar logo um expediente e começa a dizer que deveria ser tomada tal providência, promulgada esta outra lei e que, se coubesse a ele governar, resolveria desta ou daquela maneira, enquanto ocorre o contrário em qualquer outra ciência ou arte. Vemos, com efeito, que, em se tratando de filosofia, astronomia, matemática ou em outras disciplinas e artes, ninguém ousa pronunciar-se sem ter conhecimento ou prática, se não total, ao menos parcial. E que cada um se julgue apto a governar um reino advém da pretensão geral de saber distinguir o justo do injusto, pois não apenas cada homem, mesmo ignorante, presume ter essa faculdade, mas até crianças que ainda não falam, como se pode observar quando, diante da pergunta acerca de quem tem razão ou do que é justo num caso qualquer que tenha ocorrido, o interpelado, mesmo não sendo da sua alçada, dá logo o seu parecer, afirmando de maneira categórica: “Este é que tem razão!”, “O justo é isso”, ou, se for uma criança que ainda não fala, apenas movendo a cabeça.

De tal pretensão universal parece dever-se concluir que tanto governar um reino quanto saber distinguir o justo do injusto seja coisa muito fácil, uma vez que cada um entende disso sem ter necessidade de aprendê-lo. Não é de admirar,

portanto, que Marco Antonio De Santis, homem com muita prática nos negócios, tenha julgado entender a verdadeira causa pela qual, neste Reino de Nápoles, há tão poucas moedas que se pode dizer não haver nenhuma, quando necessariamente, já que todos os anos muitos produtos são exportados, deveria haver uma boa quantidade. Ao atribuir tal fato à alta taxa de câmbio que Nápoles mantém com as outras praças da Itália, ele logo sugeriu baixá-la como verdadeiro remédio a mal tão grande, capaz de arruinar definitivamente o Reino,<sup>3</sup> sustentando com tamanho convencimento a conexão entre as duas coisas que não haveria certeza maior na afirmação de que o fogo é quente. Dessa forma e de acordo com esta sua opinião, que ele tem corroborado com tantas e vivas razões, acabou sendo promulgado um decreto sobre a reforma do câmbio para remediar tal desconcerto.

De minha parte, por mais que todos tenham a pretensão tanto de saber governar os reinos dos autores acima quanto de discernir ao certo o que é justo, nem por isso posso admitir que o conhecimento de ambas as coisas seja fácil, pois, ao contrário, devo dizer que é algo extremamente difícil. Quanto à dificuldade de saber governar os reinos, parece-me que, com toda a razão, pode ser comparada à complexidade e à incerteza da medicina, cabendo-lhe perfeitamente o que Hipócrates dissera desta: a arte é longa, a vida breve, o julgamento difícil, a experiência perigosa e a ocasião inesperada, como pode compreender quem quer que pense com ponderação. Tal dificuldade é confirmada pelas divergências de opiniões sobre esse assunto, tanto dos primeiros sábios do mundo,

3 Nesta época, na Itália, era comum dizer 'o Reino' para se referir ao Reino de Nápoles. Nesta tradução, dado o grande número de vezes em que tal reino é citado, mantivemos a forma elíptica do original. [N.d.T.]

Platão e Aristóteles, como dos pensadores que os antecederam, relatadas por eles, quer dizer, por este último na *Política* e por aquele nos livros da *República*, e ainda pelas controvérsias dos modernos, que quiseram se afastar das opiniões dos autores acima mencionados descrevendo e aprovando o governo tirânico como justo – sendo seguidos nesse erro por muitos que governam ou aconselham quem governa. Tal dificuldade é também comprovada pela maneira diferente de governar em diversas nações ou nas mesmas nações em lugares e tempos diferentes, quer em principados, quer em senhorias, se bem que o intento seja sempre o mesmo.

A dificuldade de discernir distintamente o que é justo, ao contrário, pode ser claramente inferida apenas por este motivo, que a Ética, a ciência consagrada a isso, em si não tem um método certo para conhecer a verdade, já que nela se procede não por demonstração, mas apenas por entimemas e argumentos tópicos – e é em razão dessa incerteza que Aristóteles disse que esta ciência se constitui com base em premissas verossímeis e não necessárias. Na filosofia natural, ainda que não se tenha um método absolutamente certo de conhecer a verdade – já que apenas as ciências matemáticas em primeiro grau e poucas outras o têm –, procede-se por demonstração e, apesar disso, mesmo quem a professa tem grande dificuldade de entendê-la bem. Se assim é, como poderá entender claramente a justiça quem não costuma praticá-la, ou mesmo que a pratique, se na ciência que a estuda não há um método certo nem se procede por demonstrações? Aliás, o fato de que todos afirmem ter esse conhecimento e todos discordem é exatamente sinal de sua grande dificuldade.

Platão afirma que esta disputa para reconhecer o justo do injusto vem do início do mundo e que foi ela a causa de todas as guerras e discórdias que já houve, não conseguindo

os homens chegar à mesma determinação de justiça, entendendo-a cada qual à sua maneira, divergindo uns dos outros. Tal divergência ainda continua sem que se tenha conseguido chegar a uma conclusão, apesar de ter sido debatida tantas vezes e entre tanta gente, e ter provocado inumeráveis ruínas no mundo inteiro, o que demonstra a dificuldade e a grande importância de se alcançar tal conhecimento. O próprio Salomão estava bem ciente disso, quando, ao ser-lhe dada por Deus a faculdade de escolher o que mais lhe agradasse, resolveu pedir a sabedoria, com o único objetivo de poder bem governar seu povo, parecendo-lhe ser esta a coisa mais importante e a mais difícil. Vemos, por outro lado, que nem mesmo Moisés alcançou tal sabedoria, conquanto fosse ele o homem sábio que todos prezavam como tal e pudesse falar continuamente com o Senhor com grande intimidade, uma vez que, sendo, na missão que lhe foi confiada, seu enviado, podia consultar-se com Ele e conseguir qualquer graça de que precisasse. De fato, apesar de ter sido instruído por Jetro, seu sogro, sobre a maneira de eliminar certas desordens difíceis de reparar, ele não soube estabelecer a ordem e deixou que a devassidão do referido povo infringisse a aliança com Deus, que, por isso, não lhe permitiu conduzir os judeus à Terra Prometida e o deixou morrer no deserto. O imperador Justiniano, por sua vez, orgulha-se mais de ter posto ordem na lei dos tempos antigos do que qualquer outra coisa que ele tenha feito, sustentando que, para tanto, não teria sido suficiente o saber humano se não houvesse particular favor divino, o que foi tão bem lembrado por Francesco Petrarca naquele soneto cujos últimos três versos dizem:

*Or questo è quel che più ch'altro n'attrista:  
 Che perfetti giudizi son sì rari,  
 E d'altrui colpa altrui biasmo s'acquista.*<sup>4</sup>

4 “Ora é isso o que mais entristece: que juízos perfeitos são tão raros, e por culpa alheia outros são condenados.” *Cancioneiro*, LXXXIV. [N.d.T.]

Soneto em que se percebe que, às vezes, o intelecto, tendo de enfrentar uma grande dificuldade, se engana e, ao invés de chegar perto da verdade, toma por verdadeiro o que não é.

Meu propósito, no entanto, não é tratar do governo político em geral – a respeito do qual deve bastar o que escreveram os antigos, quando bem compreendidos –, nem distinguir bem o justo do injusto – matéria esta suficientemente tratada por Justiniano, o que se poderia verificar caso seu Código ainda se encontrasse no estado em que foi compilado e não na confusão em que está agora –, mas tão-somente indagar quais são as causas que podem fazer os reinos ter abundância de moeda quando não têm minas de ouro nem de prata, pois a respeito disto nem os antigos nem os modernos que escreveram acerca do bom governo disseram algo. Tal omissão não se pode atribuir à pouca importância da matéria ou ao fato de que seja fácil entendê-la, pois todo o mundo sabe quão importante é para a utilidade pública e particular do príncipe que seu Estado seja rico de ouro e de prata e não pobre, e, ainda, como tal riqueza é desejada por todos e alcançada por poucos.

Em relação ao nosso Reino, então, é conhecido o grandíssimo número, desmedido mesmo, de disposições que, para tal fim, foram promulgadas pelos governantes, sem que, no entanto, surtissem efeito. Assim, vendo-se o Reino empobrecer cada vez mais, enquanto, como foi dito, haveria grandíssima necessidade da referida abundância, e sabendo-se da gravidade e do grande perigo de tal situação para a qual nenhuma providência tem servido, chega-se a acreditar que não há remédio. E se pode parecer que o dito De Santis tratou desse assunto em seu *Discurso* sobre a reforma do câmbio, não se pode dizer com propriedade que ele o tenha feito, uma vez que não procedeu com o método próprio da ciência, nem levou

em consideração as causas em geral, mas somente o tratou de um ponto de vista particular e prático – caso em que, como diz o Filósofo, não há ciência –, supondo que uma taxa de câmbio baixa e o valor elevado da moeda são as únicas causas que fazem o Reino ter abundância de ouro e de prata, e pressupondo, à sua maneira, alguns princípios. Sobre a veracidade dessa sua opinião discutiremos demoradamente na segunda e terceira parte desta obra, mas, devendo proceder com ordem, primeiro tratarei das causas em geral que podem fazer os reinos ter abundância de ouro e de prata, com particular referência ao nosso Reino e a outros lugares da Itália; em segundo lugar, discutirei a opinião do dito De Santis e se suas razões são verdadeiras, e, por último, mencionarei alguns remédios aplicáveis ao nosso Reino para tal fim.



# PRIMEIRA PARTE

## CAPÍTULO I

### DAS CAUSAS PELAS QUAIS OS REINOS PODEM TER ABUNDÂNCIA DE OURO E DE PRATA

Não me parece dever demonstrar agora a importância que tem, quer para os povos, quer para os príncipes, que um reino disponha de abundância de ouro e prata, nem quantos benefícios isso produz e em que medida contribui para que não se cometam muitos crimes – ainda que alguns se obstinem em pensar o contrário. Tampouco deverei demonstrar os danos que causa a escassez desses metais, parecendo-me que todos entendem tal fato, ainda que de modo confuso.

Por isso, admitindo os referidos efeitos como certos – e os que tiverem uma opinião contrária sejam enviados a Antícira –,<sup>5</sup> tratarei das causas que podem ocasioná-los e que se dividem em duas espécies, isto é, *naturais* e *acidentais*. Causa natural só existe uma, ou seja, quando nos reinos há minas de ouro e de prata, e, neste caso, o príncipe deve tomar providências diferentes das que adotaria se não houvesse minas. Mas de tal causa não pretendo falar, uma vez que ela não se apresenta em nosso Reino nem no resto da Itália, onde apenas em Savarez do Grão-Ducado de Toscana se lavram minas desses metais. Tratarei, portanto, das causas acidentais, com particular referência ao nosso Reino e a toda a Itália, a fim de, mediante

5 Antiga cidade da Fócida, na baía de Corinto, famoso lugar de cura. [N.d.T.]

a comparação de coisas semelhantes e opostas que se apresentam nas mesmas circunstâncias, chegar a conhecer melhor a verdade.

## CAPÍTULO II

### DAS CAUSAS ACIDENTAIS PRÓPRIAS

As causas acidentais subdividem-se, por sua ocorrência, em *próprias* e *comuns*: dizem-se próprias quando se apresentam ou podem apresentar-se apenas num reino e não em outros; comuns, quando se apresentam ou podem apresentar-se igualmente em todos os reinos. As causas acidentais próprias que podem fazer um reino ter abundância de ouro e de prata são, fundamentalmente, duas.

A primeira é a superabundância natural de produtos da terra, que excedem o consumo necessário e adequado do próprio país, uma vez que, levando-se esses produtos a países em que há falta, ou vindo alguém destes países ou de outros lugares comprá-los, há, necessariamente, de entrar ouro e prata. Esta causa diz-se própria, então, porque não se apresenta ou não pode apresentar-se em todos os reinos, e ela se verifica, como se sabe, mais no nosso Reino do que em qualquer parte da Itália.

A segunda é a localização em relação a outros reinos e a outras partes do mundo, por ser condição muito propícia ou até mesmo causa do grande comércio de um reino, tanto com outras partes do mundo quanto internamente, e, portanto, causa também da abundância de ouro e de prata. Por isso, deve-se ter por causa própria. Dela falaremos ao tratar da causa comum do comércio, em que a cidade de Veneza ocupa o

primeiro lugar, não apenas em relação à Itália, mas também em relação à Europa e à Ásia, enquanto, ao contrário, o nosso Reino tem uma localização mais desfavorável do que outros países, como se verá amplamente ao se tratar especificamente do comércio.

## CAPÍTULO III

### DAS CAUSAS ACIDENTAIS COMUNS

#### I. DA GRANDE QUANTIDADE DE MANUFATURAS

As causas acidentais comuns dividem-se em quatro espécies principais, isto é, *grande quantidade de manufaturas, diligência dos habitantes, grande comércio e sabedoria de quem governa*. Dizem-se comuns porque podem apresentar-se em qualquer reino e, ocorrendo num lugar que não produz mais do que necessita para uso próprio, mas precisa mandar vir tudo de fora, mesmo sem nenhuma mina de ouro e de prata, farão com que haja abundância desses metais.

A grande quantidade de manufaturas fará com que um reino ou uma cidade tenha abundância de dinheiro quando nele se exercem muitas e variadas artes, que produzem bens necessários, cômodos ou agradáveis aos homens, numa quantidade que excede a necessidade do país. E as manufaturas não só devem ser postas em primeiro lugar, mas devem, a todos os respeitos, ser preferidas à superabundância natural dos produtos da terra:

– primeiro, por serem mais seguras, visto que o fabricante está mais certo de ganhar com seu trabalho do que o camponês ou outros que cultivam ou beneficiam seus produtos, dependendo os proveitos destes não apenas do

trabalho do homem, mas das condições climáticas exigidas pelas necessidades da terra, a qual ora requer chuva, ora sol, juntamente com outras circunstâncias, na falta das quais ou na ocorrência de uma intempérie, o trabalho se perde e, ao invés de ganhar, às vezes se sofre prejuízo. Enquanto nas manufaturas, se se produz, o ganho é sempre certo;

– segundo, porque os produtos manufaturados podem ser multiplicados e, em virtude disso, o ganho também. O mesmo não pode se dar com os produtos agrícolas, não podendo tal produção ser multiplicada, pois ninguém pode semear cento e cinqüenta túmolos de trigo numa terra que só comporta cem. Com os produtos manufaturados acontece o contrário, pois podem ser multiplicados, não duas, mas duzentas vezes, e com um custo proporcionalmente menor;

– terceiro, porque a comercialização dos produtos manufaturados é mais segura do que a dos produtos agrícolas e, em consequência disso, o ganho é mais certo. Que a comercialização dos primeiros é mais segura deduz-se claramente desta única razão, que os produtos agrícolas dificilmente podem ser conservados por certo tempo sem que se estraguem, de forma que correm o mesmo perigo quando são transportados de um país para outro distante, ou quando, não se podendo consumi-los de imediato, se pretende guardá-los para o futuro. Com os produtos manufaturados, entretanto, é o oposto que acontece, pois se conservam muito facilmente até por um longo período de tempo e, pela mesma razão, se transportam com a maior tranquilidade para qualquer país, mesmo quando distante. Hoje em dia, então, que a arte da navegação foi tão facilitada – e é apenas nisso que os modernos superaram os antigos –, que o comércio se tem expandido não só de leste a oeste e de sul a norte, mas até de um hemisfério ao outro, e se podem transportar comodamente as mercadorias

de um lado ao outro, quem duvidará que, por tal razão, a comercialização dos produtos manufaturados é mais segura do que a dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, também a certeza do ganho?

– quarto e último, porque, no mais das vezes, se extrai mais lucro dos produtos manufaturados do que dos produtos agrícolas, como se vê no trabalho da lã, especialmente nos tecidos finos, no do linho, da seda, das armas, nas pinturas, esculturas, gravuras e em todos os medicamentos de drogaria, juntamente com um infinito número de outros que seria demasiado longo mencionar. O desenvolvimento de cada uma dessas artes deve ser preferido à superabundância dos produtos agrícolas, pois o número delas, quando for bem elevado, será uma das causas mais poderosas para que qualquer cidade ou reino tenha abundância de ouro e prata, muito mais do que a superabundância de produtos agrícolas. Na Itália, sob este aspecto, vem, em primeiro lugar, a cidade de Veneza, onde há tantas e tantas manufaturas graças às quais, como se sabe, entra muito dinheiro. Nápoles, ao contrário, é a cidade em que isso não acontece, não só porque não possui todos ou a maior parte dos produtos manufaturados, mas os que há, com exceção dos da seda, não são produzidos em quantidade suficiente para serem exportados nem, sequer, para o consumo necessário a ela e ao Reino do qual é a capital. Deve, ao contrário, comprar produtos manufaturados de fora, como veremos em maiores detalhes quando a compararmos a Veneza no que diz respeito à abundância de dinheiro.

## CAPÍTULO IV

## II. DA DILIGÊNCIA DOS HABITANTES

Quanto à segunda causa comum – a diligência dos habitantes – pode-se dizer que ela existe num reino ou numa cidade quando os habitantes desses lugares são, por índole, laboriosos, aplicados e de tal forma criativos que comerciam seus produtos não apenas em seu país, mas fora, e discutem onde e de que maneira podem aplicar sua capacidade produtiva, em virtude da qual, sem dúvida, a cidade terá abundância de ouro e de prata, uma vez que seus habitantes ganharão dinheiro não apenas com os negócios que podem fazer em seu próprio país, mas ainda com os que podem fazer em países alheios. E tal qualidade é fonte de riqueza mais para os particulares do que para a cidade ou para o reino como um todo.

Sob esse aspecto, Gênova deve ser considerada a primeira cidade da Itália, pois, com efeito, em nenhuma outra há tanto dinheiro entre os particulares; depois vem Florença e em seguida Veneza, que, muito embora tenha um comércio maior do que o de todas as cidades da Itália juntas, no entanto, no que se refere à diligência de seus habitantes, ocupará o terceiro lugar. Nápoles, ao contrário, juntamente com o seu Reino, é a cidade em que essa causa de abundância de dinheiro está totalmente ausente, podendo-se ver que seus habitantes são tão pouco laboriosos que não comerciam fora de seu próprio território, e não apenas não comerciam em outras partes da Europa, como Espanha, França, Alemanha e outras, mas nem sequer na própria Itália. Tampouco exercem as atividades mercantis que existem em seu próprio reino,

deixando que as exerçam habitantes de outros lugares, principalmente da Itália, como genoveses, florentinos, venezianos, bergamascos e outros; e, apesar de verem essa gente fazer negócios em seu próprio território e com eles se enriquecer, mesmo assim não se dispõem a imitá-los e, seguindo seu exemplo, trabalhar em suas próprias casas. Exatamente o contrário do que fazem os genoveses que, havendo raras atividades mercantis em seu próprio território e como não se satisfazem com as que podem exercer em sua própria terra, digo a Itália, não poupam esforços ou perigos, e peregrinam por todas as partes da Europa e ainda por outras partes do mundo, e até, quando conseguem ter a licença da Majestade Católica, pelas Novas Índias.

Assim, pelos efeitos, vê-se como é importante, para se obter riqueza, que os habitantes sejam diligentes, visto que os cidadãos acima mencionados, apesar de seu país ser totalmente estéril, têm tanto dinheiro e os cidadãos do Reino, apesar de terem um país muito rico, são tão pobres.

## CAPÍTULO V

### III. DO GRANDE COMÉRCIO

A terceira causa comum de abundância de dinheiro é um grande comércio, para o qual, como mencionamos no capítulo relativo às causas próprias, uma localização favorável costuma ser condição muito propícia ou até mesmo fator determinante. E um grande comércio será uma das causas de abundância de dinheiro num país quando ele é praticado com mercadorias de outros países mais do que com os produtos deste mesmo país, visto que a exportação dos produtos locais

excedentes não pode ser grande e o dinheiro que se obtém desta forma deve ser atribuído não ao comércio, mas mais propriamente à superabundância natural dos produtos agrícolas. E, por outro lado, o comércio dos bens que um país importa por necessidade fará com que ele tenha menos e não mais dinheiro, de maneira que se pode concluir que um grande comércio num país surtirá o efeito acima mencionado somente com a condição de que se comerciem bens ou negócios de outros países para outros países e não que o comércio fique limitado a suas próprias necessidades, pois, neste caso, surtirá o efeito contrário. Como já dissemos, a localização é uma condição particularmente propícia e até mesmo uma das causas do grande comércio. Que, então, onde há grande comércio necessariamente deve haver grande quantidade de moedas não é preciso demonstrá-lo, uma vez que não se pode fazer comércio sem dinheiro e é para tal fim que ele é praticado.

Como já vimos, sob esse aspecto, a cidade de Veneza, na Itália, vem em primeiro lugar, sendo sua localização favorável não somente no que se refere à Itália mas também a toda a Europa, de modo que, como se pode observar, todas as mercadorias que da Ásia chegam à Europa passam por Veneza e de lá se distribuem a todos os lugares, assim como, da mesma forma, as mercadorias que da Europa vão para a Ásia passam por Veneza, criando-se com tal tráfego entre tantos lugares um comércio intensíssimo. Este é propiciado, então, pela comodidade da posição que Veneza ocupa não apenas quando da Ásia se vai para a Europa e da Europa para a Ásia, como também dentro da própria Itália, já que a maior parte dos rios italianos desemboca no mar onde se encontra essa cidade, facilitando o transporte de mercadorias a vários lugares. Acrescente-se a isso o fato de ela estar situada quase no meio da Itália, não muito distante do extremo norte nem do extremo



sul, o que também lhe é vantajoso em termos comerciais. Mas, para tanto, mais vantajosa ainda é a quantidade de manufaturas que nela se encontram, cuja presença ocasiona uma afluência muito grande de gente, a qual se deve não apenas à grande quantidade de tais atividades, mas à conjunção dos dois fatores, um dando força ao outro. Assim, a afluência de gente que se deve ao comércio e à sua localização aumenta com a quantidade de manufaturas, e estas aumentam em virtude do comércio, que, por sua vez, se torna cada vez maior.

Ao contrário, a cidade e o Reino de Nápoles não mantêm outro comércio a não ser o de seus próprios produtos nativos, e se pode constatar que, com exceção destes, poucos ou nenhum outro é exportado. E causa disso é a péssima localização do Reino, uma vez que, estendendo-se a Itália para fora do continente como um braço fora do corpo – que por isso foi chamada península –, ele está situado na mão e na última parte desse braço, e não é cômodo para ninguém enviar-lhe mercadorias para depois distribuí-las por outros lugares. E é tão verdadeiro que a localização do Reino é péssima que nunca alguém precisa passar por ele para ir a outro lugar, indo ou vindo de qualquer parte do mundo, a não ser que queira fazê-lo por prazer e aceite alongar o caminho, ou que deva passar por ali por questões pessoais, uma vez que não só não é vantajoso para os negócios enviar-lhe mercadorias para distribuí-las por outros lugares, mas acaba sendo mesmo prejudicial. E como no Reino esta desvantagem de localização se conjuga com a pouca diligência de seus habitantes e com a escassez de manufaturas, necessariamente vai minguar o comércio que, circunscrito às suas próprias necessidades, não pode ser grande, nem, se excetuarmos a exportação do excedente de seus próprios produtos, pode provocar abundância de dinheiro, causando aliás, como foi dito, seu oposto.

## CAPÍTULO VI

## IV. DA SABEDORIA DE QUEM GOVERNA

A última das causas comuns de abundância de dinheiro é a sabedoria de quem governa, que, tendo presente a situação do seu Estado, as várias particularidades dele e dos Estados, vizinhos ou distantes, com os quais seu reino comercia ou pode comerciar, e examinando as causas ou condições que podem fazer seu território ter abundância de moedas ou impedem que a tenha, sabe aplicar várias providências de acordo com os efeitos que quer produzir, removendo os obstáculos que se opõem ao efeito desejado. Mas, como já foi dito no Proêmio, não é fácil que se alcance tal sabedoria, pois quem governa precisa considerar bem não uma mas muitas coisas, estar atento aos inconvenientes e a outros efeitos que podem ser causados por determinada providência, não se enganar em relação aos meios principais, já que, como já comentamos, às vezes, pela grande dificuldade o intelecto toma por verdadeiro o que não é, sobretudo quando o efeito não depende de uma causa necessária, mas apenas contingente, como é a vontade dos homens. Neste caso, para agir bem, é preciso reparar em mais de uma coisa, costumando produzir a mesma causa efeitos diferentes em coisas diferentes, como, por exemplo, o sol, que endurece o barro e amolece a cera, ou um leve assobio, que irrita os cachorros e acalma os cavalos. Quando, então, o êxito da providência depende, como foi dito, da vontade dos homens, e ainda que em relação a súditos possa ser usada a coerção, é preciso considerar atentamente se eles podem impedi-la com algum estratagema, já que existem muitos. E não apenas isso, mas em relação aos homens que não são súditos, ponderar se a providência que se pretende tomar possa atraí-los pelas vantagens, ou se seria preciso tomar outra, juntamente com

infinitas outras considerações; e, tendo chegado a reconhecer as providências certas, considerar como podem ser aplicadas em seu Estado.

Já dissemos como isso é difícil. Com efeito, sob esse aspecto, muito poucos têm chegado à excelência, e entre estes, a meu ver, deve-se incluir e colocar entre os primeiros, tanto entre os antigos como entre os modernos, o papa Sisto V,<sup>6</sup> que, por saber reconhecer o que seria conveniente para o seu Estado, como conseguiu-lo e quais remédios eram necessários para as deficiências; por ter mais presteza na ação do que nas palavras e por saber tudo o mais que era preciso para a perfeita administração política do Estado, sem sombra de dúvida deve ser preferido a todos os governantes que existiram nesse mundo.

Mas, além da dificuldade de chegar ao conhecimento das providências necessárias, há ainda outra, pois é também necessário que um governante não se deixe arrastar por alguma paixão que lhe impeça o uso da reta razão, ou que, se não o impede, consiga que a tenha em pouca conta e, assim, condescenda mais aos desejos pessoais que ao bem público. E é muito certo que, quando num reino a sabedoria de quem governa se encontra no grau mais elevado, ela será a causa mais poderosa entre todas para fazê-lo ter abundância de ouro e de prata, podendo-se considerar causa eficiente e agente superior às demais aquela que pode predispor e conservar as outras, promover infinitas outras condições favoráveis, remover os obstáculos e conseguir o mesmo resultado de várias maneiras, não apenas nos países onde há uma boa predisposição às causas acima mencionadas, ou mesmo onde elas existem, mas ainda nos países onde não há tal predisposição ou não existe nenhuma das ditas causas.

6 Felice Peretti (1520-1590), eleito papa em 1585. [N.d.T.]

E de tal resultado teve-se experiência na referida época do pontificado de Sisto V na cidade de Roma, onde não existe nenhuma das causas de abundância de dinheiro acima arroladas, nem mesmo em mínimo grau, onde a localização não é boa e o dinheiro que se encontra se deve aos príncipes estrangeiros que a visitam, aos príncipes da Santa Igreja e aos embaixadores que ali moram em razão da residência do Sumo Pontífice, a quem se deve também a afluência de toda a cristandade para os mais variados negócios. E considere-se que todas essas coisas são secundárias no que diz respeito à causa principal de abundância de dinheiro que é o comércio. Apesar dessas condições, as providências do dito pontífice foram tais e tantas que, a despeito dos tempos calamitosos em que assumiu o pontificado, além de ter restituído num piscar de olhos a paz e a abundância a todo o Estado da Santa Igreja, restaurado a justiça com um vigor poucas vezes conhecido, engrandecido e embelezado Roma com tantas e tantas obras dispendiosas, como se pode ver ainda hoje, conseguiu entesourar no Castel Sant'Angelo cinco milhões de ouro que, sem sombra de dúvida, nunca se viram em Roma durante séculos, nem acredito haver hoje, uma vez que foram gastos em seguida para fazer frente a várias necessidades. E deste único exemplo pode-se inferir quão grande é o poder da sabedoria de quem governa.

Ela produz magnificamente o seu efeito quando, graças à vigilância do príncipe, não se deixa surgir no Estado nenhuma desordem contrária ao que ele dispôs, pois, em tal caso, se torna mais difícil remediá-la. Se, então, a desordem for muito grande e durar muito tempo, nem sempre é possível aplicar-lhe ou encontrar o remédio, mesmo conhecendo as causas que a têm criado, ainda que Antonio De Santis pense o contrário, como veremos mais adiante. Afirimo, portanto, que a sabedoria de quem governa, quando chega a um grau de grande perfeição,

é a maior causa de abundância de dinheiro que se possa encontrar nos reinos; e como a justiça, como diz Santo Tomás, contém em si as outras virtudes por ter o poder de direcioná-las ao seu próprio fim, assim esta causa contém todas as outras, podendo originá-las, direcioná-las ao seu fim e conservá-las.

E se alguém me dissesse que, sendo isso verdade, eu cometi o erro de não citar a sabedoria de quem governa em primeiro lugar, antepondo-a à quantidade das manufaturas, respondo que fiz isso em consideração da certeza desta e da incerteza daquela: incerteza, digo, não em si, mas em relação ao sujeito agente, pelas dificuldades acima mencionadas, tendo a esse respeito seguido a opinião daqueles que preferem a certeza da coisa à nobreza do sujeito.

## CAPÍTULO VII

### NÃO HÁ OUTRAS CAUSAS DE ABUNDÂNCIA DE DINHEIRO ALÉM DESSAS MENCIONADAS

Não há outras causas de abundância de dinheiro além dessas mencionadas que não sejam causas ou condições subordinadas às primeiras. Assim, devendo-se considerar a baixa taxa de câmbio como condição momentânea, ela deve-se subordinar ao comércio, ocorrendo o mesmo com o baixo valor dos títulos,<sup>7</sup> enquanto o valor elevado da moeda deve ser subordinado à sabedoria do governante. Mas essas coisas ou outras semelhantes não podem ser consideradas causas de

<sup>7</sup> *Entrate* no original, termo genérico para indicar rendimentos advindos de patrimônios, serviços, investimentos financeiros e, por extensão, a própria fonte de tais rendimentos. Neste último caso traduzimos por 'títulos'. [N.d.T.]

abundância de dinheiro, nem mesmo subordinadas, mas tão-somente condições, pois não produzem necessariamente tal efeito, ainda que a Antonio De Santis a baixa taxa de câmbio pareceu ser não apenas uma causa poderosa para obter abundância de dinheiro, mas a única, assim como o valor elevado da moeda, como veremos na segunda e terceira parte deste tratado.

Deve-se concluir, portanto, que, além das causas acima mencionadas, não há outras que sejam principais, e, para que sejam melhor entendidas e confirmadas mediante exemplos, faremos logo em seguida a comparação entre Nápoles e outras cidades da Itália, com especial referência a algumas particularidades daquela atinentes ao que se pretende demonstrar.

## CAPÍTULO VIII

### COMPARAÇÃO ENTRE NÁPOLES, VENEZA E GÊNOVA QUANTO ÀS CAUSAS ACIMA MENCIONADAS

Sendo Veneza e Gênova cidades nas quais não só não se encontra uma superabundância natural de produtos, mas ocorre exatamente o contrário, uma vez que em nenhuma delas não apenas não se produz o suficiente, mas, pode-se dizer, nem mesmo uma pequena parte do que necessitam, enquanto Nápoles, ao contrário, a cidade em que existe tal superabundância, uma vez que do Reino, num ano, como afirma De Santis, se obtém dos produtos um valor de seis milhões – e se isso for ou não verdade pouco importa –, vemos, no entanto, que as duas primeiras cidades têm grande abundância de moedas e Nápoles nenhuma. Com toda a razão,

portanto, devendo comparar Nápoles com outras cidades da Itália relativamente à abundância de moedas, decorrente das causas acima expostas, pareceu-me conveniente escolher exatamente estas duas, que, quanto à superabundância natural de produtos, são exatamente o oposto de Nápoles. Assim, ao refletir sobre as razões dos efeitos contrários que nelas observamos, entender-se-á melhor o que foi tratado até agora e ainda parte do que resta tratar, e, em virtude do que será dito nesta comparação com as cidades escolhidas, cada um poderá facilmente estender a comparação às outras cidades da Itália e ter maior clareza ainda.

E já que Veneza é a cidade que mais diverge de Nápoles no tocante às causas mencionadas, assim como, ao mesmo tempo, a outras causas e condições que criam a abundância de moeda, por essas razões, para proceder à comparação, levar-se-ão em conta todas elas, em ambas as cidades. Depois de Veneza, será a vez da comparação com Gênova, que, então, será mais rápida; e, para que se entenda tudo muito bem, serão levadas em consideração também as peculiaridades de uma e outra cidade.

## CAPÍTULO IX

### CONDIÇÕES DAS CIDADES DE NÁPOLES E VENEZA PARA QUE HAJA ABUNDÂNCIA DE DINHEIRO

Nápoles possui em seu reino não apenas o suficiente para a alimentação de seus habitantes, mas exporta produtos no valor de seis milhões por ano.

Veneza não possui, em seu território, nada que seja suficiente, nem ao menos em pequena parte, para a alimentação

de seus habitantes. Tampouco chega a exportar algum produto, mas, ao contrário, deve gastar todos os anos mais de oito milhões para a compra de víveres.

Em Nápoles, a moeda, tanto de ouro quanto de prata, recebe um valor mais alto do que no resto da Itália e, conseqüentemente, do que em Veneza também, de maneira que, se de todas as outras partes da Itália for enviada moeda a Nápoles, se ganha, na prata, cerca de cinco por cento ou mais, e no ouro, que não tem um valor fixo nem, pode-se dizer, circula como moeda, se ganha muito acima do valor com o qual circula normalmente; e, ao contrário, levando a moeda de Nápoles para qualquer parte da Itália, se perde aproximadamente oito por cento. E se a alguém parecer serem falsos alguns dos números referidos, poderá corrigir sua opinião esforçando-se para conhecer melhor a verdade. Mas voltaremos a falar disso na segunda e terceira parte desta obra.

Em comparação com Nápoles, a moeda em Veneza, tanto de ouro quanto de prata, é estimada abaixo do seu valor, de forma que, ao transferir uma certa quantidade de Veneza a Nápoles, como já foi dito, na prata se ganha pouco mais de cinco por cento e, no ouro, mais do que seu valor corrente; e, ao contrário, levando-se moeda de Nápoles para Veneza, se perde o mesmo que já foi mencionado. Contudo, em se tratando das outras partes da Itália, ao transferir moeda de Veneza para outros lugares e destes para Veneza, perde-se apenas o custo da cunhagem.

De Nápoles, não se podem exportar moedas, quer sejam de fora quer locais, nem ouro nem prata, sob penas gravíssimas e grande perda de dinheiro, uma vez que, atualmente, se incorre numa multa de três vezes o valor do que se exporta.



De Veneza, pode-se exportar qualquer quantidade de moedas locais, mas não moedas de fora, e cada ano são exportadas, só para o Levante, mais de cinco milhões.

Em Nápoles, em razão do grande montante de dívidas antigas e da escassez de moeda, os títulos são estimados abaixo do seu valor, e pode-se obter sete e meio, oito e até dez por cento. Toda soma considerável, portanto, poderia ser empregada desta forma.

Em Veneza, os títulos são estimados acima do seu valor, e não se obtém mais do que quatro ou cinco por cento, de maneira que haveria bem pouca vantagem para quem quisesse empregar dessa forma suas moedas.

Em Nápoles, as rendas que possui a Majestade Católica são todas gastas e se extinguem no próprio Reino, visto que ela não guarda nem uma parte delas, chegando a enviar, aliás, freqüentemente, milhões de dinheiro vivo, embora bem poucas poderiam ser guardadas, já que são quase todas gastas e convertidas na remuneração dos estipendiários e da milícia.

Em Veneza, ao contrário, não se gastam todas as rendas que possui a Senhoria, mas a maior parte é guardada e, depois que foi solvida a dívida contraída em 1570 e 1571 pelo procurador Prioli, para as armadas, todos os anos são depositados nos cofres públicos cerca de seiscentos mil ducados, além da quantia que vai para o tesouro da Casa da Moeda.

Portanto, ao considerar as particularidades de uma e de outra cidade, vê-se que as de Nápoles são todas, ou deveriam ser, condições poderosas para fazê-la ter abundância de dinheiro, e, ao contrário, as de Veneza, condições para empobrecê-la; entretanto, dá-se exatamente o contrário, uma vez que Veneza tem muito dinheiro e Nápoles pouco. Devemos procurar entender, então, como é que isso acontece.

## CAPÍTULO X

COMO E POR QUE, APESAR DAS CONDIÇÕES ACIMA MENCIONADAS,  
VENEZA TEM ABUNDÂNCIA DE OURO E DE PRATA

Como vimos, em Veneza, pelas condições acima mencionadas, deveria haver saída de moedas e em Nápoles, ao contrário, entrada, razão pela qual aquela deveria ser pobre de moedas e esta rica. Entretanto, ocorre exatamente o oposto, e é necessário, portanto, encontrar a causa que produz tal efeito contrário. Começando com Veneza, e tendo como premissa que uma saída de dinheiro pressupõe necessariamente uma entrada, senão ela não seria possível, a dificuldade será saber de onde vem tal entrada que não só corresponde à saída, mas que a supera de tal forma que pode explicar a abundância de moedas ali existente. E, uma vez descoberto isso, cessará a dificuldade e ficará resolvida a contradição apontada. E sem dúvida, sabendo-se que nesta cidade se encontram plenamente desenvolvidas as três causas da abundância de dinheiro, isto é, quantidade de manufaturas, grande comércio e sabedoria de quem governa, não se pode deixar de concluir que é destas causas que provém tão grande entrada de moedas, que comporta não apenas a referida saída, mas dá lugar à abundância que ali existe.

No tocante à efetiva presença destas causas, quanto às duas primeiras não preciso esforçar-me para comprová-las, sendo conhecidas por quem esteve lá, ou mesmo por quem não esteve; a terceira pode ser conhecida por seus efeitos, pois, como já dissemos, a sabedoria de quem governa é uma causa que põe em movimento, pode gerar e conservar as outras, é a que mantém a ordem, sem o que não há coisa no mundo que possa ir bem, da mesma forma que, ao contrário, a confusão

prejudicial à ordem produz todos os males, e é uma das misérias que se encontram no Inferno. Na cidade de Veneza, as referidas causas estão tão bem desenvolvidas e ocasionam tamanha entrada de dinheiro que, subtraindo-se o que sai, ela ainda é mais rica do que qualquer outra cidade, não só da Itália, mas inclusive de outros lugares onde há minas de ouro e de prata. E a harmonia entre elas é tal que uma auxilia e melhora a outra, já que um grande comércio ajuda e melhora as manufaturas, multiplicando-as, e, da mesma forma, a sabedoria de quem governa sustenta e conserva em bom estado as outras causas, tirando os obstáculos que podem surgir em várias ocasiões, criando sempre condições para que os fabricantes e os mercadores locais continuem exercendo suas atividades, e, ainda, venham outros de outros lugares, proporcionando-lhes todo o conforto, providenciando várias coisas para uns e para outros, usando vários meios para que se criem novas oportunidades em diferentes circunstâncias.

Mas, certamente, quanto ao comércio e à sabedoria de quem governa, tal cidade possui algumas vantagens a mais do que outros lugares em que se quisesse estimular tais causas de abundância de dinheiro, pois, em favor do primeiro, como já dissemos, Veneza possui uma localização privilegiada e, relativamente à segunda tem a peculiaridade de ter, pode-se dizer, sempre o mesmo governo, o que não se verificou em outras senhorias ou repúblicas, onde tal estabilidade também poderia ser possível. Nas monarquias, no entanto, um mesmo governo não pode durar mais de cinquenta anos, aproximadamente. Isto é possível quando o monarca reside no reino e conserva do começo ao fim a mesma sabedoria e juízo, e, ainda, passa pelas mesmas experiências; mas onde o monarca

não reside,<sup>8</sup> o governo, como se sabe, dura tanto quanto dura o cargo do vice-rei, ao passo que, numa monarquia, o governo continua o mesmo até que o rei morra. Após a sua morte, quer o sucessor seja seu filho, quer não, o governo que se segue não será o mesmo de antes – e daí advém o dito “Novo rei, nova lei” –, pois quem sucede não tem exatamente as mesmas opiniões do predecessor, nem pode saber ao certo o que este considerava como desordem em seu reino, nem que providências devia tomar ou tomou de fato para remediar as desordens passadas, de modo que possa, ao suceder-lhe, resolver as mesmas dificuldades, ou as novas que sobreviessem, com base na experiência do passado. Tendo ele de começar a governar à sua maneira, não há certeza de que suas providências serão bem-sucedidas, e é por isso que os súditos da Santa Igreja Católica, pela mudança contínua, não conseguem ter aquele bom governo que poderiam ter se houvesse estabilidade.

Desde o início da sua expansão houve em Veneza a preocupação de se ter um bom governo, e por isso foram instituídos vários e diferentes órgãos visando o bem público, e novos são criados a todo momento, aperfeiçoando-se ou eliminando-se os do passado com base no seu desempenho. Particular atenção foi dada à criação e regulamentação da magistratura, não se tendo verificado em nenhuma outra senhoria ou república semelhante maneira de eleger os magistrados. E de fato, como a experiência tem demonstrado, não houve domínio ou república no mundo que tenha durado tanto tempo quanto durou e continua a durar Veneza, que, depois de mil e duzentos anos desde a sua edificação após o flagelo de Átila, ainda está incólume. Digo, então, que nesse

8 Como é o caso do Reino de Nápoles, que esteve sob a dominação espanhola de 1504 a 1707. [N.d.T.]

modo de eleger os magistrados há tamanha perfeição que é impossível que seja eleito alguém por suborno ou desejo de agradar, como tampouco, como bem sabe quem está a par disso, ascende ao grau supremo alguém que já não tenha passado pelos graus mais baixos e médios e não tenha se saído bem em todos. Tal Conselho, dito dos Pregadi, é superior a todos, como antigamente o Senado em Roma, e tem o poder de fazer e desfazer as leis, as guerras e a paz; é composto de, aproximadamente, cento e cinquenta senadores, talvez mais, praticamente vitalícios, bem conhecidos pelo exercício das magistraturas anteriores, e não há magistrado que possa ter o supremo poder, mesmo que seja por um tempo mínimo, sem o consentimento do Conselho dos Pregadi.

Estando assim bem formado esse governo, segue necessariamente que ele será sempre o mesmo, uma vez que, sendo os senadores em número tão elevado e sendo seu cargo vitalício, não pode ocorrer que venham a faltar todos ou a maior parte por morte, e, assim, os que entram, não sabendo o que os primeiros consideravam como desordem e remédio para o Estado, ou mesmo o sabendo, se afastem da opinião deles. Ocorrerá, ao contrário, que os sucessores sempre encontrarão um número muito maior de senadores antigos, pelos quais vêm a conhecer as desordens passadas e presentes, e até as futuras, com os respectivos remédios, e conquanto possam discordar da opinião desses senadores antigos, não podem dispor diversamente, visto que, para tomar qualquer providência, é necessário o consenso ou obter a maioria. E assim vai acontecendo sempre, de maneira que, por tais razões, o governo pode ser considerado sempre o mesmo, o que é muito importante.

E isso pode ser melhor entendido se tivermos presente a analogia, já proposta, entre médico e governante. Com efeito, compreende-se facilmente que um médico, que tenha assistido um doente muitas vezes e, assim, já conheça a compleição e as tendências deste seu paciente, quando tiver de socorrê-lo de novo, terá um conhecimento melhor e será mais bem-sucedido em suas providências do que outro médico que assiste esse doente pela primeira vez e que, portanto, pode conhecer sua compleição apenas por conjecturas e não por experiência direta ou pelo bom êxito dos remédios ministrados. Da mesma forma, parece-me haver diferença entre as providências que, diante de desordens ou mudanças em seu Estado, deve tomar alguém que é novo no governo e as que tomaria alguém que já tem experiência nesse mesmo governo, que conhece as desordens do passado e os remédios encontrados, juntamente com todas as demais particularidades do seu reino.

Tendo-se, então, esclarecido de onde provém a referida entrada de moedas, e visto os grandes efeitos que ela produz, demonstrei claramente não estar enganado ao afirmar que, entre as causas da abundância de dinheiro num reino, se deve preferir a quantidade de manufaturas à superabundância natural de víveres. Resta agora falar das condições de Nápoles e dos efeitos que delas procedem.

## CAPÍTULO XI

POR QUE, APESAR DAS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS  
À ABUNDÂNCIA DE DINHEIRO,  
NÁPOLES É POBRE EM OURO E PRATA

Se as condições de Veneza redundariam em saída de dinheiro e, no entanto, como vimos, entra dinheiro, as condições de Nápoles, ao contrário, deveriam causar entrada e não saída de dinheiro. Falta explicar, portanto, por que tal entrada, como todos sabem, não se verifica, nem total nem parcialmente. E para resolver esta dificuldade, que não deixa de ser mais surpreendente do que a primeira, é forçoso admitir que uma das duas proposições é falsa, ou não admitir a saída ou negar a entrada, caso contrário haveria contradição. E como tal dificuldade surpreende a todos, De Santis, não conseguindo resolvê-la de outra maneira, atribuiu à alta taxa de câmbio a falta de entrada de dinheiro e o aumento da saída. Mas dessa sua opinião falaremos na segunda parte desta obra, em que resultará claro que isso ocorre em Nápoles não sem razão de ser, demonstrando-se de onde provém a pouca ou quase inexistente entrada de dinheiro, havendo, no entanto, saída, e que nisso o câmbio, indiferentemente de a taxa ser alta ou baixa, não tem interferência alguma.

Querendo chegar à verdade, então, é preciso averiguar a exatidão de ambas as proposições e, sem fazer suposições despropositadas, saber ao certo a quanto monta a entrada, que, como já foi dito, segundo a opinião de De Santis, seria de cinco milhões por ano, feita a dedução das mercadorias que é preciso importar, cujo valor, a seu ver, pode chegar a seiscentos mil ducados, e considerando que os rendimentos pagos aos estrangeiros correspondem a uma soma igual, pois se admitiu

haver uma exportação de produtos no valor de seis milhões ou mais. E, com efeito, tirando deste valor um milhão e duzentos mil a que montam as mercadorias importadas e os rendimentos pagos aos estrangeiros, deveriam restar, cada ano, os cinco milhões acima mencionados. Se, então, como se admitiu, há uma exportação no valor de seis milhões, que devem ser calculados como entrada – e não há de se discutir agora se isso é ou não verdade –, é preciso descobrir como é que, havendo tal entrada, há tão pouco dinheiro, ou, em resumo, verificar se é verdade que não há outra saída de dinheiro e se tal entrada ocorre realmente. Mas visto que a saída é de um montante diferente do que foi dito, uma vez que os rendimentos e as atividades mercantis dos estrangeiros, juntamente com as mercadorias que vêm de fora, superam de longe a soma referida, segue que o cálculo supradito não corresponde à verdade. E, com isso, fica resolvida a dificuldade inerente ao fato de Nápoles ser pobre em ouro e prata, ainda que exporte produtos no valor de aproximadamente seis milhões por ano.

Para entender bem esse fato, deve-se observar antes de quais produtos Nápoles necessita do exterior, se são necessários, cômodos ou agradáveis aos habitantes do Reino, e ter bem presente a que montante podem chegar e chegam efetivamente, já que se deve calculá-los como saída de dinheiro. Caso contrário, não se devem calcular como entrada os produtos que se exportam, o que equivaleria a julgar de maneira diferente uma mesma coisa.

E para começar, parta-se do fato evidente de que no Reino não há manufaturas de lã para tecidos finos e o vestuário vem de fora (como reconhece De Santis no sexto argumento, onde afirma ser necessário criar uma lei a esse propósito) e, calculando por cima, tendo o Reino aproximadamente um milhão de lares, incluindo os que são isentos ou se subtraem ao



fisco, faça-se o cômputo do número de pessoas em cada lar e de quantos podem vestir roupa fina – tendo em conta que, além dos nobres, dos mercadores e dos cidadãos ricos, qualquer artesão de condição mediana possui roupa fina, pelo menos para os dias de festa – e considere-se quanto custa uma roupa e quanto dura. Se se quiser calcular tudo mesmo, tal saída de dinheiro em tecidos chegará a três milhões, mas contento-me que se considere menos de dois milhões; e se a tal cálculo acrescentarmos os padres, os frades e os monges, a maior parte dos quais veste roupa de tecidos importados, que representa uma certa quantia de dinheiro, pode-se ver que a soma acima referida está abaixo e não acima da real.

Além disso, o Reino necessita de ingredientes para medicamentos, ou seja, dos principais sîmplices, como são o ruibarbo, o agárico e outros, e de outros compostos, como são as teriagas, os mitridatos e outros, que vêm, quase todos, de Veneza. E ainda de especiarias aromáticas, como pimenta, canela, cravo, noz-moscada, gengibre, mirra, incenso, estoraque, benjoim e infinitas outras, como também de açúcar. Assim, levando em consideração o tamanho do Reino e o grande número dessas especiarias, e particularmente da pimenta, que não há família que não chegue a consumir aproximadamente meio ducado, dando-se o mesmo com os sîmplices, e computando com base nisso as outras coisas, talvez se chegue à mesma soma dos tecidos, ou pouco menos.

Deve-se considerar ainda que as drogas, tanto artificiais quanto naturais, vêm todas de fora, a maior parte de Veneza, por ser o Reino de Nápoles, como já dissemos, pobre de manufaturas. São elas: vitríolo, argento-vivo, sublimado, cinabre, sal amoníaco, antimônio, arsênico, ouro-pigmento, verdete, alvaiade, mînio, tutia, cânfora, alume, pau-brasil e todos os ingredientes que servem aos tintureiros, todas as cores

e outras drogas que são em grandíssimo número. E conquanto possa parecer que seja necessária uma quantidade pequena, já que de cada substância se faz um uso limitado e apenas determinadas pessoas necessitam delas, no entanto, como a maior parte delas e outras são usadas nas várias artes e a extensão do Reino é considerável, faz-se necessária uma grande quantidade. Mas mesmo das que não são usadas nas artes, nem para alguma coisa necessária ou cômoda, mas apenas por capricho, dada a extensão do Reino, a quantidade não é pequena. E, para dar um exemplo, até do sublimado, que não tem outro uso a não ser o de se passar no rosto das mulheres, é necessária uma certa quantidade que, levando-se em consideração a extensão do Reino, deverá ser calculada em aproximadamente um milhão.

Da mesma forma, no Reino não há nenhuma mina de metais a não ser de ferro, que nem mesmo é suficiente para as suas necessidades e deve ser importado, assim como são importados todo o cobre, todo o chumbo e todo o estanho. É fácil, então, a partir do que foi dito antes, deduzir qual quantidade desses metais deve ser importada, sendo o uso deles, especialmente do cobre e do estanho, necessário na fabricação de armas e sinos, além do uso feito por particulares. E ainda vêm de fora todo o latão e todos os tipos de vidros.

E ainda são necessários livros de todas as ciências e artes, pois, se bem que há tipografias em Nápoles, no entanto, para isso, é como se não existissem, já que não se imprimem livros mas coisas de pouco valor. Tampouco há papel suficiente.

Às vezes, é preciso até importar trigo, como se viu nestes últimos anos, que não sobrou nem um pouco e seu valor aumentou em dez por cento.

Além disso, vêm de fora todos os tecidos finos, como holandas, orleãs, cambraias e outros tecidos grossos, como também todas as armas, se bem que atualmente tenha sido iniciada a fabricação de arcabuzes, elmos e corseletes, mas em pequena quantidade.

Pela pouca laboriosidade dos habitantes há necessidade, então, não apenas das coisas acima mencionadas e de outros produtos, mas até de coisas que são produzidas no Reino, as quais, por não se saber trabalhá-las, devem ser importadas pelo dobro do seu valor, como é o caso dos açúcares refinados, em forma de pãezinhos, que vêm de Veneza, pois os que são produzidos no Reino, com a cana de açúcar, são pouco trabalhados e ninguém se preocupa em aprender a arte da refinação. O mesmo se dá com o branqueamento da cera, e se uma ou outra vez alguém tentou uma ou outra arte, foi por instigação de estrangeiros e não durou muito.

Mas se se quisesse falar de todas as coisas que o Reino importa e dos produtos manufaturados em particular, seria preciso um livro, pois, ao considerar realmente tudo, se chegaria a ver que a saída de dinheiro corresponde à entrada. Posso, no entanto, admitir que a saída não seja igual e que a entrada seja um pouco maior. Mas deste pouco a mais é preciso deduzir os rendimentos que os estrangeiros devem receber do Reino de Nápoles, quer de Sua Majestade Católica, quer de particulares, e ainda os bens e os negócios que eles mantêm nesse Reino, a maior parte dos quais está em seu poder por causa da negligência ou, melhor dizendo, desleixo dos seus habitantes, que, não só não vão exercer atividades mercantis em países estrangeiros, mas nem sequer sabem exercê-las em seu próprio país, com seus próprios produtos, mesmo quando as vêem feitas pelos estrangeiros. Digo, então, que é preciso levar em consideração todas essas coisas, uma vez que, tendo os

estrangeiros o dinheiro dos rendimentos ou das atividades mercantis no Reino, não é necessário que venha dinheiro de fora quando se exportam produtos do Reino, uma vez que estes podem ser comprados com tais rendimentos e atividades. A esse respeito, De Santis afirma que tal dinheiro não chega a mais de seiscentos mil ducados; assim, conquanto ele pensasse unicamente nos rendimentos e não em todos os outros ganhos acima mencionados, não é preciso dizer quanto se enganou, pois, ao calcular apenas os rendimentos, não levou em consideração o que havia afirmado antes a respeito, ou seja, que a causa de os estrangeiros não converterem as duplicatas em capital é que não sobrou nada para ser vendido, tendo os estrangeiros sugado o sangue de todos os cidadãos do Reino, que já não têm mais vida.

Considerando tudo o que foi dito, então, deve-se concluir que, se os estrangeiros quisessem exportar e exportassem o que fosse possível apenas com o dinheiro dos rendimentos ou das atividades mercantis que eles têm no Reino, se atingiria, ou se ultrapassaria, a entrada num valor de seis milhões correspondente aos produtos exportados, e um valor ainda maior se se acrescentar o dos produtos que precisamos importar, na quantidade acima referida. Tirante a entrada desses seis milhões, correspondentes aos produtos que exportamos, não existe nenhuma outra causa que faça entrar dinheiro no Reino. Mas como os estrangeiros não empregam na exportação de produtos todos os seus rendimentos e os proventos das suas atividades, procurando, ao contrário, mantê-los no Reino para voltar a empregá-los mais facilmente nas mesmas aplicações, segue que o Reino, até agora, não ficou totalmente sem dinheiro. E mesmo assim, se a Majestade Católica ou se os particulares, em defesa de seus próprios negócios, diante da grande escassez de dinheiro, não tivessem

mandado vir certa quantidade de moedas ou de prata, o Reino, no mais das vezes, teria ficado totalmente sem ele, como teria ocorrido especialmente no ano passado se os particulares não tivessem mandado vir uma pequena quantidade de dinheiro e de prata. Sem tal remessa, todo o mundo, e não apenas os poucos que sofriam com isso, teria percebido que a escassez de dinheiro no Reino é grande. Um sinal evidente da grande pobreza em que se encontra o Reino é que tais pequenas quantidades tenham chegado a parecer enormes por terem conseguido reparar esta escassez.

Assim, do que foi dito, ficou plenamente explicado o fato estranho de não haver dinheiro em Nápoles apesar das condições favoráveis acima descritas, devendo, aliás, causar espanto que haja aquele pouco que há. E ficou claro que a causa da escassez ou da abundância de dinheiro não é a taxa de câmbio alta ou baixa, mas que responsáveis pela escassez são unicamente as causas acima apontadas e que é preciso, portanto, encontrar um remédio diferente do que adviria do câmbio. E disso falaremos amplamente na segunda e terceira parte desta obra.

Em relação ao valor elevado da moeda, quer de ouro, quer de prata, já dissemos não ser ele a causa da abundância de dinheiro, mas apenas uma condição favorável se acompanhada de outras circunstâncias. Tal condição, de fato, nem é muito poderosa, nem nunca produziu tal efeito no Reino. Falaremos disso na terceira parte. O mesmo deve ser dito do valor alto dos títulos, e se o valor elevado da moeda, por si só, nada produz no Reino, ou, no máximo, algum prejuízo, o valor alto dos títulos acaba por empobrecê-lo. Outras condições, então, dizem respeito à conservação da moeda existente e não à entrada de novo dinheiro e, no tocante

à proibição de exportação de moeda, se ela constitui ou não um expediente, falaremos na terceira parte.

Fica plenamente esclarecida, portanto, também a razão pela qual, embora todos os anos se exporte do Reino o valor acima mencionado, nunca há moeda correspondente a tal exportação. E se não há moeda em decorrência de tal exportação, segue necessariamente que nenhuma ou pouca moeda poderá haver por outras razões, uma vez que, como vimos, no Reino faltam as causas comuns que poderiam torná-lo rico de ouro e prata como o são outros países, e, inclusive, minas. Assim, como sai necessariamente o dinheiro que entra em virtude da superabundância natural de produtos e como faltam todas as outras causas que geram abundância de dinheiro, é de estranhar como haja aquele pouco que se encontra, e que só parece ter certa magnitude pelo fato de a mesma soma aparecer em diferentes lugares, aparentando ser outra, mas sendo sempre a mesma, permitindo, dessa forma, que os bancos, graças ao uso de apólices, sustentem o comércio. E esclareceríamos isso melhor se fosse agora o momento de tratar desse assunto, bastando, ao contrário, o que foi dito para resolver a dificuldade apresentada, de que em Nápoles não há ou não chega dinheiro.

## CAPÍTULO XII

### COMPARAÇÃO ENTRE NÁPOLES E AS OUTRAS CIDADES DA ITÁLIA

Do que se tem dito cada um pode por si só extrair as conseqüências e estabelecer uma comparação entre Nápoles e Gênova – onde a diligência dos habitantes é a causa principal

da abundância de dinheiro – e as outras cidades da Itália, e conhecer o motivo das diferenças que há entre elas. Deixo, portanto, a quem quiser fazê-lo esta fácil tarefa, evitando me estender desnecessariamente sobre este assunto. Por isso, tendo feito conhecer, de modo geral, as causas que podem fazer os reinos ter abundância de ouro e de prata, com particular referência ao nosso Reino, e tendo comparado Nápoles com Veneza e, mais superficialmente, com as outras cidades da Itália, esclarecendo suficientemente o que se pretendia demonstrar, resta agora, como já prometemos, discutir na segunda parte desta obra a verdade das opiniões de De Santis e, na terceira, fazer menção de alguns remédios e providências gerais e, mais especificamente em relação ao nosso Reino, dos modos de aplicá-los que julgo mais convenientes em tal matéria.









## SEGUNDA PARTE

### PROÊMIO

Quando o intelecto toma um conceito falso por verdadeiro e se satisfaz sem continuar investigando, ou, então, se engana em suas indagações e estabelece um fundamento falso, decorre necessariamente que tudo o que depende desse fundamento pode não ser verdadeiro e, conseqüentemente, as providências que se tomam acreditando serem apropriadas não surtem o efeito desejado. Parece-me que exatamente isso ocorreu no *Discurso* de Marco Antonio De Santis sobre o efeito do câmbio em nosso Reino, em que, tendo estabelecido como fundamento real e verdadeiro que a baixa taxa de câmbio é a única causa que faz o Reino ter abundância de moeda e que a alta taxa é a causa do seu empobrecimento, ele procura confirmá-lo de várias maneiras. Assim, com base em tal opinião, foram tomadas providências para baixar a taxa de câmbio, na expectativa de que o Reino chegasse a ter abundância de dinheiro, como o *Discurso* prognostica. E já que prometi discorrer nesta segunda parte acerca de tal conclusão e das razões que ele aduz para sustentá-la, discutirei, apenas por dedução lógica, sem recorrer à experiência que comprovou o contrário, a veracidade dos argumentos e das provas apresentadas em tal *Discurso*; e como De Santis escreveu em língua vernácula, quis, eu também, escrever na mesma língua, de forma que os que não sabem latim e leram o *Discurso* possam considerar as razões de um e de outro, e saber se a medida que consiste em baixar a taxa de câmbio devia ou podia ser suficiente

para fazer o Reino ter abundância de dinheiro ou se, pelo contrário, seria necessário recorrer a outra, como deverá resultar claro do que segue.

## CAPÍTULO I

SE A ALTA OU BAIXA TAXA DE CÂMBIO QUE NÁPOLES  
MANTÉM COM AS OUTRAS PRAÇAS DA ITÁLIA É OU PODE SER  
A CAUSA DA ABUNDÂNCIA OU ESCASSEZ DE MOEDA NO REINO

Em todo o seu *Discurso* Marco Antonio De Santis não pretende provar outra coisa senão que a alta taxa de câmbio que Nápoles mantém com as outras praças da Itália é a única causa da escassez de moeda no Reino. Isso porque, na opinião dele, essa alta taxa faz com que o dinheiro que deve entrar no Reino, como contrapartida da exportação de produtos, não chegue em moedas, mas em letras de câmbio, e o que deveria sair em letras de câmbio, como pagamento da importação de mercadorias estrangeiras, saia em moedas, pelo ganho que se tem em um e outro caso. Assim, ao contrário, uma taxa de câmbio baixa deveria gerar uma maior abundância, por produzir, pela mesma razão, o efeito oposto. E como prova maior disso, De Santis aduz a experiência, porquanto quinze, vinte, trinta anos atrás, quando a taxa de câmbio era baixa, o Reino tinha abundância de moedas, das suas e das estrangeiras, e de quinze anos para cá, aproximadamente, que a taxa é alta, o Reino, pela razão mencionada, tem escassez de moedas.

Esta é a primeira e principal conclusão do seu *Discurso*, e é ela a raiz ou o fundamento do seu pensamento. E se se destruir tal fundamento, necessariamente desmorona tudo o que dele depende. É preciso, portanto, ter o cuidado de verificar se esta conclusão, assim como as razões e provas que

para ela se alegam, contêm alguma verdade. E, sem dúvida, se, tanto pela experiência, quanto pela motivação do ganho, que a todos move, tal conclusão fosse verdadeira – já que ele afirma serem todas as suas razões evidentes e não ter encontrado nenhuma contradição por mais que a tenha procurado –, o remédio não poderia estar errado e a providência tomada deveria ser adequada e surtir o efeito desejado. Mas como tal conclusão não é verdadeira, ainda que as razões que ele aduz e a experiência o sejam, e será tão mais falsa quanto mais estas o forem, segue que o remédio proposto não foi bom e a providência tomada não surtiu nem podia surtir efeito. E, para deixar tudo isso claro, examinaremos tanto as razões alegadas quanto a experiência, isto é, se sendo verdadeiras levariam a tal conclusão e, em seguida, se elas realmente são verdadeiras, uma vez que, para que a conclusão seja falsa, é suficiente que apenas uma das razões seja falsa, e muito mais ainda se todas o forem.

Começando pela primeira hipótese, isto é, se, sendo tais razões e tal experiência verdadeiras, elas comprovam a sua conclusão, desenvolveremos a argumentação acompanhando o raciocínio de De Santis, para conhecê-lo e compreendê-lo melhor, já que a verdade se conhece ao discuti-la, podendo-se dizer o mesmo do erro, que, normalmente, se dá quando não há discussão e o intelecto se satisfaz com as primeiras aparências. O raciocínio dele, então, é o seguinte: a alta taxa de câmbio é vantajosa para quem envia dinheiro ao Reino na forma de letras de câmbio e não em moedas, e como o objetivo de todos em tal matéria é o ganho, cada um enviará letras e não dinheiro vivo. A necessária conclusão disso, para ele, é que a alta taxa de câmbio, que é vantajosa, faz com que entre dinheiro no Reino na forma de letras de câmbio e não em moedas, causando, por conseguinte, escassez de dinheiro vivo.

Tal argumentação parece conter uma verdade clara e fácil, ou, como ele diz, que salta aos olhos; mas para não nos enganarmos é preciso examinar bem as suas partes e a conclusão. Começando por esta última, que é a de que cada um enviará dinheiro em letras de câmbio e não em moedas, com base na qual ele funda a sua conclusão final ou tese de que a alta taxa de câmbio é a causa da escassez de dinheiro vivo, digo que tal conclusão, conquanto as partes da argumentação sejam verdadeiras e delas derive necessariamente e não contingentemente, pressupõe uma hipótese necessária: que antes de se pagarem as letras de câmbio tenha vindo ao Reino dinheiro vivo, ou que, se já não veio, deva vir, pois, do contrário, no Reino, não haveria como pagá-las. E sendo tal pressuposto necessário, a dita conclusão – de que são enviadas letras de câmbio no lugar de moedas – ainda que verdadeira, não fornece mais provas nem confirma a sua tese de que a alta taxa de câmbio é a causa da escassez de dinheiro vivo no Reino, pois este, ou entrou antes, ou deverá entrar pouco depois, e o fato de que seja antes ou depois pouco ou nada importa para o referido efeito.

Contra isso, poder-se-ia objetar que não é necessário que tenha vindo dinheiro vivo antes, nem que venha depois, visto que os mercadores, em seus ajustes, trocam as letras entre si e estas circulam sem que se chegue nunca a desembolsar dinheiro vivo; ou, então, que já havia dinheiro no Reino sem que se tivesse mandado vir de fora ou coisas semelhantes. Tal objeção também se prende a uma falsa aparência, porque não se opõe ao pressuposto acima referido o fato de que o mercador que enviou letras de câmbio – tanto faz que seja ele ou sejam outros – não tenha enviado dinheiro vivo ao Reino antes, ou não o enviará depois, e o dinheiro volte em forma de letras e assim circule: por algum tempo isso poderia acontecer, mas

depois, necessariamente, deverá vir dinheiro vivo, e com ágio. Pois, dizer que tal circulação pode continuar assim para todo o sempre, seria atribuir-lhe uma progressão ao infinito sem fundamento, o que seria o maior erro em que pode cair o intelecto, ainda que se tratasse do dinheiro de um só ano; e em se arrastando ano após ano, deixo aos que nem entendem dessas coisas julgar a falsidade e a impossibilidade que contém a dita objeção. E se se quiser objetar que esse tal mercador, ou outros, já possuía dinheiro vivo no Reino, sem que o tivesse enviado, em tal caso, não é à alta taxa de câmbio que se deve atribuir o fato de ele não ter enviado dinheiro vivo ao Reino, mas a outra causa que fez com que esse tal mercador já tivesse dinheiro no Reino. E, para que se entenda melhor essa verdade, para a qual talvez não seja suficiente o simples raciocínio, darei um exemplo.

Vários cidadãos do Reino ou estrangeiros querem exportar os produtos que se exportam todos os anos do Reino e que, na opinião de De Santis, chegam a seis milhões por ano. Assim, deduzindo-se os bens que vêm de fora e são necessários ao Reino, e os rendimentos que aqui têm os estrangeiros, restariam, segundo ele, cinco milhões menos duzentos mil ducados. Sendo a taxa de câmbio alta, aqueles que querem comprar, tendo em vista o ganho, seja este grande ou pequeno, trocam o dinheiro destinado ao pagamento por letras de câmbio, endereçadas a mercadores do Reino, os quais as pagarão com o dinheiro que aí têm. Dessa forma, os produtos são exportados sem que chegue dinheiro vivo, permanecendo alto o câmbio, e os mercadores que tiverem realizado o pagamento voltarão a passar letras de câmbio de mão em mão, sem que nunca chegue dinheiro vivo ao Reino. Isso é tudo o que pode ser dito quando se quer sustentar que não há necessidade que o dinheiro, pago pelo mercador do Reino que

recebeu as letras de câmbio, se já não havia sido enviado em moedas, deva ser enviado.

Para provar que isso é falso, pergunto: esse mercador que efetua tal pagamento é cidadão do Reino ou é estrangeiro? Se for estrangeiro, com que dinheiro paga essas letras? Se com o que tinha trazido antes, então é como eu disse, isto é, que o dinheiro havia sido enviado antes; se o possui porque tem rendimentos no Reino ou porque ganha com atividades mercantis, a isto se deve atribuir a causa de o dinheiro não entrar no Reino, juntamente com a pouca laboriosidade dos habitantes, como foi dito na primeira parte desta obra, e não à alta taxa de câmbio, uma vez que é graças a tais rendimentos e atividades mercantis que ele pode exportar produtos sem mandar vir dinheiro, nem em moedas, nem em letras de câmbio. E se se disser que esse mercador tem esse dinheiro porque o trocou por letras de câmbio, tal objeção não se sustenta pelo mesmo motivo, pois é preciso saber de onde tirou esse dinheiro aquele que pagou tais letras, que só pode ser da maneira que mencionamos antes. E se se continuar em tal seqüência, no final há de se chegar à mesma conclusão: que o dinheiro foi enviado antes, ou foi obtido pelos caminhos indicados.

Se, então, o mercador for um cidadão do Reino, como desembolsará esse dinheiro se não lhe foi enviado antes? Se se disser que lhe pode ter sido remetido em letras de câmbio, responde-se como antes; e se se disser porque ele quer dá-lo em crédito graças a letras recebidas de terceiros, ou por contas em aberto, ou porque assim lhe apraz, deve-se replicar que esse crédito não durará eternamente, e é impossível que ele não queira algum dia seu dinheiro de volta e com ágio. E se se disser que o receberá na troca com outros e o mandará pagar



nas praças destes, ou em outra parte, a isso se opõe a mesma razão, pois aquele que lhe dá o dinheiro voltará a tê-lo se for do Reino e, se for estrangeiro, é preciso saber como é que o tinha, o que foi plenamente explicado acima. Se se disser que o dinheiro será pago em outro lugar em troca de bens necessários ao Reino, e que, por conseguinte, não deverá voltar, esse dinheiro, então, nunca deve ser calculado como entrada, como faz De Santis, mas como saída, pois àquela parte de bens que o Reino precisa importar é necessário contrapor uma entrada. E é a essa necessidade de importar produtos, portanto, que convém atribuir a causa da escassez da moeda, e não à alta taxa de câmbio. E se se quiser insistir ainda que tal mercador voltará a trocar esse dinheiro por letras de câmbio em outras praças, de onde volta também na forma de letras de câmbio, isso pode-se dar por algum tempo, mas depois, como já foi dito, é necessário que o dinheiro volte de onde saiu e com ágio, pois, querer que circule ininterruptamente me parece ridículo e, como foi dito, seria admitir uma progressão ao infinito. Ainda mais que uma tal quantidade de cinco ou seis milhões por ano, e não de um só ano ou dois, mas de dez ou quinze, seria, atualmente, de vinte ou vinte e dois milhões, e, se continuar assim, chegariam a vaguear sem paradeiro cinqüenta ou cem milhões, sem que os verdadeiros donos, algum dia, queiram possuir ou pelo menos ver esse dinheiro.

E ainda, se isso fosse verdade, seguiria que os habitantes do Reino, atualmente, deveriam receber dos estrangeiros, apenas relativamente a estes vinte anos, cem milhões, já que teriam sido enviados cada ano, em letras de câmbio, pelo menos cinco milhões em troca dos produtos que se exportam, quer os mercadores que pagaram aqui as letras sejam do Reino, quer sejam de fora, pois, afinal, o dinheiro de tais produtos pertence aos habitantes do Reino, de acordo com o cálculo que faz De

Santis. E, no entanto, sabe-se quantas inúmeras vezes e de quantas maneiras, diante da extrema escassez de dinheiro, quer quem governa, quer bancos e mercadores, estrangeiros e locais, têm procurado mandar vir dinheiro para o Reino, não digo na quantidade acima referida ou na décima parte, mas nem na centésima, tendo sido preciso afinal tomar esse dinheiro ao câmbio para conseguir que viesse uma mínima quantidade. Se fosse verdade o que se tem suposto, o dinheiro, diante de tal necessidade, teria chovido a cântaros.

E esta ciranda, que não acabaria nunca, é desmentida também pela outra razão que ele alega, a de que, por causa da alta taxa de câmbio, pelo ganho que ele diz se obter com isso, dinheiro vivo sai do Reino, quer em troca das mercadorias que se importam, quer em troca de letras de câmbio, para que, desta forma, aumente, em menos de um mês, mais de dez por cento. Se esta razão fosse verdadeira, aquele que pagou pelas letras de câmbio deveria querer o seu dinheiro em moedas correntes para obter, de fato, tal ganho. E não me venham dizer que endossará tais letras a outros contra a praça de Nápoles, com o que teria o dinheiro em moedas sem ainda tê-lo com o ágio do câmbio, pensando em se refazer, depois, do prejuízo: porque, quanto a reaver o dinheiro das letras de câmbio, sem que tenha sido trazido, se opõe a mesma razão que apresentamos antes e, em relação ao ressarcimento do prejuízo, é loucura trocar o certo pelo incerto, devendo-se contrapor ao ganho incerto do câmbio o prejuízo certo da transferência do dinheiro. Tampouco obterá algum ganho ao efetuar o câmbio em outra praça para, depois, voltar a efetuarlo em Nápoles, como o obteria se ele exportasse moeda, caso fosse verdadeira a razão que ele aponta. Por essa mesma razão, torna-se claro que não é verdadeira a outra ilação de que a alta taxa de câmbio faz com que o dinheiro saia em moedas para

voltar em letras de câmbio e assim aumente, em menos de um mês, dez por cento, pois, como já foi dito, as letras de câmbio, antes ou depois, devem ser pagas em moedas, que, então, é preciso que tenham entrado antes. A saída de moedas ocasionada pela alta taxa de câmbio pressupõe, portanto, que moedas já entraram ou devam ainda entrar no Reino.

Quanto à outra conclusão, de que a alta taxa de câmbio causa a saída de dinheiro em moedas e não em letras de câmbio, em troca das mercadorias que o Reino importa, falaremos em seguida. Por enquanto, pelas razões alegadas, pode-se concluir não ser verdadeira a sua tese segundo a qual a alta taxa de câmbio é a causa da escassez de moeda no Reino, ainda que seja verdadeira a outra conclusão, de que, em vista do ganho decorrente da alta taxa de câmbio, os compradores dos produtos exportados enviam ao Reino letras de câmbio e não moedas, que, no entanto, se deve pressupor terem sido enviadas antes, ou deverem ser enviadas depois. E muito embora sobre tal assunto pudesse ser aduzido um número maior de réplicas e respostas, achamos ser mais do que suficiente o que se tem dito, e foi dito tanto porque um erro passava por límpida verdade e, para livrar o intelecto desta forte sugestão, considerou-se necessário apresentar mais de um argumento.

## CAPÍTULO II

AINDA QUE SEJA VERDADEIRA A EXPERIÊNCIA QUE ELE ADUZ  
COMO PROVA, SE É TAMBÉM VERDADEIRA A CONCLUSÃO  
DE QUE A BAIXA TAXA DE CÂMBIO CAUSA  
A ABUNDÂNCIA DE DINHEIRO E A ALTA, SUA ESCASSEZ

O segundo fundamento da referida conclusão de De Santis é a experiência que ele relata de que quinze, vinte ou trinta anos atrás, quando a taxa de câmbio era baixa, no Reino havia muita moeda, local e estrangeira, e de dez ou quinze anos para cá, em que a taxa é alta, há pouquíssima. Assim, ele conclui, dessa experiência deduz-se que a baixa taxa de câmbio é a causa da abundância de moeda no Reino e a alta, da escassez; e não há como refutar isso, sendo a experiência mestra das coisas, diante da qual qualquer argumento sucumbe, por mais forte que seja. E, no entanto, ainda que a experiência seja verdadeira, a dedução é falsa. No capítulo seguinte refutar-se-á também a verdade dessa experiência, mas, agora, deveremos ver, como prometemos, se, sendo ela verdadeira, segue a conclusão que ele tira, de que a baixa taxa de câmbio causa abundância de dinheiro e a alta, escassez, conclusão que negamos. E como prova de que é falsa, afirmamos que de maneira alguma se pode ver um nexos necessário no fato de, num determinado período de tempo, com a taxa de câmbio baixa, o Reino ter abundância de dinheiro, atribuindo, assim, tal abundância à baixa taxa de câmbio, e, da mesma forma, se num determinado período de tempo, com a taxa de câmbio alta, o Reino tem escassez de dinheiro, atribuir tal escassez à alta taxa de câmbio. Para aceitar tal inferência, seria necessário provar antes que o câmbio, conforme for sua taxa, alta ou baixa, é a única causa da abundância ou da escassez de moeda, e que

não existe outra, uma vez que, se houvesse, o efeito poderia decorrer desta última e não do câmbio. E, realmente, podemos ver que o que de fato ocorre é o contrário do que afirma De Santis, ou seja, quando a taxa é baixa, não há abundância, e, quando é alta, não há escassez, não sendo, portanto, a baixa taxa de câmbio causa de abundância e a alta, de escassez. Ele, com efeito, não só não tem conseguido provar que não há, com exceção do câmbio, outra causa para a abundância ou a escassez, mas nem sequer que o câmbio seja uma das causas, o que, porém, não seria suficiente, visto que na primeira parte desta obra ficou plenamente elucidado que a causa da abundância ou escassez de moeda num reino é outra e que, de maneira alguma, o câmbio deve ser incluído entre as causas, mas tido apenas como condição, e não das mais fortes.

O próprio De Santis admite isso quando atribui a causa da entrada do dinheiro no Reino à exportação de produtos e assinala a alta taxa de câmbio como impedimento de que chegue em moedas, e a baixa como causa oposta, coisa que também vimos, no capítulo anterior, não ser verdade. Além do quê, não se faz menção dos obstáculos, a não ser quando são tão poderosos que, necessariamente, causam ou impedem o efeito. Mas se, como eu disse, está provado que não é a alta taxa de câmbio que impede que entre dinheiro vivo no Reino em troca dos produtos exportados, segue que, da mesma forma, não é necessário que a taxa seja baixa para que entre, devendo-se concluir, portanto, que a experiência observada, ainda que verdadeira, não comprova a conclusão que ele tira. O que uma taxa de câmbio alta ou baixa pode causar, não em relação à entrada de dinheiro vivo pelos produtos exportados, pois, para isso, não tem nenhum efeito, mas em relação ao comércio, talvez se veja em seguida.

## CAPÍTULO III

## SE A EXPERIÊNCIA ACIMA MENCIONADA É VERDADEIRA

Ainda que seja suficiente para o meu propósito o que foi provado, ou seja, que, mesmo sendo verdadeiras a conclusão e a experiência apresentadas por De Santis, não o é a sua tese de que a alta taxa de câmbio é a causa da escassez, apesar disso, para maior clareza, passarei a examinar, como prometi, se realmente tal conclusão e experiência são verdadeiras. E começando com a experiência, que parece mais convincente do que o raciocínio, tendo ela a seu favor os sentidos enquanto este último conta com o intelecto, digo que, embora fosse suficiente que eu refutasse a sua tese, por ser ela o fundamento das suas proposições, mesmo assim assumo o encargo de desmentir a experiência também.

É fato notório que quinze, vinte anos atrás, quando a taxa de câmbio era baixa, o pagamento dos produtos exportados nunca foi enviado em dinheiro vivo ao Reino, o qual, por conseguinte, nunca teve abundância de moeda, já que, como foi demonstrado na primeira parte desta obra, ele não possui outra fonte de dinheiro. E isso nos permite conhecer perfeitamente a soma de dinheiro que teria entrado no Reino unicamente em virtude da exportação de seus produtos, além daquela que, como ele diz, entraria como ganho do mercador decorrente da baixa taxa de câmbio: tal soma, em quinze anos, sendo de seis milhões por ano, chegaria a noventa milhões. Assim, se a experiência fosse verdadeira, no Reino, em 1595, exceto o dinheiro que havia antes e só relativamente aos quinze anos mencionados, deveria haver esses noventa milhões, e deveria haver todo esse montante, uma vez que, como o próprio

De Santis admite, a Majestade Católica não só não retira, mas envia dinheiro ao Reino, e, sendo a taxa de câmbio baixa, nem teriam saído moedas para pagar as mercadorias importadas e os rendimentos dos estrangeiros. Que isso seja totalmente errado e falso, nem é preciso dizê-lo, pois nem nessa data, nem antes, nem nunca, se viu, não digo uma soma igual, mas nem sequer a décima parte. E para provar tal coisa são suficientes as contínuas bancarrotas dos bancos, que têm falido não por má administração ou por desgraça, mas porque, tendo empregado o dinheiro em atividades comerciais, quando alguém quis sacar de repente uma soma de cem ou duzentos mil ducados, eles não têm conseguido encontrar dinheiro em outros bancos, ao passo que, se realmente houvesse dinheiro, teriam tido crédito. Havendo escassez, cada banco deveria zelar pelo seu patrimônio, e se nesse tempo se encontrassem nos bancos apenas dois ou três milhões de dinheiro vivo, ou até menos, não haveria falências. E se alguém não ficar satisfeito com esta explicação, pode investigar e verificar quanto dinheiro se encontrava naquele tempo nos cofres dos maiores bancos e, assim, ver que não havia nem três nem dois milhões, mas, talvez, menos de um. E mesmo que se encontrassem dez, vinte ou trinta, não chegaria à quantidade que devia haver, isto é, noventa milhões. É mais do que certo, portanto, que a experiência relatada por De Santis não é verdadeira, mas imaginária, e a que eu relatei, real, mas tão diferente da dele que chega a ser exatamente o oposto.

Além disso, pode-se saber se houve abundância de dinheiro nessa época, ou escassez em outra, calculando a quantidade de prata que foi enviada à Casa da Moeda antes de 1581, ano em que se permitiu que se usassem normalmente as moedas espanholas, que antes não circulavam, mas eram enviadas à Casa da Moeda, juntamente com todas as outras

moedas estrangeiras que chegavam em pequena quantidade. Ver-se-á, assim, que foram enviados à Casa da Moeda, não seis, quatro ou um milhão, mas, pelo cálculo que mandei fazer de 1548 até 1582, dividindo o total pelo número de anos, aproximadamente 29.167 libras de prata, que, convertidas em moedas, dão 306.253 ducados por ano. E se se objetasse que tal soma se refere apenas à moeda enviada à Casa da Moeda, mas que nem por isso se pode concluir que não tenha chegado mais, respondo que tal cálculo comprova muito bem que não entraram no Reino quaisquer moedas a mais, nem relativamente aos produtos exportados, nem a qualquer outro respeito, uma vez que, nessa época, não só não se usava moeda estrangeira de outros príncipes, mas nem sequer a espanhola, a qual, começando a circular só depois do edito do príncipe de Pietrapersa, então vice-rei, ia toda para a Casa da Moeda. Tal prova demonstra muito bem, portanto, que nunca entrou no Reino, ainda que a taxa de câmbio fosse baixa, não só a soma que ele aponta, mas nem a quarta nem a décima parte. E se se objetasse que esta soma ficou tão pequena em razão do grande número de anos sobre o qual se fez o cálculo, a partir de 1548, digo que entre os primeiros anos e os últimos há pouca ou nenhuma diferença, e se houver, a soma é maior nos primeiros.

E para comprovar que a taxa de câmbio, alta ou baixa, realmente não tem a mínima importância para o referido efeito, mandei fazer o cálculo de 1582 até 1590, anos em que, segundo ele, a taxa era baixa, e de 1590 a 1605, período no qual, como ele diz, a taxa de câmbio da prata enviada para a Casa da Moeda era alta. Assim, dividida a soma pelo número de anos de 1582 a 1590, em que a taxa era baixa, resultaram para cada ano 2.636 libras de prata, que, convertidas em dinheiro, dão 27.668 ducados; e por todo o período que vai



de 1590 a 1605, em que a taxa era alta, resultaram para cada ano 21.142 libras de prata, que, convertidas em dinheiro, dão 213.391 ducados: o que demonstra não só que o Reino não tinha abundância de moeda em tempo de taxa de câmbio baixa, mas que era exatamente o oposto. E se se objetasse que naquele tempo no Reino circulava a moeda espanhola e que, portanto, o cálculo não conclui nada, tudo isso se pode admitir, mas tal moeda circulava também de 1590 a 1605, período em que a taxa de câmbio era alta e, em comparação com o período em que a taxa era baixa, uma quantidade exorbitante ia para a Casa da Moeda. E se se apresentassem mais dificuldades, objetando que as moedas enviadas para a Casa da Moeda neste último período eram moedas que se encontravam no Reino para fabricar os meios-carlinos, deve-se dizer o mesmo para o período de 1582 a 1590, em que também se fabricavam os meios-carlinos, e, se tivesse havido mais moeda, esta também teria sido usada para tal fim assim como se fez com a anterior.

Como, então, não há de se considerar totalmente falsa a experiência que De Santis alega de que o Reino tivesse abundância de moedas no período em que ele diz que a taxa de câmbio estava baixa, quando é o contrário que se vê? E, conquanto o que foi dito seja mais do que suficiente e caiba a ele provar a sua conclusão final, com razões e experiência real, e não apenas com afirmações arbitrárias, mesmo assim, quero opor-lhe mais um argumento. Concedendo-lhe que no período de taxa baixa, quinze ou trinta anos atrás, como ele diz, entrasse dinheiro vivo correspondente aos produtos exportados e não saísse nenhum, e, em 1590, conforme foi dito, sem contar o dinheiro que ainda entrava em virtude do ganho no câmbio e o que já estava no Reino, o dinheiro montasse a noventa milhões, pergunto: se havia tamanha quantidade de dinheiro

vivo no Reino, como é que começou a alta taxa de câmbio? Para onde foram esses noventa milhões? Ele não pode dizer outra coisa senão que, logo que a taxa passou a ser alta, esses milhões saíram em virtude do ganho que se obtinha ao fazê-los voltar como letras de câmbio para a praça de Nápoles, e a isso respondi no primeiro capítulo que, nesse caso, o dinheiro para pagar tais letras deve acabar voltando ao Reino e com ágio. Mas deixo alguém que não é totalmente desprovido de razão julgar se semelhantes pensamentos são ou podem ser verdadeiros, pois de tal resposta se chega a todos os outros disparates, mencionados no mesmo lugar, de que, atualmente, estariam circulando não apenas noventa milhões, mas, se desde então até 1605 deveriam chegar a 180, 225 ou 230 milhões. E estes milhões, que estariam voando em letras de câmbio, os habitantes do Reino deveriam recebê-los dos estrangeiros. Em que medida isso se afasta não digo da verdade, mas de tudo o que se possa acreditar e imaginar, não me esforço em demonstrá-lo, pois é fora de qualquer dúvida que tal experiência não é verdadeira.

À outra objeção, de que naquela época havia, no Reino, bastante moedas de Florença, Milão e Roma, é suficiente responder que, com exceção da moeda de Roma, da qual, às vezes, havia uma certa pequena quantidade por alguma razão especial, em todo o Reino, não se encontrará de outros lugares, ao todo, não digo uma quantidade de certa relevância, mas nem sequer dez mil ducados, cinco talvez, ou dois.

## CAPÍTULO IV

SE É VERDADE QUE A ALTA TAXA DE CÂMBIO DÁ LUCRO  
A QUEM QUER ENVIAR DINHEIRO AO REINO  
EM LETRAS DE CÂMBIO E NÃO EM MOEDAS,  
E QUE, POR TAL RAZÃO, NÃO ENTRA DINHEIRO VIVO

Já se demonstrou não ser verdadeira a tese ou conclusão final de De Santis de que, num reino, a alta taxa de câmbio é a causa da escassez de dinheiro, correspondente aos produtos exportados, e a baixa, da abundância, e ser falso ainda que seja verdadeira a argumentação ou conclusão de que, por causa do ganho que se obtém no câmbio, todos queiram pagar com letras de câmbio e não em moedas, e ainda que seja verdadeira – mas demonstramos não sê-lo – a experiência de que, quinze, vinte ou trinta anos atrás, quando a taxa de câmbio era baixa, o Reino tinha abundância de moedas. Agora, então, só resta saber se tal argumentação ou conclusão é verdadeira, isto é, se, sendo alta a taxa de câmbio em Nápoles, se obtém um ganho de dez por cento ou mais, como se diz, de modo que, por isso, se prefira recorrer ao câmbio a pagar em moedas. E sobre isso, talvez alguém, comprazendo-se em permanecer no erro e não querendo procurar a verdade, me objete não ser preciso discutir, sendo por demais evidente, que, com uma taxa de câmbio alta, há ganho: ao que respondo que, quanto a mim, só posso mostrar o erro e quem não quiser vê-lo que permaneça nele, como diz São João de quem vive na imundície.

Que, então, a argumentação ou conclusão de De Santis é falsa aparece em suas próprias afirmações, pois se fosse verdade que quinze, vinte anos atrás, em Nápoles, quando ele diz que a taxa de câmbio era baixa, se davam 118, ou até 125 granos em

troca de um escudo de ouro de Roma, e 112 granos, ou até 116, por um escudo de 7,5 libras de Florença, e por um escudo de Placência o mesmo que pelo escudo de Roma, e de quinze ou doze anos para cá, tendo mudado o câmbio, pelo escudo de ouro de Roma, se dão 135 e até 140 ou 145 granos, e se dá a mesma quantia pelo escudo de lei de Placência, ao passo que pelo escudo de Florença se dão 125 ou até 130 granos, razão pela qual, ele diz, todos os que pretendem comprar produtos pagam com letras de câmbio e não em moedas, visto que por um escudo não poderiam obter mais de 12 carlinos e no câmbio recebem 14 ou mais, e, da mesma forma, pelo escudo de Florença de 7,5 libras, cujo valor diz ser de 12 carlinos, recebem 13, se tudo isso fosse verdade não seria necessário discutir a respeito. Mas o que não é verdade é a última afirmação, que de doze ou quinze anos para cá, em troca de um escudo de ouro de Roma ou de Placência, se recebiam 13 carlinos, uma vez que, de fato, se recebiam não apenas 13,5 ou 14 carlinos, mas 14,5 ou 15, como ocorre ainda hoje e cada um pode constatar, já que o valor do escudo tem aumentado até chegar aos 15 carlinos de hoje. Vê-se, então, que, no câmbio, não só não há o ganho indicado, mas há perda. E o erro de De Santis não se justifica pelo fato de que o decreto fixa em 13 carlinos o valor do escudo de ouro, pois, na prática, tal determinação não é observada, e acredito que nem ele nem mais ninguém, então ou hoje, tenha dado ou quisesse trocar escudos por 13 carlinos.

Tampouco se pode negar que, ao se enviar ao Reino escudos de Placência ou escudos de ouro de Roma, que valem 13 carlinos, ou talvez menos em uma ou outra praça, não se tenha o mesmo ganho e lucro que se obteria com o câmbio, e que, ao contrário, nada se ganhe ao enviar escudos do Reino para ditas praças, para fazê-los voltar depois em letras de câmbio, valendo o escudo em Nápoles tanto quanto o que foi

dito; e o mesmo se deve dizer do escudo de 7,5 libras de Florença, que, de prata, em Nápoles valia 12 carlinos, ou menos, mas, de ouro, mais de 13. E, com efeito, o engano advém disto: que, em Nápoles, o valor do escudo de ouro foi alterado e aumentado, ao passo que nas praças mencionadas permaneceu quase sempre o mesmo. Diga-se ainda que o escudo em Nápoles não tem circulado como moeda, mas como mercadoria, e por isso foi aumentando, e o câmbio que as ditas praças realizam com Nápoles é realizado trocando ouro com prata, e não ouro com ouro ou prata com prata, de modo que, necessariamente, da alteração do valor do ouro se produz a alteração do câmbio. Se, então, quinze ou vinte anos atrás a taxa de câmbio era baixa, como ele diz, era-o em razão da causa mencionada, de o valor do escudo ser menor do que chegou a ser depois. E que o valor do escudo de ouro tenha sempre aumentado, não só na prática, mas por disposição legislativa, vê-se nos próprios decretos, feitos em épocas diferentes, que sempre o têm aumentado. Por isso, fica claro que, considerando-se que a moeda que é enviada ao Reino são escudos de ouro, ao trocá-la, haveria mais ganho do que perda. E por qual razão, havendo tal ganho ao se enviar escudos ao Reino, estes aqui não entram, deixo de discorrer a respeito, por ser assunto alheio ao meu propósito, mas talvez faça menção mais adiante, quando discutirei se é ou não vantajoso para o Reino elevar o valor da moeda. Por ora é suficiente saber que a alta taxa de câmbio, por si só, não oferece nenhuma vantagem, e se se obtém algum ganho é por outro motivo ou circunstância qualquer, uma vez que, pela razão exposta, o mesmo ganho, e até um maior, se obtém ao importar a moeda própria do câmbio, que são os escudos.

De todas as maneiras, portanto, está comprovado não ter nenhuma importância que a taxa de câmbio seja alta ou baixa para que cheguem ou não ao Reino moedas em troca

dos produtos exportados, tampouco que ela seja a única causa. E como pode o câmbio interferir no comércio, talvez se diga mais adiante. Assim, não havendo mais nenhuma dificuldade inerente a tal questão, passaremos a discutir as outras razões e efeitos que De Santis arrola para comprovar a sua tese.

## CAPÍTULO V

DOS EFEITOS IMEDIATOS QUE ELE DIZ PROVIREM  
DO FATO DE A TAXA DE CÂMBIO SER ALTA OU BAIXA,  
JUNTAMENTE COM AS CAUSAS QUE IMPEDEM  
QUE HAJA DINHEIRO NO REINO

Os efeitos que Marco Antonio De Santis diz provirem de imediato da alta ou baixa taxa de câmbio são: primeiro, que uma faz entrar e a outra sair dinheiro vivo do Reino – mas a esse respeito não é necessário objetar mais nada, uma vez que já se discutiu amplamente e se viu que a própria experiência desmentiu tal efeito; segundo, que os príncipes da Itália, em época de taxa de câmbio baixa, tiram dinheiro de seus tesouros – mas isso é mais fantasia do que fato real.

E das principais causas da escassez de dinheiro vivo no Reino, que ele diz serem três – isto é, que não entra dinheiro vivo em troca dos produtos que se exportam, que sai dinheiro vivo pelas mercadorias que o Reino compra e, a terceira, que, em razão do lucro, se envia para fora dinheiro vivo para fazê-lo voltar em forma de letras de câmbio –, não é necessário falar mais, pois se tem provado que a última não tem procedência alguma e que se fosse verdadeira seria útil; que a primeira e a segunda, que são verdadeiras, se podem reduzir a uma única causa, ou seja, que a razão de o Reino ser pobre de dinheiro é

que, faltando nele as causas que podem tornar os reinos ricos de ouro e de prata, com exceção apenas da superabundância de produtos agrícolas que se exportam, o dinheiro que deveria entrar em troca de tais produtos não vem. E por que não vem e não pode vir, isso é algo que demonstramos na primeira parte desta obra, assim como, nesta segunda, já provamos que para tal efeito o câmbio, indiferentemente de sua taxa ser alta ou baixa, não tem influência alguma.

Por fim, ele aduz mais uma causa, ou seja, que: sendo o escudo ideal e não real, e de mais valor do que o real, segue que não há dinheiro vivo no Reino, pois todos o exportam. Mas esta última causa parece-me fantasia maior do que aquela acima referida, de que os príncipes tirariam dinheiro de seus tesouros em razão da baixa taxa de câmbio, pois não é verdade que o valor do escudo para o câmbio seja ideal – e ele próprio se contradiz ao se referir ao escudo de Roma e de Placência, como se verá oportunamente – e, ainda que fosse ideal, tampouco é verdade que, dentro do Reino, tenha mais valor que o real. E mesmo que seja verdade tudo o que ele diz, ainda assim tal escudo ideal não poderia causar escassez de dinheiro no Reino, uma vez que foi demonstrado que o câmbio nada influi nisso.

## CAPÍTULO VI

### DA PROVIDÊNCIA QUE DE SANTIS RECOMENDA PARA SE TER ABUNDÂNCIA DE DINHEIRO NO REINO

Sendo verdade o que temos dito, não há necessidade de examinar se a providência que ele julga ser necessária para remediar a escassez de dinheiro – a de baixar a taxa de câmbio e, assim, tornar o escudo ideal de menor valor que o real – é suficiente para produzir o efeito esperado, que é conseguir que,

em troca dos produtos exportados, entre somente dinheiro vivo e este não saia em troca dos bens que se compram no exterior. Com efeito, fundamentando-se sobre a referida tese, que demonstramos ser completamente falaciosa, tal providência não podia produzir, nem total nem parcialmente, o efeito mencionado. E isso ficou comprovado pela própria experiência, uma vez que, tendo-se tomado a providência de acordo com o que ele postulava, não só não entrou dinheiro no Reino na quantidade prevista, nem num décimo do que tinha diagnosticado, mas até faltou aquele pouco que havia antes, como sabem aqueles que têm conhecimento do afinco com que bancos e mercadores têm procurado mandar vir de fora para o Reino um pouco de dinheiro e de prata para não falirem. E para se ter uma prova disso, procure-se conhecer a quantidade de dinheiro que, a cada ano, depois de tal diminuição da taxa de câmbio, se encontrava nas caixas dos maiores bancos. Considere-se, ainda, o decreto posterior que proíbe que se use a moeda escassa – e que não foi observado em seu teor – e o decreto que fixa o valor das moedas de Gênova, o qual permite que, já que são de fora, circulem a um valor de 13,5 carlinos o escudo, incluindo a manufatura e algo a mais do valor com que circula a moeda local do Reino, contra a regra, a ordem e a maneira de proceder de todos os reinos e príncipes. Ver-se-á comprovada, assim, a grande escassez de dinheiro, que, por outro lado, o próprio De Santis acaba reconhecendo quando defende a elevação de valor da moeda estrangeira e a licença da sua circulação por permitirem que tal moeda entre em quantidade maior.

E se isso é conveniente, se é verdade que, elevando-se o valor da moeda estrangeira se cria a condição para que ela entre em maior quantidade, e se, vindo a entrar, ela é de alguma



utilidade, com outras coisas mais, será dito na terceira parte desta obra.

## CAPÍTULO VII

SE OS EFEITOS QUE ELE DIZ ADVIREM  
DA REFERIDA PROVIDÊNCIA SÃO VERDADEIROS

Sobre os efeitos que ele diz advir desta resolução de baixar a taxa de câmbio não seria preciso discorrer mais, uma vez que, do que se tem dito, fica patente que não devia seguir nenhum efeito correspondente ao que se desejava, como depois se confirmou na prática. Mas para satisfazer os curiosos, mostraremos apenas a inverdade de cada um desses supostos efeitos, deixando de apresentar argumentos e provas detalhadas para não provocar tédio ao invés de fazer algo proveitoso.

Quanto ao primeiro efeito – que o escudo ideal do câmbio se torne de menor valor que o real, o que causaria uma entrada maior de dinheiro vivo em razão do ganho de 5 granos por escudo, valendo um 13 e o outro 12,5 –, provou-se que tal ganho não pode ser a causa da entrada de uma quantidade de moedas maior do que aquela que deve advir da exportação de produtos, mas menor, como se verá. E havia o mesmo ganho, ou até maior, antes, com a taxa de câmbio alta, pois não é verdade que, em Nápoles, por um escudo de ouro se recebessem 13 carlinos, mas se recebiam 14, 14,5 e até 15, como já ocorreu, enquanto, com uma taxa de câmbio menor, contrariamente ao que ele diz – que por um escudo se chegaria a ganhar 2 carlinos e não 5 granos –, vieram menos escudos: prova evidentíssima de que tal ganho não causa a vinda de uma maior quantidade de dinheiro, a qual não vem por razões que não é o momento de apresentar.

Quanto ao segundo efeito – que os pagamentos das mercadorias importadas seriam efetuados em letras de câmbio –, pode-se dizer o mesmo e lembrar que, necessariamente, antes ou depois, sairá dinheiro vivo para efetuar tais pagamentos.

Quanto ao terceiro – que o ganho no câmbio faria entrar dinheiro vivo no Reino para voltar a sair como letras de câmbio –, quando isso acontecesse, seria um prejuízo maior para o Reino, uma vez que, no final, o dinheiro deveria voltar de onde saiu, e com ágio.

Quanto ao quarto – que se importariam mais mercadorias – isso, como foi provado na primeira parte da obra, é extremamente prejudicial e é uma das causas que tornam o Reino mais pobre, uma vez que, importando-se para suprir as necessidades do próprio Reino e não para se voltar a vender tais mercadorias em outros países, a saída de dinheiro é maior, sem que haja entrada.

O quinto efeito – que a mercadoria acabaria custando 10 ou 12 por cento a menos – não corresponde à verdade, e tal consequência é fruto da imaginação de De Santis.

O sexto está parcialmente incluído no quinto, e quanto ao benefício que ele diz advir para o rei, isso causaria maior escassez de dinheiro ainda no Reino.

Quanto ao sétimo – que os rendimentos que têm os estrangeiros no Reino sairiam como letras de câmbio e não em dinheiro vivo –, já se disse que isso não gera benefício, nem podem sair em letras de câmbio se antes ou depois não saírem como dinheiro vivo. Em outra parte, então, ele acusa as remessas dos rendimentos dos estrangeiros de serem a causa da alta taxa de câmbio.

No oitavo, ele tira conclusões à sua maneira, dizendo que mandando vir dinheiro vivo se evita o risco da fraude, e

não considera o risco maior que se tem ao enviar moedas e a maior despesa se não forem grandes quantias, coisas que, contrariamente ao fim que ele pretende, geram escassez de dinheiro.

O nono e o décimo – que entrariam no Reino grande parte dos reais da Espanha que vêm para a Itália, e não apenas estes, mas também os que os príncipes guardam em seus tesouros – não contêm nada de verdadeiro ou de verossímil, como resulta da experiência de outros tempos, quando, segundo ele, a taxa de câmbio era baixa. E se tal efeito fosse verdadeiro, não haveria maneira melhor para empobrecer todos os príncipes da Itália.

Tudo isso seja dito para satisfazer os curiosos, pois, além de tudo o que foi demonstrado antes, a própria experiência demonstrou não se ter verificado sequer qualquer um dos efeitos acima mencionados, e uma única palavra teria sido suficiente para encerrar o assunto.

## CAPÍTULO VIII

### DO DECRETO FEITO PELO SENHOR CONDE DE OLIVARES PARA BAIXAR A TAXA DE CÂMBIO

Como a verdade não é tão fácil de ser conhecida mesmo por aqueles que raciocinam corretamente, assim, o conde de Olivares, levado pela primeira impressão das argumentações que lhe foram apresentadas, incorreu nesse mesmo erro – seja dito com todo o respeito – e expediu um decreto baixando a taxa de câmbio. Mas depois, julgando melhor e observando o que se seguiu na prática, reconheceu o erro e revogou o decreto.

Absolutamente incorreta, no entanto, é a conclusão que De Santis tira de tal revogação, ou seja, que só aparentemente

ela seria uma refutação da sua tese, pois, ao contrário, a confirmaria. No dizer dele, com efeito, os resultados negativos do decreto, que causaram a sua revogação, devem ser atribuídos ao conhecimento parcial que se tinha de tal matéria. Se, ao contrário, se tivesse tido um conhecimento total, teria sido fácil descobrir as causas do insucesso do decreto e, neste caso, para De Santis, o remédio oportuno, quer seja o que ele sugere, quer outro, podia ser receitado por um médico qualquer, não sendo necessário para tanto que fossem governantes e seus Conselhos.

## CAPÍTULO IX

### SE A REFERIDA PROVIDÊNCIA OU DECRETO PARA BAIXAR A TAXA DE CÂMBIO PODIA SER OBSTADA POR OUTROS PRÍNCIPES DA ITÁLIA

O remédio que De Santis sugere para obstar à falha que diz encontrar-se no decreto do conde de Olivares é que tal decreto não apenas devia limitar a taxa de câmbio que se pratica no Reino, mas proibir que se paguem ou cobrem as letras que vêm de fora a um preço diferente do estabelecido, de maneira que o câmbio de todas as outras praças da Itália ficasse regulado com o do Reino. Diante da objeção de que as outras praças não estão sujeitas ao Reino, ele responde, então, que o decreto não devia proibir às outras praças, mas apenas aos habitantes do Reino pagarem o mesmo que as outras praças, e, desta forma, se obteria indiretamente o mesmo resultado.

Mas tal remédio não resolveria nada caso os outros príncipes ou as outras praças da Itália quisessem que tal ordem não fosse cumprida, ou achassem que, em razão de tal ordem, fosse faltar dinheiro vivo em seus Estados, uma vez que, havendo

abundância de dinheiro vivo no Reino, haveria, necessariamente, falta dele em outras partes. Com efeito, deixando de lado as várias maneiras com as quais os outros príncipes poderiam tornar ineficaz um decreto que proibisse aos particulares pagarem as letras de câmbio a um preço diferente daquele estabelecido, eles poderiam perfeitamente conseguir isso usando o mesmo expediente. Pois quem poderia impedir-lhes de baixar a mesma resolução em seus Estados, fixando o câmbio a um valor correspondente ao da taxa alta, sem mudar nada, e determinando que não se pagassem ou cobrassem letras de fora a não ser ao valor taxado? E por que deveriam observar o decreto do Reino contra o valor corrente, se o valor nele estipulado não foi estabelecido por nenhuma vontade comum, e não respeitar os valores correntes, que são conformes com a vontade comum? Será que o poder que tem o rei sobre seus súditos não o têm também os outros príncipes sobre os seus?

E não invalida essas verdades a opinião expressa por De Santis, segundo a qual as outras praças da Itália precisam manter relações comerciais com a praça de Nápoles em razão da grande vantagem que lhes advém, pois isso pode ter procedência em relação aos particulares e às praças, mas não em relação aos príncipes, aos quais pouco deve importar a vantagem de particulares em havendo, ou não, prejuízo geral do Estado. Além do quê, nem é tão forte tal razão em relação aos particulares e às praças, uma vez que, mesmo sendo verdade que eles precisam comerciar com o Reino, eles precisam enquanto lhes é cômodo e útil, mas deixando de sê-lo, acaba a necessidade, como teria acontecido se o decreto fosse surtir, de fato, os referidos efeitos. E quanto a esta necessidade que as outras praças teriam de comerciar com o Reino, a mim parece ser o contrário, uma vez que, tanto pelos produtos do Reino

de que elas precisam, quanto pelas mercadorias destas praças de que o Reino precisa – e que ele diz demonstrarem a necessidade de estas cidades manterem relações comerciais com o Reino –, poderia se demonstrar que, por uma e outra causa, é o Reino que mais precisa do comércio das cidades da Itália, pois ele precisa muito mais que estas adquiram seus produtos do que o contrário, faltando-lhe a segunda causa comum de abundância de dinheiro, que é a diligência dos habitantes.

Com efeito, como já vimos, não havendo no Reino outra causa que lhe possa garantir ouro e prata exceto a abundância de produtos agrícolas, e sendo toda a população indolente, que não só não exporta tais produtos, mas nem mesmo os comercia internamente, seguiria que, se não viesse gente de outras províncias e, portanto, não se realizasse a exportação, o Reino não teria esperança alguma de ver algum dinheiro. O mesmo não acontece em relação aos bens das outras cidades da Itália de que ele precisa, pois, pela diligência daquelas populações, seriam vendidos em outros lugares, ainda mais que os produtos das outras cidades são mais facilmente vendíveis em qualquer país distante, porquanto são produtos manufaturados e se conservam por muito tempo, como vimos na primeira parte desta obra. Com exceção das sedas, nenhuma cidade, a não ser Veneza – e esta mais por razões de maior conforto do que por necessidade –, necessita ou vive de algum produto do Reino; e a maior parte da seda vai para Gênova e Florença, enquanto para Roma e Placência, que são as duas outras principais praças do câmbio, não vai quase nada. E tanto dos produtos manufaturados que, como ele diz, se vendem principalmente no Reino, quanto da indolência da população do país, se pode deduzir a real necessidade que tem o Reino dessas cidades.

Por outro lado, se fosse verdade o que ele afirma, que uma taxa de câmbio baixa atrairia todo o dinheiro e que as

idades da Itália não poderiam deixar de manter relações comerciais com Nápoles, isso, então, ele não o devia revelar, porquanto tais cidades deixariam de comerciar com o Reino, mesmo sofrendo os prejuízos apontados, para evitar o prejuízo maior de perderem muito mais com o câmbio.

Quanto às inúmeras outras réplicas possíveis às outras razões e conclusões de De Santis, deixo de fazer qualquer menção, quer porque a experiência já revelou o que acontece, quer porque dos argumentos expostos acima, ou de outros que facilmente cada um pode desenvolver a partir do que se tem verificado na prática, se podem deduzir as verdadeiras respostas.

## CAPÍTULO X

SE OS RENDIMENTOS QUE TÊM OS ESTRANGEIROS  
NO REINO, JUNTAMENTE COM OS PROVENTOS  
DE SUAS ATIVIDADES E DE SEUS NEGÓCIOS,  
SÃO A CAUSA DA ESCASSEZ DE DINHEIRO

Deixando de discutir, como faz De Santis, se a providência de baixar a taxa de câmbio traz benefício ou não aos mercadores, por não ser esse meu intento, ou também se é conveniente fazer um decreto para tal finalidade, vou falar sobre a quarta razão que ele aponta como desfavorável à abundância de dinheiro, ou seja, que os rendimentos que os estrangeiros têm no Reino, juntamente com o ganho dos negócios que mantêm nele, sejam a causa de que se exportem produtos do Reino sem a respectiva entrada de dinheiro, uma vez que, tendo já dinheiro no Reino, eles podem exportar produtos sem precisar mandar vir dinheiro de fora. E tal razão, ele é obrigado a reconhecê-la, porque não se pode contestar uma verdade

que se impõe de forma tão gritante. Sendo ele, então, obrigado a admitir tal fato, para salvar a sua tese, procura minimizar a sua gravidade, e faz o cálculo à sua maneira, ou, como se costuma dizer vulgarmente, considerando o ovo dentro da galinha, dizendo que os estrangeiros possuem no Reino apenas 600 mil ducados de rendimentos e igual soma de dinheiro como proventos de seus negócios.

Mas tal questão, tendo-a tratado amplamente na primeira parte desta obra, ao contrapor a cidade de Veneza a Nápoles e ao explicar as razões de esta ser pobre em ouro e prata e a outra rica, não há necessidade de ser examinada de novo, estando muito bem comprovado que os rendimentos dos estrangeiros, juntamente com os proventos das atividades que exercem e de seus negócios, ultrapassam de longe a entrada de dinheiro que se obteria com a exportação dos produtos. E isso De Santis acabou admitindo-o mais adiante, quando, ao analisar as razões de os estrangeiros não converterem mais como antes as duplicatas em capital, ele diz que tal coisa acontece porque não há mais nada para vender, tendo, tais estrangeiros, sugado o sangue de todos os cidadãos do Reino, que ninguém tem mais vida ou produtos para oferecer. Ora, se ele chegou a afirmar tão claramente tal verdade, como pôde enganar-se tão redondamente, como pôde pensar que o dinheiro que os estrangeiros ganham com seus negócios não monta senão a 600 mil ducados, incluindo todas as mercadorias, ou mesmo apenas uma terça ou quarta parte, e acrescentando ainda a exportação? Surpreende-me, com efeito, como, tendo chegado a reconhecer a clara verdade acima referida, e apenas com referência aos rendimentos, tenha conseguido cair num erro de raciocínio tão evidente, dizendo que a quantidade de dinheiro que os estrangeiros possuem como rendimentos e ganham com seus negócios e atividades chega apenas a um milhão e duzentos mil ducados.



A verdade, entretanto, é que, fazendo um cálculo aproximado, tal dinheiro monta a muito mais do que o total dos produtos que se exportam do Reino. Por isso, não é, nem era, preciso discutir mais se a causa da escassez do dinheiro é a alta taxa de câmbio, uma vez que a causa verdadeira e, diria, determinante, de que não vem dinheiro de fora em troca das exportações é a que temos mencionado, ou seja, os rendimentos dos estrangeiros, juntamente com os proventos das suas atividades e dos seus negócios. E tal verdade, ainda que clara e conhecida, ele não a assimilou com a devida firmeza, talvez porque o remédio para isso lhe devesse parecer impossível, de tão complicado que seria. Assim fugiu de tal evidência e foi procurando outra causa, para a qual o remédio não parecesse tão complicado, mas mais fácil e possível, sendo próprio da vontade e da inteligência o recusar-se a examinar coisas impossíveis, ou simplesmente desagradáveis.

Assim, embora já tenha sido dito que, sem a referida causa da escassez de dinheiro no Reino, a alta taxa de câmbio, por si só, não pode causar escassez, nem a taxa baixa, abundância, e se bem que daquela verdade ficasse patente esta outra, em razão dos efeitos que se verificam, pareceu-me mais que necessário reportar uma e outra razão e tantas outras que ele aduz, coisa que se podia dispensar.

Da mesma forma, quero ainda discutir aquele caso ocorrido na Sicília, que ele refere para reforçar a sua tese, ou seja, que, conquanto não se produza naquele reino a quarta parte da seda que se produz no Reino de Nápoles, as galeras de Gênova que todos os anos, em agosto, vão para Messina levam para lá caixotes de reais, e para o Reino, que produz muito mais, nem um carlino. Ele atribui a causa disso ao fato de as praças de Palermo e Messina serem pobres e, portanto, não se conseguir delas o câmbio de uma soma grande para a

feira<sup>9</sup> de Placência, uma vez que também elas não mantêm relações comerciais com outras praças. Se isso fosse realmente verdade, ele, então, fez mal em não aconselhar que se proibisse totalmente o câmbio, pois esta seria a providência mais segura para fazer com que entrasse dinheiro vivo no Reino, e não a de baixar a taxa de câmbio. Com efeito, ainda que com uma taxa baixa se possa obter algum ganho com dinheiro vivo, no entanto, não é sempre, nem para todos os lugares, nem em qualquer circunstância que convém levar moedas correntes, podendo-se preferir usar letras, mesmo que se perca no câmbio, ao passo que, se o câmbio for excluído totalmente, só resta levar dinheiro vivo. E com mais razão devia aconselhar tal providência, porquanto antes tinha afirmado que as cidades da Itália não podem dispensar os produtos do Reino de que precisam para viver, e a experiência da Sicília devia tê-lo instruído e ter-lhe dado a demonstração de que não se perderia o comércio por falta de câmbio, como não se perdeu em tal reino. Além do quê, com tal perda – se ocorresse – não seria preciso se preocupar, visto que, em conformidade com a sua tese, ela causaria grande utilidade, atraindo dinheiro vivo para o Reino, ao passo que o comércio, não permitindo que chegue dinheiro vivo e tirando o existente, causaria grande prejuízo, que maior não poderia ser, uma vez que empobreceria completamente o Reino. Ao proibir totalmente o câmbio, portanto, não só não sairia dinheiro vivo, mas necessariamente entraria mais.

9 Local onde se reuniam banqueiros, cambistas e financistas, destinado às operações de câmbio e transações comerciais, e que estava situado ao lado dos grandes mercados para obviar as dificuldades inerentes ao grande fluxo de moedas de diferente proveniência. [N.d.T.]

Mas se fosse realmente verdade que o dinheiro da seda chega a Messina e a Palermo em moedas em razão da pobreza dessas praças, não havendo como nelas trocar letras de câmbio, os vários mercadores, estrangeiros e locais, e os próprios genoveses que vão para lá à procura da seda, não teriam deixado de introduzir nestas cidades casas de câmbio para poder trocar, quando se fizesse necessário, grandes somas.

## CAPÍTULO XI

### SE TAL DECRETO CONTRARIA A JUSTIÇA

Acerca da quinta razão que foi aduzida para contestar o decreto, ou seja, que não se pode definir um preço fixo para o câmbio, sendo este livre, De Santis complica muito a resposta, dizendo ter ouvido opinião favorável a tal controle na boca de todos os homens de negócios, sustentando que, diante da sua pergunta de por que o câmbio deve ser ou é livre, ninguém soube dar-lhe uma resposta, e ainda apresentando vários exemplos, como o de Roma e de Gênova, onde se fizeram restrições semelhantes ou em coisas semelhantes. E, no entanto, a resposta podia ser dada em duas palavras: que, sendo verdade que a taxa alta e o câmbio livre causam um prejuízo público empobrecendo o Reino, não só é lícito a quem governa alterar e mudar o teor e a natureza de todos os contratos, mas deve fazê-lo, uma vez que ele tem a obrigação de preferir a utilidade e o bem público ao privado. E, com efeito, quando se fez necessário e oportuno para o bem público, controlaram-se e fixaram-se os preços de certos comestíveis e de outras coisas, proibiu-se comprar, forçou-se a venda, como outras tantas coisas mais. Se, então, for verdade que a alta taxa de câmbio causa tais prejuízos, ninguém iria pôr em dúvida a necessidade de se

fixar um limite. Mas como, ao contrário, não é verdade que há tal prejuízo público, de modo algum quem governa deve fixar um preço determinado, sendo e devendo ser o câmbio livre, pois, se assim não for, se desrespeitaria, sem razão, o que a lei sanciona.

Se, contrariamente a isso, ele tem dito que gostaria de saber por que o câmbio é ou deve ser livre e que ninguém sabe responder, podemos dizer-lhe que não é muito difícil, aliás é fácil encontrar a resposta, porquanto ela se encontra na Lei *Sicut* do Código, no título *De Actionibus et Obligat*, onde se estabelece a norma geral de que os contratos inicialmente são voluntários e, depois de feitos, se tornam coercivos. Sendo assim, como a vontade é livre por natureza, segue que os contratos inicialmente são todos livres, e neles está incluído o câmbio no momento em que é contratado. Tal liberdade dos contratos, no entanto, não existe apenas no ato fundamental da decisão de fazê-los ou não, ela existe também na determinação da quantidade, das propriedades e particularidades, com a condição de que estas não sejam condenadas por lei. Por isso, sem mais nenhuma dúvida, deve-se concluir que, se for verdade que a alta taxa de câmbio causa o prejuízo mencionado, é justo limitar seu valor, mas, se não for verdade, não se deve de modo algum alterar a sua natureza, e se deve deixar o câmbio livre, caso contrário seria tirar-lhe o que a lei lhe concedeu.

Quanto ao exemplo, por ele mencionado, da reforma feita em Roma – pela qual se proibiu que se pagassem ou realizassem os câmbios com o ducado de Câmara de ouro, substituindo-o com o escudo –, e ao exemplo de Gênova, não é meu propósito tratar disso, ainda que na terceira parte desta obra discutirei se teria sido mais conveniente para Roma que se continuasse a pagar os direitos e efetuar os câmbios em ducados de Câmara e não em escudos, como ficou estabelecido

na referida reforma, e, também, se realmente tal ducado é ideal, como ele sustenta.

## CAPÍTULO XII

SE SÃO VERDADEIROS OS OUTROS EFEITOS  
QUE SE DIZ ADVIREM DO REFERIDO DECRETO

A sexta dificuldade que ele diz ter-lhe sido apresentada e ser muito séria, é que os comerciantes, do Reino e de outros lugares, em razão da falta de ganho no câmbio, não iriam mais comprar produtos para exportá-los, porquanto, tendo aumentado no Reino os preços, ao exportar seus produtos, se obtinha um ganho apenas no câmbio e, ao tirar este ganho também, se deixaria de comprar. A isso ele responde que tal dificuldade não tem consistência, uma vez que ele tem demonstrado com razões conclusivas que todos os inconvenientes nascem de uma taxa de câmbio alta e desordenada e, tendo-se de tomar providências contra isso, não há de se considerar o interesse de alguns particulares.

A isso poder-se-ia objetar apenas que, tendo sido invalidadas todas as suas razões e visto que o câmbio indiferentemente de a taxa ser alta ou baixa não causa nenhuma desordem ao Reino, fica dirimida também esta dificuldade. Se, no entanto, fosse verdadeiro o argumento de que, com exceção da alta taxa de câmbio, não há nenhum outro ganho e que, faltando tal ganho, se deixaria de exportar produtos, o decreto, então, devia, não baixar, mas elevar ainda mais a taxa de câmbio. O argumento, porém, não é verdadeiro, pois, se os produtos ficaram mais caros no Reino, necessariamente devem ficar ainda mais caros no exterior; e se estes não encarecem,

aqueles, assim como subiram de preço, voltariam a baixar, de modo que tal dificuldade não teria razão de ser mesmo baixando-se a taxa de câmbio.

Segue a sétima dificuldade, que as outras praças, reformando seu câmbio para igualá-lo ao nosso, impediriam que o decreto surtisse efeito. A isso De Santis responde que tal coisa não é praticável, devendo todas as praças, com exceção de Florença, efetuar o câmbio com moeda real (e, assim, ele desmente o que tinha dito antes e que servia ao seu propósito, ou seja, que o escudo do câmbio é ideal), nem elas poderiam impedir isso de outra forma senão aumentando ou diminuindo o valor do escudo e, assim, de um ou de outro modo, se conseguiria trazer para o Reino todo o ouro e a prata. Mas tal coisa é pura fantasia, e uma vez que nos ocuparemos desta questão na terceira parte desta obra, quando se discutirá se elevar ou baixar o valor das moedas próprias ou estrangeiras tem como conseqüência que entrem ou falem moedas nos reinos, deixo de falar disso agora. Lembro, no entanto, que relativamente a esta dificuldade, já demonstrei a maneira fácil e direta com a qual as outras praças tornariam vã a providência caso lhes causasse um grande prejuízo, ou seja, fazendo, elas também, a mesma reforma e dando a mesma disposição de fixar a taxa de câmbio, elevando-a, e não baixando-a, como dissemos antes. E para isso nem mesmo seria necessário que a moeda fosse real. E que isso é verdade, acaba revelando-o o próprio De Santis, ao falar do escudo ideal de Florença, quando diz que, podendo tal escudo ser baixado de valor e avaliado em 7 libras, o Reino, em tal caso, deveria baixar a taxa de câmbio ainda mais. Como se Florença não pudesse, depois, baixar de novo o valor do escudo, devendo o Reino voltar a baixar a taxa de câmbio, e tal jogo continuar a se repetir. Por que, então, não poderia ser a mesma coisa limitando ou

elevando a taxa de câmbio como se faz com o escudo? E suposto que fosse verdadeiro o argumento de que as outras praças não poderiam fazer o mesmo que Florença, por ser a moeda de câmbio delas real e não ideal, e ao mudar-lhe o valor se causaria dano, por que as praças, querendo, não poderiam tornar a moeda de câmbio de real a ideal? Nada o impediria, nenhuma das razões em contrário que foram aduzidas. Mas disso não podemos tratar agora.

Quanto à oitava dificuldade – que muitos mercadores iriam à falência –, à nona – se tal providência não devesse ser considerada usura – e à décima – que, por tal decreto, a praça de Nápoles acabaria ditando lei às outras praças –, não é preciso discorrer, pois estão fora do que me propus tratar. Tampouco é minha intenção responder a idéias e dificuldades sem fundamento, alongar-me e encher papéis, assim como examinar as outras dificuldades, uma vez que, para os fins do meu discurso, já me estendi em demasia.

## CONCLUSÃO DESTA SEGUNDA PARTE

Do que se prometeu tratar nesta segunda parte já foi dito o suficiente, pois se provou cabalmente: não ser verdade, nem possível, que a alta taxa de câmbio impede que chegue aquele dinheiro vivo que devia entrar no Reino em troca dos produtos exportados; nada ter a ver com isso o câmbio, indiferentemente de a taxa ser alta ou baixa; não serem verdadeiras, da mesma forma, as razões, provas e conclusões aduzidas. E demonstrou-se que a causa pela qual não há dinheiro no Reino correspondente com as suas exportações é

aquela que foi indicada na primeira parte desta obra, isto é, os rendimentos que têm os estrangeiros no Reino, juntamente com as suas atividades mercantis e os ganhos que eles obtêm com seus negócios. E isso nem De Santis pôde negá-lo, de forma que, num primeiro momento, ele busca justificar-se dizendo que não montam a tal soma, depois, nem sei como, a aceita e até, levando em conta apenas os rendimentos, a aumenta.

Assim, não restando mais nada a dizer a respeito do que se tem prometido, passaremos à terceira e última parte, onde trataremos dos remédios para esse mal e discutiremos algumas propostas que foram avançadas e são mencionadas por De Santis em seu *Discurso* como expedientes para que entre dinheiro no Reino.







## TERCEIRA PARTE

### PROÊMIO

As pessoas comuns costumam dizer que quando se conhece a causa do mal é fácil encontrar-lhe o remédio. De Santis diz o mesmo no começo do seu *Discurso*. Entretanto, acho que esta opinião comum, ou quase comum, não apenas não é verdadeira de modo geral para todas as coisas, mas não o é para nenhuma, pois, mesmo que um médico conheça perfeitamente a causa de uma febre pestilenta e aguda, não lhe será fácil encontrar o remédio, o que pode ocorrer várias vezes diante de outras complicações quaisquer. Ele poderá, por exemplo, conhecer a causa de uma epilepsia, de uma apoplexia ou de outro tipo de afecções, a causa de uma ferida mortal e, no entanto, não saber encontrar nenhum remédio. E deixando de mencionar outras especialidades ou artes, e passando à nossa própria matéria, podemos afirmar que de poucas desordens que ocorrem nos Estados não se conhece a causa, sendo manifesta a da maior parte, e, no entanto, não só não é fácil para quem governa remediar tais desordens, mas, no mais das vezes, é tão difícil que não se consegue fazê-lo nem com muitas providências. Mas isso é tão notório que não é preciso que me alongue mais. Assim, a asserção acima referida seria mais exata se se dissesse que, conhecendo-se a causa do mal, se torna mais fácil e possível encontrar o remédio do que se não se conhecesse, e que, conhecendo-se a causa, se ela for muito forte, por natureza própria ou por razões circunstanciais, o remédio será difícil e nem sempre possível.

Já se conhece a causa do mal que faz com que não entre dinheiro no Reino em troca da exportação de produtos, que, como foi dito, são os rendimentos que nele têm os estrangeiros e ainda as atividades mercantis que eles exercem, em razão da indolência dos habitantes. E essa causa é tão evidente que De Santis, esquecendo-se, talvez, do que dissera antes, ao indagar a causa de os estrangeiros não converterem as duplicatas em capital, chega a dizer que isso ocorre porque não há mais nada para vender, tendo eles sugado o sangue de todos os cidadãos do Reino, a tal ponto que quase não resta mais vida, nem produtos para serem oferecidos. E ele ainda acrescenta: “E isso é tão verdade que me obriga a dizer algo que não seria conveniente dizer, que conviria que Sua Majestade mandasse suspender o pagamento das duplicatas aos estrangeiros por seis meses.” Estas são suas próprias palavras, e ele está se referindo apenas aos rendimentos sem considerar as atividades mercantis que os estrangeiros exercem, às quais seria preciso acrescentar ainda os proventos que obtêm das mercadorias que o Reino importa e de que tem necessidade, e que montam à soma indicada na primeira parte desta obra, de modo que devemos considerar tal causa do mal acima mencionado fortíssima. Se De Santis, referindo-se apenas aos rendimentos, que das três causas é a menor, não sabe propor outro remédio a não ser aquele que confessa ser inconveniente sugerir, quão difícil será, então, fazer frente a todas essas causas, em si mesmas e por razões circunstanciais, tão poderosas? Que fazer se, além dos rendimentos, se tiver em conta as atividades mercantis e os proventos das exportações? Dever-se-ia admitir aquela dificuldade enorme que, como já foi dito, fez que ele evitasse levá-la em consideração.

Devendo, então, tratar de tal remédio, que é difficilimo, e para o qual se têm tomado várias providências que fracassaram, sendo a causa do mal tão poderosa, falarei, primeiro, dos remédios experimentados ou de outros que foram propostos, examinando se são ou podem ser úteis contra esse mal, já que devem ser tão eficazes a ponto de devolver riqueza de ouro e de prata ao Reino, ou, para melhor dizer, ajudá-lo a superar o grande aperto em que se encontra; em seguida farei menção aos verdadeiros remédios, conforme os objetivos deste tratado, com a cautela necessária, e, desta forma, cumprir-se-á o que se prometeu.

## CAPÍTULO I

### DOS REMÉDIOS TENTADOS E PROPOSTOS PARA QUE O REINO TENHA ABUNDÂNCIA DE MOEDA

Os remédios tentados para fazer o Reino ter abundância de moedas são estes:

I. proibição de exportar moeda, tanto a própria quanto a estrangeira, e todo tipo de ouro e prata;

II. redução da taxa de câmbio;

III. elevação do valor da moeda estrangeira e liberdade para que circule não apenas a um valor igual ao da moeda local, incluindo a cunhagem, mas maior.

Os remédios propostos são:

I. elevação do valor da moeda do Reino ou diminuição de seu peso;

II. fabricação de parte ou de toda a moeda com prata de valor inferior.

## CAPÍTULO II

DO REMÉDIO QUE CONSISTE  
EM PROIBIR A EXPORTAÇÃO DE MOEDA

A razão, ilusória, que fez com que se tomasse a providência de proibir a exportação de moeda, foi que, com tal disposição, se reteria a moeda que já se encontra no Reino e a que deve vir, pois, vindo muita ou pouca, mas não podendo sair, iria sempre aumentando e, dessa forma, haveria abundância. O pressuposto disso, com efeito, é que necessariamente entrem no Reino, graças aos produtos que se exportam, cinco milhões por ano, menos 1.200.000 ducados. Tal argumento ganhou tanto mais força quanto mais prevaleceu a convicção de que a causa da exportação de moeda era o ganho que daí advinha; e foi tão forte esta certeza que a proibição veio acompanhada de penas gravíssimas.

Mas a verdade é o oposto disso, pois a simples proibição de exportar moeda não convém aos Estados, nem ajuda minimamente, servindo até de obstáculo para fazê-los ter abundância de ouro e de prata, exceto quando um Estado, por alguma desordem, se encontra em tal condição que a exportação de moeda o prejudica. Para que se entenda, então, a verdade desta conclusão, é preciso ter presente o objetivo de quem pretende exportá-la, pois sem um objetivo ninguém faz nada: digo, então, que, ao exportar a moeda, seja qual for a razão, é preciso que, depois, ela volte para o reino de onde saiu, com ágio. E para que se entenda mais facilmente essa afirmação, considerem-se as duas causas mais comuns e gerais de se exportar moeda, isto é, a de querer comprar produtos de fora e a de querer transferir a moeda para outro lugar em que vale mais ou de onde é vantajoso que volte como letras de câmbio.

Se se disser que a moeda é exportada para comprar produtos de fora, se esses produtos forem necessários ao Estado do qual ela sai, não lhe causa nenhum prejuízo, pois, se se querem bens, é necessário pagar por eles. E não me digam que poderiam ser pagos com letras de câmbio ou com a troca de produtos, que, tanto num, como no outro caso, como vimos, o resultado é o mesmo, pois, se for com letras, antes ou depois é necessário que seja mandado dinheiro vivo e se for por troca de mercadorias, o dinheiro que se obteria com o valor da venda equivale ao que sai. Não há, portanto, nenhuma diferença nisso. Se se disser que tais produtos comprados fora não são necessários ao Estado, mas são mandados para outro lugar, pergunto para onde se levam e o que se fará com eles. Sem dúvida, serão vendidos a um preço maior do que aquele pelo qual foram comprados e, dessa forma, voltará uma quantidade de dinheiro maior do que aquela que saiu. E comprando-se ainda mais produtos, o dinheiro voltará com ganho maior ainda. Se se disser, então, que esse dinheiro voltará em letras e não em moedas, a isso já se respondeu acima.

Se se disser, por outro lado, que se exporta moeda porque ela vale mais em outro Estado do que no próprio, vale a mesma razão que vige quando se compram produtos, ou seja, que voltará com ágio, como já foi dito e será melhor explicado mais adiante. Se, então, se exporta moeda porque há vantagem em fazê-la voltar em letras de câmbio, que é a causa imaginada por De Santis de a moeda sair do Reino, responde-se como acima, que ela volta com ágio; e assim é para as outras causas da exportação da moeda, de forma que tal exportação não pode reverter-se nunca num prejuízo para o Estado, mas numa utilidade.

Além disso, a liberdade de exportação da moeda aumenta o comércio e a proibição o diminui. Com efeito, nem

sempre ao mercador convém efetuar o câmbio e várias vezes ser-lhe-ia mais cômodo levar dinheiro vivo, mas, em havendo a proibição de exportar moeda, ele se abstém, pois, precisando depois desse dinheiro em outros lugares e não podendo exportá-lo, estaria impedido de usá-lo. Assim, diante destes obstáculos, preferirá sofrer perdas e deixar de comerciar. E este é o prejuízo que pode causar a proibição, sem oferecer vantagem alguma.

E não seria preciso apresentar outras razões para demonstrar essa verdade, nem citar o exemplo dos outros príncipes da Itália, pois quase todos permitem a exportação de sua moeda. Mas como a Senhoria de Veneza, embora permita a exportação de sua moeda, proíbe a exportação da estrangeira, quero mencionar este exemplo e explicar por que ela tem vantagem nisso. A razão é que, com semelhante disposição, ela ganha nos dois casos, visto que com a exportação de sua moeda tem a vantagem que já vimos, sem ter o prejuízo que advém da proibição de exportar a estrangeira, possuindo esta cidade tamanha quantidade de moeda, suficiente para qualquer grandíssima soma que se queira exportar; e com a proibição de exportar moeda estrangeira ganha na cunhagem, uma vez que é conveniente, como veremos mais adiante, que as moedas estrangeiras vão para a Casa da Moeda e não circulem como moedas. Tampouco esta proibição pode causar uma vinda menor de moeda estrangeira, porquanto, deixando de lado muitas outras razões, esta cidade, como já dissemos, tem grande abundância de sua própria moeda, de maneira que quem leva para ali moeda estrangeira não tem dificuldade de encontrar logo o valor correspondente levando-a à Casa da Moeda, onde obtém moeda local que pode ser exportada.

Tudo isso vale de modo geral quando num Estado não há desordem ou uma razão que, nascendo dessa desordem,



torne a exportação de moeda prejudicial, como ocorre no nosso Reino. Não, contudo, aquela que aduz De Santis, de que, encontrando-se o Reino tão depauperado, estaria em poder de qualquer um privá-lo totalmente de moeda, juntamente com todas as outras razões que ele apresenta para baixar a taxa de câmbio ou proibir a exportação de moeda, porque, por tais considerações, ela deveria ser permitida, uma vez que, querendo os mercadores comerciar, graças a tal liberdade, e não havendo moeda no Reino, eles seriam obrigados a enviá-la para poder exportá-la, e aquela que se exporta, de um modo geral, deve voltar com ágio. Mas a razão pela qual no nosso Reino a exportação de moeda gera prejuízo é a desordem que se tem deixado crescer, de se ter permitido que os estrangeiros possuam tão grande número de rendimentos e tenham em suas mãos quase todas as atividades mercantis do Reino; razão pela qual, sendo a exportação de moeda permitida, as moedas que saíssem não precisariam voltar mais. E é uma razão tão forte que, considerando-se apenas uma parte desse dinheiro, não seriam suficientes todas as moedas do Reino, nem o dobro. É apenas por este motivo, então, que digo que em nosso Reino convém proibir a exportação de moeda, ainda mais sendo verdade o que ele diz, que, por ter-se apoderado de todas as coisas, os estrangeiros não podem converter como antes as duplicatas em capital, não havendo mais nada no Reino para vender, de modo que, se lhes fosse permitido, sem dúvida procurariam e deveriam exportar dinheiro. E unicamente a esse respeito sou da opinião que a proibição é oportuna, pois, salvo isso, ela não tem utilidade nenhuma, mas prejudica.

Deve-se concluir, portanto, que este remédio de proibir a exportação de moeda não pode fazer com que o Reino tenha abundância dela, mas serve apenas para remediar sua desordem, no que for possível.

## CAPÍTULO III

DO REMÉDIO QUE CONSISTE EM DEIXAR CIRCULAR  
A MOEDA ESTRANGEIRA OU EM ELEVAR SEU VALOR

Do segundo remédio, baixar a taxa de câmbio, se é ou não suficiente para fazer o Reino ter abundância de ouro e de prata, discutimos amplamente na segunda parte desta obra, e examinar de que maneira possa ser de utilidade ao comércio não é preciso, porquanto tal intento diz respeito principalmente ao benefício privado, sendo a propensão do Reino para o comércio a que mencionamos, e não sendo necessário para isso tomar outras providências além daquelas que tomam os próprios particulares. Devemos, portanto, discorrer unicamente sobre o terceiro remédio, ou seja, se deixar circular a moeda estrangeira como moeda, incluindo o valor da cunhagem, ou, então, elevando seu valor, constitui um remédio conveniente para se ter abundância de moeda no Reino, uma vez que, para tal fim, se expediu o decreto que permitiu que os escudos de prata de Gênova corressem como moeda e com o valor de 13,5 carlinos.

Tal providência foi tomada seguindo-se a opinião de De Santis, o qual, depois de ter respondido à décima segunda objeção contra o decreto do câmbio, discute se foi um erro ter expedido um decreto para que o júlio papal e o florim, que antes circulavam com um valor de 10,5 granos, passassem a circular com um valor não superior a 10 granos, pois, em razão de tal diminuição de valor, todas essas moedas saíram do Reino. Citando, então, o exemplo de Marcantonio Colonna<sup>10</sup>

10 Marcantonio Colonna (1535-1584), capitão geral da frota pontifícia contra os turcos, foi nomeado vice-rei da Sicília em 1577 por Filipe II. [N.d.T.]

na Sicília, o qual, para que entrasse dinheiro naquele reino, que era pobre, elevou o valor do ducado napolitano em cinco por cento, fazendo com que o dinheiro do Reino fosse todo para aquela ilha, ele aconselha que se faça o mesmo, mas, para que não fique patente que no Reino há tamanha escassez de dinheiro a ponto de ser necessário elevar o valor da moeda estrangeira, sugere que não se proclame um decreto e, em vez disso, se dê ordem aos bancos de receberem tal moeda com o valor aumentado. Tal expediente foi cumprido alguns anos mais tarde com decreto público, porquanto o de baixar a taxa de câmbio não havia servido para nada e o Reino havia empobrecido mais, e, tendo de se conseguir sanar situação tão grave, não se podia recorrer a paliativos.

Aparentemente o remédio parece ser singular e apropriado, quer pelo ganho imediato, quer pela experiência da Sicília, que lhe serve de argumento, e do próprio Reino. Mas a esse respeito devo dizer que tal aparência e experiência contêm a mesma verdade que continham aquelas de baixar a taxa de câmbio, pois, deixar a moeda estrangeira circular como moeda e aumentar-lhe o valor, não pode de jeito algum gerar riqueza no Reino, mas, ao contrário, pobreza, causando prejuízos às caixas reais e aos particulares. E mesmo que possa parecer ser o contrário, pois, de fato, por algum tempo, veio algum dinheiro, no entanto, quanto mais dinheiro vier tanto mais será a causa de um maior e mais rápido empobrecimento. Estas, com efeito, são aquelas providências que é preciso analisar bem prevendo os efeitos que podem causar, examinar mais profundamente sem se satisfazer com a primeira impressão, para não se encontrar depois na situação de ter logrado exatamente o contrário do que se desejava. E que elevar o valor da moeda estrangeira para enriquecer o Reino, ou permitir que circule como moeda, incluindo o valor da cunhagem, é

uma solução que acaba surtindo o efeito oposto, causando prejuízo aos cofres do príncipe, podendo causá-lo aos particulares e, conseqüentemente, a todos, sendo, portanto, inoportuna sob todos os aspectos, resultará claro facilmente do que segue.

Para que se veja, então, tratar-se de uma falsa solução e que, mesmo chegando por algum tempo e numa certa quantidade moedas estrangeiras, elas acabam empobrecendo o Reino, pergunto, em primeiro lugar: essas moedas estrangeiras que devem entrar no Reino – porque se promulgou um decreto para que possam circular e com um valor superior ao que elas têm em qualquer outro lugar, de modo que venham para cá e não vão para outros lugares – com qual finalidade são enviadas? O que se fará com elas? Pois, de qualquer maneira, mesmo que pela elevação de valor se ganhe dez ou vinte por cento, é preciso saber o que se fará com elas. Se se disser que se comprarão produtos para exportá-los, isso não aumenta, mas diminui a quantidade de moedas, porquanto se antes era necessária uma certa quantidade de moedas para ter os produtos, atualmente, depois de tal decreto, podem vir muito menos para se exportar a mesma quantidade de produtos. Se se disser que não se comprarão produtos, mas se usará essa moeda em negócios, ou se comprarão títulos de rendimentos ou outros bens estáveis no Reino, isso é pior ainda, pois tal emprego o empobrecerá muito mais, uma vez que, se antes era necessário mandar vir uma certa quantidade de dinheiro para fazer negócios, atualmente se pode mandar vir menos para se conseguir igual resultado. E o mesmo ocorre na compra de títulos de rendimentos ou bens estáveis no Reino, sendo aliás essas coisas que o empobreceram e que, como já dissemos, impedem que chegue dinheiro mesmo havendo exportação de uma grande quantidade de produtos agrícolas, pois a verdadeira causa que

não permite que entre dinheiro em troca de tal exportação são justamente os rendimentos que possuem os estrangeiros no Reino e as atividades mercantis que eles exercem. Assim, quanto mais oportunidades, vantagens e facilitações se criam para que os estrangeiros possam fazer negócios no Reino e comprar títulos de rendimentos e mercadorias, tanto mais aumentará a escassez da moeda que adviria da exportação de produtos. E no Reino, afora tal exportação, não há outra possibilidade de se fazer dinheiro.

Diante disso poder-se-ia objetar que, se tal coisa fosse verdade, seguiria que os príncipes teriam de tirar aos estrangeiros a oportunidade de poderem fazer negócios em seus Estados, e que tal conclusão parece ser contrária ao que eu havia afirmado na primeira parte desta obra, quando apontei o comércio como uma das causas que podem fazer os reinos ter abundância de ouro e de prata, e mostrei como em Veneza, sendo tão forte e ocasionando uma grande quantidade de negócios, ele deve ser considerado a causa fundamental da riqueza dessa cidade. À tal objeção, então, de que haveria contradição entre as minhas duas afirmações, respondo que, se se considerar bem e se entender o que eu disse na primeira parte, se verá que não só não contradiz o que eu estou dizendo agora, mas o confirma, pois eu deixei bem claro que um grande comércio é a causa de riqueza para o país onde é feito tão-somente se ele for de produtos, ou negócios, de outros países para outros países, e não se ficar circunscrito apenas a suas próprias necessidades, já que, nesse caso, surte o efeito contrário. E, de fato, naquele mesmo lugar, mostrei as razões pelas quais no Reino o comércio é voltado apenas para as necessidades internas, causando, assim, escassez e não abundância de dinheiro, como em Veneza, onde se expande para outros lugares.

Além dessa razão, pela qual se deve concluir que elevar o valor da moeda estrangeira empobrece o Reino e causa escassez de moeda, pode-se alegar outra maior, porquanto, com tal elevação, se obterá um ganho muito grande exportando moeda local para o país cuja moeda adquiriu um valor mais alto, uma vez que, depois de ter sido cunhada como moeda deste país, ela poderá voltar com um ganho maior. Voltando, então, ao Reino aquela mesma quantidade de moeda que havia saído, poderá ser exportada uma quantidade ainda maior e, continuando a se repetir tal operação, se conseguiria, enfim, exportar, com uma pequena quantidade, toda aquela que restava.

Quanto a deixar circular a moeda estrangeira, deve-se fazer notar que tal circulação derroga o direito do príncipe, pois tal moeda, em vez de ir toda para a Casa da Moeda para ser fundida e convertida em moeda local, e, assim, consentir que o príncipe tenha o direito e o benefício da cunhagem, ao circular como moeda, lhe tira tal benefício, e o príncipe que não tem em seu Estado minas de ouro e de prata seria obrigado a fechar a Casa da Moeda. Pode, ainda, causar prejuízo a seus súditos de um modo geral, criando condições de eles poderem ser lesados, com ou sem malícia, pelo príncipe estrangeiro, como quando, por exemplo, um príncipe, cuja moeda esteja circulando no país de outro príncipe, passa a fabricá-la, com ou sem malícia, de uma liga inferior. E sem dúvida, mesmo que fosse avaliada, não digo acima, mas no seu justo valor, esta moeda de liga inferior circulará com o valor da anterior, de forma que se pode causar, com a maior facilidade, um prejuízo de milhares e centenas de milhares de ducados aos súditos e ao Reino como um todo. E por esta única razão, é plenamente justo que a moeda não circule nos reinos de outros príncipes, mas seja levada para a Casa da Moeda e paga em conformidade

com o preço da prata. Não preciso dizer, então, quão desvantajoso é que circule moeda estrangeira no Estado de um príncipe grande.

Está demonstrado, portanto, que, de toda e qualquer maneira, esta elevação de valor da moeda gera escassez e não abundância de dinheiro, como se vê nos Estados de todos aqueles príncipes que querem que a moeda estrangeira seja avaliada cada vez mais abaixo e não acima do seu valor.

## CAPÍTULO IV

### DOS EXPEDIENTES PROPOSTOS, OU SEJA, ELEVAR O VALOR DA MOEDA DO REINO OU DIMINUIR-LHE O PESO E A LIGA

De Santis diz, em seu *Discurso*, que esses dois expedientes foram propostos por outros e que ele os desaprova a ambos, mas alonga-se mais em combater o primeiro do que o segundo, em razão de ele ser inconveniente para a grandeza de Sua Majestade e fazer desaparecer o comércio do Reino. Quanto à primeira razão, de certa forma pode-se concordar com ele, mas a segunda não é verdadeira, como se pode observar nas cidades ou Estados onde circulou e circula moeda de baixa liga, nos quais, nem por isso, o comércio acabou, nem há motivos para que acabe. Mas há outras fortíssimas razões que se devem levar em consideração muito mais do que aquelas que ele menciona.

Em primeiro lugar, o expediente de fabricar moedas de baixa liga contraria a justiça, a qual exige que a moeda tenha valor não pela forma mas pela matéria, como diz a Lei nº I nos *Digestos*, no título *De Contrahenda Emptione*, porquanto em tal moeda o valor não adviria da matéria, mas da forma, contra o que dispõe a lei acima mencionada. Em segundo lugar,

ensejaria motivos para cometer crimes, minando o objetivo principal da justiça, pois permitiria que se fabricasse mais facilmente moeda falsa. Em terceiro lugar, causaria grande prejuízo aos súditos além daquele já referido, uma vez que tal moeda, ao ser levada para fora do país, não teria curso nem ao menos pelo que contém de prata, e o mesmo aconteceria ao príncipe se tivesse de usá-la fora do seu reino. Por último, esse expediente contém em si e causa em grau maior todos os inconvenientes que causa a elevação de valor da moeda ou a sua diminuição de peso.

E se se opuser que tal expediente foi e está sendo adotado por outros príncipes da Itália, como os de Veneza, de Gênova e outros senhores da Lombardia e da Toscana, sem chegar a causar nenhuma das coisas mencionadas, fazendo com que, ao contrário, como se pretende, a moeda não saia do país, respondo que tal coisa não é verdadeira, pois nunca nenhum príncipe da Itália chegou a fabricar toda a moeda de baixa liga, ou a maior parte, mas apenas uma parte da moeda miúda e em pequena quantidade, de acordo com as necessidades de seus Estados. E isso em razão da comodidade do seu uso e para a necessidade de se trocarem moedas de grande valor. As moedas de grande valor, no entanto, que servem em grande quantidade para o comércio e os negócios, e para serem usadas fora do país, foram sempre e são ainda hoje não apenas de uma liga igual a esta de Nápoles, mas de uma muito melhor, com uma qualidade superior de quase um terço, com exceção da de Roma, cuja diferença é apenas um pouco menor. E quem quiser ter certeza disso, pode comparar qualquer moeda de grande valor da Itália, ou seja, de Veneza, Milão, Florença, Gênova, Parma, Mântua ou de outras cidades, com a do Reino, e verá que as primeiras são melhores, como já disse. Por outro lado, apesar de Veneza ter deixado de fabricar moeda miúda



de baixa liga, como são as libras, os marcelos e outras semelhantes, nem por isso reprovo que as moedas miúdas, na quantidade suficiente para a troca e de acordo com o tamanho do Estado do príncipe, sejam feitas, não digo de baixa liga, mas de cobre puro, com valor procedente apenas da forma e não da matéria, porque isso reverteria em certo benefício do príncipe e não geraria nenhum dos inconvenientes acima mencionados, os quais, em todo caso, seriam evitados por uma providência muito fácil de tomar e que deixo de mencionar por extrapolar o assunto que estou tratando. Não deixo de dizer, no entanto, que não convém ao príncipe ou ao Reino mandar fabricar uma quantidade grande de moeda miúda para que circule ordinariamente, em grande parte ou exclusivamente, nos negócios, pois, além do grande incômodo de se ter de usar uma grande quantidade de tal moeda, é muito fácil cerceá-la e falsificá-la. E se houver alguma conveniência em fabricar tal moeda, por ser de menor peso em relação às moedas de grande valor, seria um mal menor fabricar com um peso menor uma única espécie das de grande valor e, dessa forma, conseguir que o ganho vá todo para Sua Majestade, sem que tenha de reparti-lo com mercadores e mestres da Casa da Moeda. Mas sobre isso não digo mais nada, não sendo meu propósito tratar disso.

Quanto a elevar o valor da moeda ou diminuir seu peso, digo que, quando isso devesse ser feito para fazer frente a alguma dificuldade, diminuir o peso vem mais a propósito, e nenhuma das razões em contrário aduzidas por De Santis é verdadeira. E começando da primeira – de que diminuindo o peso haveria uma ruína geral, pois a Europa inteira ficaria perturbada, uma vez que toda ela estabeleceu para a prata um mesmo valor para as várias espécies de moedas –, afirmo que tal razão é infundada:

– primeiro, porque, se diminuir o peso causasse um benefício tão grande, de, por exemplo, o Reino chegar a ter abundância de prata, pouco precisaria se preocupar com a desordem dos Estados alheios. E nisso De Santis se contradiz, já que, ao elogiar a providência de Marcantonio Colonna – o qual, para que a Sicília tivesse abundância de moedas, elevou o valor do ducado napolitano em cinco por cento e, dessa forma, a seu ver, fez com que o dinheiro do Reino de Nápoles fosse para a Sicília –, não mostrou preocupação alguma com a desordem e o prejuízo que adviria ao Reino, ainda que pertencesse a um mesmo senhor.<sup>11</sup> Mas disso já falamos antes;

– segundo, não sei de que forma esta diminuição de peso acabaria gerando uma desordem em toda a Europa, visto que estas moedas do Reino não circulam em nenhuma parte da Itália, a não ser em Roma e na Sicília, onde se encontram apenas umas poucas, e em outras cidades da Itália se pode dizer que não há nenhuma, ou que há, quando muito, um milhar. E para mostrar que a opinião de De Santis a esse respeito é falsa, basta dizer que a razão sobre a qual ele funda a referida desordem, isto é, o fato de toda a Europa ter fixado um mesmo valor para a prata, não corresponde à verdade, e se fosse verdade em relação aos outros países, não o é para o Reino, pois o valor da prata nele vigente é diferente não apenas do das regiões longínquas da Europa, ou das mais próximas, mas até da própria Itália, tendo o ouro e a prata, no Reino, um valor superior ao que têm em qualquer outra parte da Itália, como foi dito na primeira parte desta obra. Para satisfazer os mais obstinados, entretanto, aduzimos como prova a dupla experiência de que a moeda de toda a Itália vale menos nos outros Estados do que

11 Nessa época, tanto o Reino da Sicília quanto o Reino de Nápoles estavam sob a dominação da monarquia espanhola. [N.d.T.]

no Reino e, ao contrário, as moedas do Reino valem muito mais nele do que em outros lugares da Itália, perdendo em todos eles quase dez por cento. Assim, transferindo moeda do Reino para Roma, Veneza ou Florença não se obterá um câmbio à razão de dez granos por um carlino, mas, no máximo, nove e, ao contrário, transferindo para o Reino a moeda de Veneza, Florença, Milão e de outros Estados italianos, o escudo de prata que em todos os lugares vale sete libras, que equivalem a dez carlinos e meio, em Nápoles, atualmente, é vendido a onze e onze e meio. Não há, portanto, uma igualdade de valor e, no entanto, isso não causa nenhuma desordem.

A segunda razão que ele aduz é que diminuir o peso causaria um grave prejuízo ao rei por causa das rendas, notáveis, que ele tem. Isso aconteceria caso o rei enviasse tais rendas para fora do Reino, mas como não o faz, e, ao contrário, freqüentemente lhe remete prata, como pode ter prejuízo, se, permanecendo a moeda no Reino, ele continua tendo a mesma quantidade de moedas?

Ele diz também que tal expediente não seria suficiente, uma vez que as outras cidades da Itália igualariam o peso das suas moedas ao destas que sofreram a diminuição de peso. A isso respondo que, caso o remédio surtisse algum efeito, não se deveria deixar de usá-lo por tal razão, pelas seguintes considerações:

– primeiro, porque esta mesma razão obstava também ao expediente, por ele sugerido, de baixar a taxa de câmbio e, no entanto, aconselhou que se baixasse;

– segundo, porque é incerto o que se seguirá, e não se deve deixar o certo pelo incerto, principalmente quando tal coisa incerta não trazer mais prejuízo, como aconteceria nesse caso, pois, ainda que as outras cidades diminuíssem igualmente

o peso de suas moedas, não haveria outro perigo a não ser o de ficarmos como antes;

– terceiro, se a verdade, em si, é uma, na opinião e na mente dos homens ela é vária, de sorte que alguém terá a mentira por verdade e a verdade por mentira, e o número destes é infinitamente superior ao daqueles que reconhecem a verdade como verdade e a mentira como mentira. Assim, nesse caso particular da diminuição de peso da moeda, poderia apresentar um claro exemplo de uma certa cidade da Itália que, com êxito, se governa de modo diferente das outras, modo que, no entanto, nenhum outro Estado reconhece ou imita. Mas sobre isso é melhor calar, porquanto não é bom publicar coisas conhecidas, que a autoridade ou força da ignorância (da qual, se Deus quiser, discorrerei no livro *Da força da ignorância*) quer manter secretas e ocultas, visto que ela conseguiria que de nada adiantasse divulgá-las, prejudicando quem o fizesse. Voltando ao meu assunto, digo que não há certeza de que, não se tendo conhecimento dessa diminuição, as outras cidades procederiam da mesma maneira;

– quarto, ainda que se tivesse tal conhecimento, daí não decorre que esse remédio, sendo útil ao Reino, o seria às outras cidades da Itália, sendo diferentes as condições de um e das outras, como se observa em alguns medicamentos, que, para uns, são benéficos, para outros, maléficos, e em outras coisas, que, para alguns, são um alimento, quando para todo o mundo são um veneno. E para não deixar a impressão de que falo de modo muito genérico, fazendo uso de analogias impróprias, vou ater-me ao nosso assunto específico, dizendo claramente que diminuir o peso da moeda, se pode ser conveniente ao Reino, não necessariamente é útil aos outros, podendo até ser um dano para eles, como efetivamente acontece e pode ser entendido se se levarem em conta as diferentes condições do

Reino em comparação com outras cidades, principalmente por causa da ausência de comércio, que, como dissemos, no Reino fica circunscrito às suas próprias necessidades, dando-se exatamente o contrário nas outras partes da Itália, cujo comércio está voltado para outras regiões. Como dissemos antes, a exportação de moeda é, de um modo geral, conveniente e o é sobretudo para aqueles Estados onde há mais comércio. Tanto isso é verdade que, nesses lugares, ela é livre. Onde, então, a exportação da moeda é livre e há comércio não convém diminuir o peso da moeda, porquanto tal diminuição impediria a sua exportação e, conseqüentemente, como já foi demonstrado, o comércio ficaria perturbado. Mas isso não se aplica ao Reino, onde não há comércio e onde, pelas desordens já mencionadas, a exportação da moeda, que é vantajosa nas outras partes da Itália, causaria prejuízo. Assim fica claro que, uma vez que o expediente de baixar o peso da moeda é útil, nenhuma das razões apontadas por De Santis o contraria.

Mas, tendo de determinar se esse remédio é realmente útil, é preciso fazer outro raciocínio, e ver, primeiro, que benefício pode gerar para o Reino, de modo geral; segundo, que desordens pode causar de fato e, terceiro, se elas podem ser reparadas. Quanto ao primeiro ponto, se se sustentar que tal remédio faz o Reino ter abundância de moeda atraindo moeda de fora, tal efeito ainda deve ser provado, pois, se se diminuir o peso da moeda local e se deixar inalterado o valor da moeda estrangeira, de modo que, então, o valor desta resulte reduzido em relação ao da moeda própria, isso não tem como efeito que entre mais moeda no Reino do que antes, porquanto aqui a moeda estrangeira perderia valor, ou, se não perder, nada ganharia.

Se se disser, então, que se deve elevar o valor da moeda estrangeira conforme se baixar o da própria, isso não causa

nenhuma alteração à estrangeira, mas a deixa como antes e, portanto, não surte efeito nenhum. E a esse respeito é bom lembrar que, como foi antes demonstrado, elevar o valor da moeda estrangeira não causa abundância de dinheiro, mas escassez, mesmo que entre dinheiro no Reino, seja qual for o motivo. Deve-se concluir, assim, que o remédio não é adequado para tal finalidade.

E se se argumentar, como sustenta De Santis, que esse remédio não deixa a moeda sair do Reino, ele, então, não serviria para gerar abundância, mas apenas para conservar a moeda existente, e seria suficiente para os Estados ricos e prósperos e que têm como fazer entrar dinheiro, e não para aqueles que são pobres e necessitados. No Reino, então, esse remédio nem mesmo seria suficiente para conservar aquelas poucas moedas que existem, porque o seria quando se exportassem moedas em vista do ganho, pois, em tal caso, diminuir-lhes o peso impediria que isso acontecesse (sem dizer que isso seria prejudicial, não útil). No Reino, porém, como vimos, não se exportam moedas em vista do ganho, mas elas saem por outros motivos, não havendo região da Itália onde elas não passem a valer menos. A saída de dinheiro, então, que necessariamente causa prejuízo e que mais se deve temer, é aquela que ocorre em razão dos rendimentos e das atividades mercantis dos estrangeiros, e é em consideração disso que, no Reino, se deve proibir a exportação de moeda, diferentemente de todos os outros lugares. Havendo saída de moeda por tais motivos, pouco adianta diminuir-lhe o peso, porquanto cada um prefere perder dez por cento a perder tudo, e alterar o câmbio não seria de nenhuma utilidade. Desta última questão não vou falar agora, para não sair do assunto, mas quanto a exportar moeda mesmo que com perda, a experiência dos anos passados, com a escassez do trigo, tem comprovado claramente

que tal fato ocorre, pois, ainda que a moeda fosse, então, mais cara, os proprietários de trigo a mandaram elevar em dez por cento, para poder dispor dela, já que a sua exportação era permitida. E em casos como estes pode ter melhor êxito a proibição de exportação do que a diminuição de peso da moeda.

É claro, então, que diminuir o peso não pode gerar abundância senão sob certas condições, ou, para melhor dizer, não pode ter o êxito desejado sem o concurso de outras providências necessárias, e só neste caso poderá ser de grande benefício ao príncipe sem que haja prejuízo para o Reino.

E não venham me dizer que, com a diminuição do peso, os mercadores trarão prata ou moeda estrangeira para fabricar moeda local também com peso menor, porque tal fato já foi contemplado nas considerações feitas anteriormente, pelas quais se concluiu que isso causaria antes um empobrecimento do que abundância de dinheiro, não havendo no Reino comércio senão voltado para suas próprias necessidades. Concluiu-se também que a moeda que chega em virtude de tal comércio, se for elevada de valor, gera escassez e não abundância de dinheiro, e, em persistindo as desordens mencionadas, poderia aumentá-las. Tampouco é necessário tratar disso de novo e mais amplamente do que já foi feito, para não repetir sempre as mesmas coisas. Ficou, portanto, demonstrado não ser conveniente, pelos efeitos mencionados, diminuir o peso da moeda local, ou elevar seu valor, se não houver o concurso de outras providências.

Mas, podendo-se ainda objetar que esse remédio, embora não chegue a produzir os benefícios previstos, uma vez que também não chega a gerar desordens, poderia ser experimentado em razão da utilidade a que acima referimos,

deve-se conferir se, efetivamente, ele não chega a gerar desordens consideráveis. A principal desordem que tal diminuição de peso poderia causar é a alteração do preço dos produtos, quer dos do Reino, quer dos que vêm de fora, porquanto, sendo todas as coisas avaliadas pela moeda, a sua alteração de valor ou de peso, que é a mesma coisa, passa a alterar, na mesma proporção, o preço das mercadorias. A segunda desordem é a mesma que dissemos surgir quando se usa uma liga inferior, pois também com a diminuição de peso se confere à moeda valor não pela matéria mas pela forma, atribuindo-lhe um valor superior ao justo. E isso, como vimos, além de ser contrário à justiça, causaria prejuízo aos súditos e ao príncipe, quando eles quisessem usar tal moeda fora do Reino.

Destas desordens, algumas podem ser remediadas por meio de providências, outras, estando o Reino em boa ordem, pouco ou nenhum dano causariam. E examinaríamos tais coisas em seus detalhes caso a diminuição de peso chegasse a criar abundância de moeda, mas, uma vez que permite apenas a sua conservação – em razão da perda que haveria ao se exportar tal moeda para algum lugar –, devemos nos preocupar antes com os remédios que conseguem fazer o Reino ter abundância de moeda. Em se conseguindo tal abundância, se se quiser, então, recorrer à diminuição de peso para conservar a moeda existente, com vantagem para o príncipe, encontrar-se-ia o meio de remediar alguns dos inconvenientes mencionados, e quanto a outros, demonstrar-se-ia que não prejudicam o Reino.



## CAPÍTULO V

DA JUSTA PROPORÇÃO ENTRE O OURO E A PRATA,  
TANTO ENTRE OS ANTIGOS QUANTO ENTRE OS MODERNOS

É opinião quase geral dos príncipes e de quem participa dos negócios do Estado que, havendo uma justa proporção entre o ouro e a prata, ela possa ser a causa da abundância desses metais e, ao contrário, vindo a ser desajustada para mais ou para menos, tal desproporção causa a escassez de um ou de outro metal, ou dos dois. Em razão disso, tem-se indagado qual seria esta justa proporção, e qual teriam estabelecido os antigos e qual os modernos. E, para fazer uma rápida menção sobre esta última questão, referimos que antigamente, pelo que se lê em Platão, vigorava uma proporção de um contra doze, e hoje em dia não é muito diferente, sendo em alguns lugares um pouco maior, em outros menor. Entretanto, não devemos procurar saber qual seria a justa ou verdadeira proporção em obediência à natureza ou qualidade desses metais, que seria procurá-la em vão e em lugar onde não pode ser encontrada. Tal indagação parece-me equivocada, visto que tal proporção é uma proporção de preço, o qual está sob o poder do uso, como alega a *Lei Praetia Rerum* dos *Digestos*, no título *Ad Legem Falcidiam*. Sendo assim, o príncipe que queira estabelecer uma nova proporção e, desta forma, introduzir um novo uso, deve considerar a proporção que vigora nos países circunvizinhos e distantes com os quais seu reino mantém ou pode chegar a manter relações de comércio, observar a abundância da moeda de uns e de outros, juntamente com o comércio que fazem entre si, de modo que, por estas e outras circunstâncias, possa vir a saber de que maneira se torna vantajoso para o seu reino mudar a antiga proporção, se para mais ou para menos,

conformando-se ou diferindo do uso daquele lugares, de acordo com o que lhe parecer mais conveniente. A partir de considerações dessa ordem, então, poderá fixar o preço do ouro e da prata que beneficiará o seu reino.

## CAPÍTULO VI

DOS EXPEDIENTES CONTRA A ESCASSEZDA MOEDA.

EXPOSIÇÃO GERAL

Já foi mostrada exaustivamente a causa pela qual no Reino não entra dinheiro, ainda que todos os anos se exportem produtos no valor de cerca de seis milhões, e também que não há outra maneira de obter dinheiro, uma vez que o Reino não possui a maior parte daquelas causas que podem gerar a abundância de ouro e prata. Já foi dado a conhecer quais são essas causas e foi demonstrado também que os remédios tentados ou propostos nunca foram nem podiam ser suficientes ou bastante poderosos para produzir tal abundância. A partir desses conhecimentos, então, dever-se-ia ter uma noção suficiente, pelo menos de modo geral, dos remédios necessários para se alcançar tal efeito, que seriam, primeiro, eliminar a causa que não permite que entre dinheiro em troca dos produtos exportados e, depois, dentro das condições possíveis, introduzir as causas de abundância de dinheiro que faltam ao Reino, juntamente com outras providências que conservem e favoreçam tais causas. Coisas essas que deveriam ser todas fáceis, se for verdade que, conhecendo-se a causa do mal, o remédio seja fácil. Mas isso, como já dissemos e se vê na prática, nem sempre é possível e no mais das vezes é difícil, e tanto mais quanto mais fortes forem as causas. Sendo fortíssima, então, a causa que impede que entre dinheiro no Reino em troca dos

produtos exportados, não será possível ou, no mínimo, muito difícil eliminá-la, assim como não será fácil introduzir as outras causas de abundância de dinheiro que as condições do Reino comportam. E sobre tal possibilidade e dificuldade havemos de nos deter agora.

## CAPÍTULO VII

### DA DIFICULDADE OU POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS REFERIDOS EXPEDIENTES

As causas que não permitem que entre dinheiro no Reino, ainda que todos os anos se exportem produtos no valor de aproximadamente seis milhões, são os rendimentos dos estrangeiros – em razão dos quais, como diz o próprio De Santis, não sobrou mais vida nem produtos para oferecer – e as atividades mercantis que eles exercem, juntamente com as mercadorias que vêm de fora para atender as necessidades do Reino, coisas que, no total, montam a um valor muito maior do que aquele a que podem chegar os produtos que se exportam, mesmo que a quantidade destes fosse maior. E estas causas de escassez de dinheiro parece quase impossível, ou difícilimo, eliminá-las sem correr o risco de arruinar e empobrecer todo o Reino, ou, no mínimo, um grandíssimo número de particulares, de maneira que, talvez, tentar eliminar tais males seria causar um mal maior.

Com efeito, para falar claramente, se se propuser extinguir os rendimentos que têm os estrangeiros, tal resolução só poderia ser levada a efeito restituindo-lhes o dinheiro, mas isso, além de não ser factível, quando o fosse não seria de nenhuma vantagem para o Reino, pois o privaria de todo o

dinheiro que ainda possui, ao invés de torná-lo mais rico. Se se propuser, então, que se suspenda o pagamento desses rendimentos por algum tempo, não digo por seis meses, como sugeriu De Santis, que de nada adiantaria, mas por um período muito maior, a lei não permite nem uma coisa nem outra e, assim, pode-se dizer que isso é impossível por lei. E se se objetasse que não existe tal impossibilidade, porquanto o bem público deve ser anteposto ao privado e, diante da necessidade de salvar um reino, a lei não leva em consideração a ruína de particulares e poderia, portanto, não apenas permiti-lo, mas prescrevê-lo, respondo que tudo isso é correto, mas, primeiro, é preciso ter certeza de que não se possa impedir a ruína geral e o dano público de nenhuma outra maneira a não ser com a ruína e o prejuízo de particulares; segundo, que tal prejuízo e ruína de particulares não cause e provoque outro prejuízo público e geral, pois a lei não permite o prejuízo privado em nenhuma das duas possibilidades. E no nosso caso não há certeza nem de uma coisa nem de outra, mas o grande perigo da segunda possibilidade.

O mesmo pode-se dizer da outra causa que impede que entre dinheiro, quer dizer, das atividades mercantis que exercem os estrangeiros no Reino, pois, querendo eliminar totalmente esta causa, além do prejuízo que sofreriam os particulares, se acabaria com o comércio do Reino. Em relação aos bens que vêm de fora para suprir as necessidades do Reino, então, tal expediente se revela inviável, uma vez que, sem pagamento, não há como obtê-los.

Assim, querer remediar a escassez de moeda eliminando totalmente a causa, que parece ser a maneira mais segura e eficaz, num caso é impossível, em outro perigoso e, talvez, se acabe criando um dano ainda maior. Por isso, deve-se ter o remédio como algo muito difícil, e tão mais difícil quanto parece

ser impossível eliminar de todo a causa; e se se encontrasse apenas um paliativo, menos ainda poderia surtir efeito, de modo que é muito verdadeira a afirmação de que, persistindo a causa da enfermidade, a enfermidade continuará existindo.

Quanto à segunda causa da escassez de moeda, que é a falta das causas comuns que podem fazer um reino ter abundância de ouro e de prata, para remediá-la seria preciso introduzir estas últimas; e se tal providência, em teoria, não pode ser considerada impossível por se tratar de causas comuns, que, como dissemos, podem se apresentar em qualquer reino, no entanto será muito difícil pô-la em prática, sendo preciso introduzir não apenas uma coisa, mas muitíssimas para que se consiga algum resultado. Além do quê, tal dificuldade é ainda maior por causa da índole adversa dos habitantes do lugar, como foi dito na primeira parte desta obra, e de outras dificuldades menores e específicas do nosso Reino que deixamos de mencionar, e tudo há de depender da última das causas comuns – a sabedoria daquele que governa –, que deve estimular, organizar e conservar as outras, coisas que, como vimos, é muito difícil levar a bom êxito.

Por tudo isso e outras coisas que poderiam ser levadas em consideração, deve-se concluir que os expedientes acima referidos devem ser tidos, de um modo geral, como difícilimos, e há de se ver, portanto, se há uma maneira de torná-los mais fáceis.

## CAPÍTULO VIII

SE, APESAR DA DIFICULDADE, SE PODE REMEDIAR  
A ESCASSEZ E OBTER A ABUNDÂNCIA DE DINHEIRO

Já vimos a dificuldade dos expedientes; resta dizer agora, para concluir esta terceira parte e cumprir o que foi prometido, se há uma maneira de torná-los mais fáceis, ou se podem existir outros. Quanto à primeira causa da escassez de dinheiro, isto é, os rendimentos que têm os estrangeiros no Reino, se ela deve ser eliminada inteiramente, devemos concluir que, tanto pela impossibilidade de fazer tal coisa, quanto pelo perigo de um prejuízo maior, este expediente não deve ser tentado. Quanto ao outro, de tirar as atividades mercantis dos estrangeiros, caso seja levado a efeito, tal expediente não gera prejuízo, mas um bem ao Reino; tampouco o priva do comércio, e a privação daquele que por tal razão ocorresse lhe causaria um benefício enorme. Mas dever-se-ia fazer tal coisa agindo não diretamente, mas modificando os meios, tendo, freqüentemente, melhor resultado as diversas maneiras de fazer variar os efeitos do que eliminar a causa. Quanto aos produtos que vêm de fora para suprir necessidades do Reino, deve-se concluir que, de alguns, que são produzidos pela natureza e não se encontram no Reino, como são os metais e as especiarias, é impossível deixar de importá-los, mas é possível evitar a importação de todos os outros bens que são fabricados pelo homem. Tal resultado, que deve ser procurado como principal expediente, se consegue eliminando a segunda causa principal que gera a escassez de dinheiro, isto é, a falta de manufaturas, que podem ser introduzidas em qualquer reino. E para tal, por ser possível e tão importante quanto foi dito, não se devem medir esforços.

Conquanto não neguemos, então, que, tanto para este remédio, quanto para outros, não é fácil entender como se deve proceder, mesmo sabendo o que seria preciso, nem por isso se deve deixar de procurá-los e prová-los, devendo a dificuldade assustar homens de pouco espírito e sem forças, e não quem deve ter, e tem, espírito e força em grau muito maior, como é o príncipe que governa, sendo muito verdadeira a máxima que, para quem quer e pode, nada é difícil, e mais a outra, que, na vida, nada se consegue sem muita labuta. E se não fosse realmente difícil conhecer os remédios e saber como proceder, o meu esforço para esclarecer o que procurei fazer conhecer teria sido fora de propósito, pois a principal operação do intelecto é tornar mais fáceis as coisas difíceis, de modo que, muitas vezes, se conseguem coisas que normalmente são tidas como impossíveis.

E uma vez que a dificuldade maior está na maneira de agir, visto que as causas e os remédios estão claros, faremos apenas uma rápida menção aos meios que podem remover os efeitos da escassez de dinheiro produzidos pelas causas acima referidas e, sem produzir inconvenientes ou prejuízo ao Reino, gerar abundância de moeda, não sendo oportuno, a muitos respeitos, tratar disso de modo específico. E para que não se pense que esta seja uma desculpa decorrente da ignorância, sempre que a suprema autoridade o pedir, não me furtarei a apresentar-lhe mais detalhadamente os meios a que me referi, os quais trarão grandíssimo melhoramento e benefício geral ao Reino e à Majestade Católica, sem espoliar o cidadão do que é seu e, assim, sem violar a justiça, a qual sempre deve vir em primeiro lugar para quem governa e regular todos os seus atos, e contra ou sem a qual nunca se deve tomar nenhuma providência, nem grande nem pequena.

## CAPÍTULO IX

COMO SE PODE FACILITAR  
OS EXPEDIENTES ACIMA REFERIDOS

Para concluir esta terceira parte, resta tratar – como foi prometido – dos meios que facilitam os expedientes. Mas faremos apenas uma exposição rápida e não discutindo como se tem feito em relação às outras coisas analisadas, uma vez que, em razão da matéria e de outras considerações, não convém sermos explícitos. Assim, deve-se considerar mais do que suficiente que tenhamos demonstrado e feito conhecer os muitos erros em que caiu o intelecto tendo por base uma suposta verdade, e que continuam a persistir e a se multiplicar apesar de se ter, em parte, consciência da confusão que eles estão gerando. Deve-se considerar também que não só se tem dado a conhecer o erro, e sim, resumidamente, todas as causas que podem fazer os reinos, desprovidos de minas, ter abundância de ouro e prata, e se tem comprovado serem elas verdadeiras mediante vários exemplos de várias cidades da Itália, de modo que não deveria parecer estranho, a quem deseja investigar e fazer trabalhar a inteligência, que, no que diz respeito aos remédios, se tenha ficado satisfeito com o que se tem dito. Pois, em relação a estes últimos, tendo-se examinado os que foram tentados e os que foram propostos, tendo-se feito menção dos verdadeiros e, nesta última parte, explicado amplamente as contrariedades, a maneira de aplicá-los deve resultar implícita.

Já demonstramos que uma das causas que não permitem que entre dinheiro no Reino em troca da exportação de produtos consiste nos rendimentos que têm os estrangeiros e já concluímos que eliminar de todo essa causa não é possível



ou não convém, pelo perigo de um prejuízo maior ou coisa pior e, por fim, que é verdade que, persistindo a causa da enfermidade, a enfermidade continua. Dessas duas conclusões parece dever-se deduzir necessariamente que não pode haver remédio enquanto não se puder eliminar a causa, e, não podendo ela ser eliminada, o mal só pode continuar existindo. Mas contra tal conclusão, pode-se replicar que, ainda que não se possa eliminar a causa, não decorre necessariamente que o mal deva durar para sempre, pois o princípio de que, persistindo a causa, dura o efeito, quer seja doença, quer seja outra coisa, é procedente em se tratando de causas gerais e absolutas, que produzem o efeito necessariamente, como é o fogo em relação ao calor, uma vez que nunca se pode separar um do outro. Na nossa questão, porém, o caso é diferente, pois os rendimentos não são causa necessária, nem absoluta, mas contingente, cuja natureza não produz o efeito necessariamente, mas contingentemente e sob condições. Assim, embora seja impossível e não conveniente eliminar esta causa da escassez de dinheiro, nem por isso segue que é impossível eliminar o seu efeito ou encontrar remédios, apesar da regra que diz que, persistindo a causa, dura o efeito, uma vez que, como foi dito, tal regra é válida em se tratando de causas necessárias e absolutas. E o remédio, nesse caso, pode ser alterar as condições e os modos como tal causa produz o efeito, impedindo-os direta ou indiretamente, sendo verdade certíssima que, nesse tipo de causas, alterando os modos e as condições, ou impedindo-os, se chega a alterar e a impedir o efeito. Sendo, então, desta mesma natureza a causa acima referida, segue-se que, ainda que ela persista, é possível conseguir eliminar o efeito suprindo-o com algo equivalente. Isso é suficiente para que se entenda que, pelas referidas razões, não há remédio impossível, nem difícil.

Quanto às atividades mercantis, o remédio é mais fácil, porque o remédio que se aciona em relação aos rendimentos terá o mesmo resultado também em relação a elas, sendo tais causas de escassez de dinheiro não apenas da mesma natureza e espécie, mas, pode-se dizer, a mesma. Além do mais, chegou-se a conclusão de que, ao querer eliminá-las totalmente, não seria impossível fazê-lo, nem causaria algum prejuízo ao Reino, ou antes, lhe seria de grande utilidade e seria fácil de várias maneiras – mas não nos detemos nisso, pelas razões de conveniência já ditas. O próprio De Santis revelou isso em seu *Discurso*, ao afirmar que não seria de nenhum prejuízo ao Reino se não se realizassem câmbios conforme a feira de Placência, ou outras fora do Reino.

Para dar, então, um exemplo, numa área que não é estranha a essa matéria, de como, ao alterar os meios ou ao impedi-los, se acaba fazendo com que, indiretamente, uma causa contingente não produza o seu efeito, citarei a providência que foi tomada certa vez no Estado Pontifício e que, diz De Santis, foi concebida por Clemente VIII,<sup>12</sup> de feliz memória. Refiro-me à prescrição de, em vez de se trocarem escudos de ouro por ducados de ouro de Câmara, como costumava ser feito em Roma pelas feiras de Placência e outras, fossem trocados por escudos de ouro de oito cunhos, alteração que De Santis louva pelo fato de o ducado de ouro não ser moeda real, mas ideal. Mas, dessa forma, tal pontífice demonstrou não ter entendido bem com quão grande ponderação e maduro juízo seu predecessor<sup>13</sup> legislou a esse respeito, quando não apenas ordenou que o câmbio em Roma fosse pago tão-somente com ducados de ouro ditos de Câmara,

12 Ippolito Aldobrandini (1536-1605). [N.d.T.]

13 Inocêncio IX, Giovanni Antonio Facchinetti ( 1519-1591). [N.d.T.]

mas ainda quis que se pagassem em ducados de Câmara todos os direitos das Datarias e Chancelarias, juntamente com as outras contas da Câmara, ordem que, no entanto, como já dissemos, não foi cumprida. A denominação de 'Câmara', diga-se de passagem, foi acrescentada a 'ducado' depois que se começou a não respeitar tal disposição, quando os sucessores não se deram conta da sua importância e, por isso, pouco se preocuparam, e permitiram que o escudo de ouro fosse pago com aqueles baiocos a mais que a nova prescrição determina. Tampouco é verdade que tal moeda fosse ideal e não real, porquanto era moeda realíssima, existente de fato e de ouro puro, e que foi fabricada até o momento em que na Itália, não sei por quê, foram introduzidos os escudos com uma qualidade de ouro pior, que passou de 24 a 22 quilates, usando-se na fabricação prata ou cobre, ou os dois misturados em diferentes proporções. E desses antigos ducados de Câmara ainda hoje se vêem uns poucos, que são de ouro puro, mas não do peso do atual, e têm impressa uma naveta, de modo que são chamados vulgarmente 'da naveta'. Sustento, então, que, se o pontífice Clemente VIII tivesse bem compreendido para qual finalidade tinha sido ordenado o câmbio anterior e quanto benefício podia causar se ater a tal disposição para que chegasse dinheiro a Roma, teria abolido o abuso de se pagar, como ele prescreveu, um escudo com algo a mais no lugar do ducado, e teria observado a disposição anterior, juntamente com outras providências para que o câmbio se mantivesse naqueles termos.

Observe-se, então, como aquele pontífice que ordenou tal coisa, conseguiu indiretamente, com uma providência justa, suprimir algumas desordens e causas que geravam escassez de moedas em seu Estado, fazendo com que, pelo comércio, se lograsse aquela quantidade de dinheiro que antes, pelas condições do lugar, não se obtinha. E fez isso impedindo e

alterando os meios que causavam dita escassez. Da mesma forma, e mais facilmente, em nosso Reino se pode impedir o efeito gerado pelos rendimentos ou atividades mercantis que exercem os estrangeiros, sendo muito mais fácil em nosso Reino introduzir vários e diferentes meios, como mostrarei se tiver oportunidade de escrever a respeito.

Quanto às mercadorias que é preciso importar, então, parece impossível impedir a saída de dinheiro correspondente, porque, se se quiser tê-las, não há como não pagar por elas. No entanto, embora isso seja impossível em relação aos produtos naturais e necessários, não se dá o mesmo em relação aos produtos manufaturados; e, mesmo no caso de produtos naturais e necessários, pode-se remediar suprindo-os com algo equivalente e de diferentes maneiras, de modo que não apenas se evite gastar dinheiro, mas até se ganhe. E a esse respeito não posso deixar de dizer que tudo isso se obtém incrementando no Reino as causas comuns de abundância de dinheiro que não apenas seja possível, mas fácil de introduzir. A única exceção é o comércio, em razão da localização desfavorável, obstáculo que não pode ser obviado diretamente, mas que pode, no entanto, sê-lo indiretamente, pois, introduzindo as outras causas, não só se consegue eliminar totalmente a escassez de dinheiro, mas, ainda que não houvesse tão grande excedente de produtos nativos, se chegaria à abundância, como o demonstra o exemplo de mais de uma cidade da Itália.

E se há aqueles que acham difícil introduzir tais causas, o intelecto dessas pessoas deve ser do tipo daqueles que dissemos terem a mentira por verdade ou a verdade por mentira, ou daqueles que acham impossível qualquer coisa que não conhecem, apesar do grande número de invenções novas e antigas que se divulgam e que, antes, eram tidas por todos como impossíveis. Mas para isso nem é preciso que coopere a intenção

ou a vontade ou o conhecimento de uma maior ou menor parte do povo, pois seria difícil persuadi-la ou fazer com que conheça o que seu intelecto não alcança, porquanto, para isso, é suficiente a sabedoria de quem governa, que, como dissemos, é causa superior a todas as outras, podendo ordenar, introduzir, causar, melhorar e conservar todas elas, e fazer mais coisas ainda, como referimos na primeira parte desta obra. E quanto ao nosso governante, por possuir, quer relativamente à inteligência, quer à ação da vontade, aquele grau de perfeição e excelência que para isso ou outras coisas se possa desejar – e fazer conhecer isso nem é matéria desse tratado, nem o autor é autorizado, nem seria algo novo, e, portanto, se omite –, não se pode duvidar que ele possa levar a bom termo estes e outros expedientes de maior dificuldade, suprimindo qualquer falha, facilitando-os e removendo o que pode obstá-los.

## CONCLUSÃO

Tendo apontado, na primeira parte, as causas que podem fazer um reino, desprovido de minas de ouro e prata, ter abundância desses metais, com explanações relativas ao nosso Reino e a outras cidades da Itália; tendo discutido, na segunda parte, a questão específica do câmbio, se, sendo a sua taxa alta ou baixa, é ou pode ser a causa de abundância ou de escassez de moeda, com particular atenção à opinião de De Santis a esse respeito e à providência tomada em conformidade com tal opinião, juntamente com outras coisas; e tendo examinado, nesta terceira parte, as providências e remédios aplicados ou propostos, qual benefício ou outra coisa podem causar, com menções gerais e rápidas acerca da maneira e do remédio certo para as necessidades do nosso Reino; tendo, então, cumprido o que se pretendia e havíamos prometido, conluo aqui este breve tratado.

## MOEDAS, PESOS, MEDIDAS

- **BAIOCO**: moeda de cobre que se cunhava na Roma pontifícia e circulava nos Estados da Igreja. Equivalia a cerca de seis centésimos de franco e dividia-se em quatro quatrins. Na linguagem popular assumiu o significado de “moeda de pouco valor”.
- **CARLINO**: originariamente, moeda de ouro ou de prata, emitida por Carlos I de Anjou em 1278, no Reino da Sicília, onde continuou a ser emitido com modificações e variações de valor. Posteriormente, o nome passou a indicar moedas do Reino de Sabóia e do Estado Pontifício, com o valor de uns poucos centavos.
- **DUCADO**: moeda cunhada sob a jurisdição de um duque; primeiro foi o nome de uma moeda de prata cunhada na Apúlia em 1140 e em 1156; depois daquela que foi cunhada em Veneza, em 1202, pelo doge Enrico Dandolo (chamada também de *grosso*). Em 1284, foi cunhado o ducado de ouro (chamado depois de *cequim*) pelo doge Giovanni Dandolo. Em seguida, muitos outros Estados italianos e europeus cunharam ducados, imitando os dos venezianos.
- **DUCADO DE CÂMARA**: ducado de curso legal. No mundo latino tardio, Câmara era o termo que designava o tesouro ou fisco do imperador, do rei, ou da província. Na Idade Média também o lugar onde se guardava o dinheiro público e, conseqüentemente, o próprio dinheiro. *Curso* ou *valor de Câmara* designava, então, o preço com o qual as Câmaras recebiam o dinheiro devido ao erário, correspondendo ao atual curso legal.
- **ESCUDO**: esse nome foi dado pela primeira vez a uma moeda de ouro francesa, cunhada por Luís IX, o Santo; depois,

- em 1346, a uma moeda cunhada por Filipe VI de Valois. Era assim chamada porque as primeiras moedas tinham o escudo do príncipe como efígie. Cunhada por outros soberanos franceses, difundiu-se em toda a Europa e em muitos Estados italianos, com valores variáveis.
- FLORIM: moeda de Florença, cunhada em prata no séc. XI, lavrada em ouro a partir de 1252. Levava impressa a flor do lírio, emblema de Florença, e a imagem de São João Batista, protetor da cidade. O florim de ouro florentino teve grande difusão em toda a Europa e foi adotado sobretudo na Inglaterra e na Holanda.
  - GRANO (em it. *grano*, pl. *grana*): originariamente peso, nome dado à moeda de prata que Fernando II de Aragão mandou cunhar para o Reino das Duas Sicílias, e equivalia idealmente a 600<sup>a</sup> parte da onça de ouro. Continuou a ser cunhada até 1825, com numerosos múltiplos e frações. Foi também moeda de cobre.
  - JÚLIO: moeda de prata do valor de dez baiocos, mandada cunhar pelo papa Júlio II (1503–1513), em substituição ao grosso ou carlino papal. Continuou por muito tempo como moeda de outros pontífices.
  - LIBRA (mais tarde *lira* em it.): unidade monetária de alguns Estados italianos desde a Idade Média, assim chamada porque na origem correspondia a uma libra de prata. Em seguida houve libras de ouro, de cobre etc. Foi adotada por vários Estados italianos e europeus com variações de valor e diferentes denominações conforme o lugar.
  - MARCELO: meia lira veneziana, mandada cunhar pela primeira vez pelo doge Niccolò Marcello (1473–1474).
  - TÚMOLO (em it. *tumolo*, do lat. *tumulus*, montículo de terra): medida de capacidade para secos, em uso na Itália do Sul especialmente para o trigo. Valia cerca de 55 litros.







BREVE TRATADO  
foi composto a partir de tipologias da família Garamond.  
Impresso no Gráfica Vicentina para a Segesta Editora.  
Curitiba, Novembro de 2002.